



**INSTITUTO
FEDERAL**
Farroupilha

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO – PPC**

TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO

Campus Frederico Westphalen

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO

Atos autorizativos

- Curso Criado e Aprovado o Projeto Pedagógico do Curso pela Resolução CONSUP nº 003, de 16 de março de 2015 e Resolução CONSUP nº 004 de 16 de março de 2015.
- Ajuste curricular e PPC aprovado pela Resolução CONSUP nº 91 de 11 de dezembro de 2019.

Campus Frederico Westphalen – RS
2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA
E TECNOLOGIA FARROUPILHA**



AUTORIDADES INSTITUCIONAIS

Nídia Heringer

Reitora do Instituto Federal Farroupilha

Renato Xavier Coutinho

Pró-Reitor de Ensino

Ângela Maria Andrade Marinho

Pró-Reitora de Extensão

Arthur Pereira Frantz

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação
e Inovação

Carlos Rodrigo Lehn

Pró-Reitor de Desenvolvimento
Institucional

Mirian Rosani Crivelaro Kovhau

Pró-Reitora de Administração

Bruno Batista Boniati

Diretor Geral do *Campus*

Monique da Silva

Diretor de Ensino *Campus*

Graciela Fagundes Rodrigues

Coord. Geral de Ensino do *Campus*

Douglas Renato Muller

Coordenadora de Curso

Equipe de elaboração

Katia Zardo

Lisandra Pinto Dela Flora

Márcia Rejane Kristiuk Zancan

Colaboração Técnica

Assessoria Pedagógica do *Campus*

Núcleo Pedagógico Integrado do *Campus*

Assessoria Pedagógica da PROEN

SUMÁRIO

1.	DETALHAMENTO DO CURSO.....	7
2.	CONTEXTO EDUCACIONAL	8
2.1.	Histórico da Instituição.....	8
2.2.	Justificativa de oferta do curso.....	10
2.3.	Objetivos do Curso	12
2.3.1.	Objetivo Geral	12
2.3.2.	Objetivos Específicos.....	12
2.4.	Requisitos e formas de acesso	13
3.	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	13
3.1.	Projetos e Programas de Ensino.....	13
3.2.	Projetos e Programas de Pesquisa, de empreendedorismo e de inovação	14
3.3.	Projetos e Programas de Extensão.....	15
3.4.	Políticas de Atendimento ao discente	16
3.4.1.	Assistência Estudantil.....	16
3.4.2.	Apoio Didático-Pedagógico ao Estudante.....	17
3.4.3.	Atividades de Nivelamento	18
3.4.4.	Atendimento Pedagógico, Psicológico e Social.....	19
3.4.5.	Educação Inclusiva	19
3.4.5.1.	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)	21
3.4.5.2.	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)	22
3.4.5.3.	Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS)	23
3.5.	Programa Permanência e êxito (PPE).....	23
3.6.	Acompanhamento de Egressos	24
3.7.	Mobilidade Acadêmica	24
4.	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	25
4.1.	Perfil do Egresso	25
4.2.	Organização curricular.....	25
4.2.1.	Núcleos de formação	26
4.2.2.	Conteúdos Especiais Obrigatórios.....	27
4.2.3.	Flexibilização Curricular	28

4.3.	Representação gráfica do Perfil de formação	30
4.4.	Matriz Curricular.....	31
4.5.	Prática Profissional	32
4.5.1.	Prática Profissional Integrada	33
4.6.	Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório	34
4.6.1.	Componente Curricular de Orientação de Estágio	35
4.7.	Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório.....	35
4.8.	Avaliação.....	35
4.8.1.	Avaliação da Aprendizagem	35
4.8.2.	Autoavaliação Institucional.....	37
4.9.	Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores.....	37
4.10.	Critérios e procedimentos de certificação de conhecimento e experiências anteriores	38
4.11.	Expedição de Diploma e Certificados	38
4.12.	Ementário	39
4.12.1.	Componentes curriculares obrigatórios	39
4.12.2.	Componentes curriculares optativos	54
5.	CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	55
5.1.	Corpo Docente atuante no curso	55
5.1.1.	Atribuição do Coordenador de Curso	56
5.1.2.	Atribuições de Colegiado de Curso	57
5.1.3.	Núcleo Pedagógico Integrado (NPI)	57
5.2.	Corpo Técnico Administrativo em Educação.....	58
5.3.	Política de capacitação para Docentes e Técnico Administrativo em Educação.....	59
6.	INSTALAÇÕES FÍSICAS.....	59
6.1.	Biblioteca	59
6.2.	Áreas de ensino específicas.....	60
6.3.	Laboratórios.....	61
6.4.	Área de esporte e convivência	61
6.5.	Área de atendimento ao discente	62
7.	REFERÊNCIAS.....	63
8.	ANEXOS	65
8.1.	Resoluções.....	66

8.1.	Regulamentos.....	71
------	-------------------	----

1. DETALHAMENTO DO CURSO

Denominação do Curso: Técnico em Agropecuária

Forma: Integrado

Modalidade: Presencial

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais

Ato de Criação do curso: Curso criado e aprovado pela Resolução CONSUP n. 003, de 16 de março de 2015.

Quantidade de Vagas: 105 vagas (35 por turma)

Turno de oferta: Integral (manhã e tarde)

Regime Letivo: Anual

Regime de Matrícula: Por série

Carga horária total do curso: 3400 horas relógio

Carga horária de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório: 180 horas relógio

Carga horária de Atividade Orientação de Estágio: 20 horas relógio

Tempo de duração do Curso: 3 anos

Periodicidade de oferta: Anual

Local de Funcionamento: *Campus Frederico Westphalen* / Endereço: BR 386 km 40, Linha 7 setembro S/N, Caixa Postal 54, CEP 98400-000 Frederico Westphalen, Rio Grande do Sul - RS.

Coordenadora do Curso: Douglas Renato Muller

Contato da Coordenação do curso: coord.tec.agro.fw@iffarroupilha.edu.br

2. CONTEXTO EDUCACIONAL

2.1. Histórico da Instituição

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar) foi criado a partir da Lei nº 11.892/2008, mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul com sua Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos e da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, além de uma Unidade Descentralizada de Ensino que pertencia ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Bento Gonçalves, situada no município de Santo Augusto. Assim, o IFFar teve na sua origem a partir de quatro campi: *Campus São Vicente do Sul*, *Campus Júlio de Castilhos*, *Campus Alegrete* e *Campus Santo Augusto*.

No ano de 2010, o IFFar expandiu-se com a criação do *Campus Panambi*, *Campus Santa Rosa* e *Campus São Borja*; no ano de 2012, com a transformação do Núcleo Avançado de Jaguari em *Campus*, em 2013, com a criação do *Campus Santo Ângelo* e com a implantação do *Campus Avançado de Uruguaiana*. Em 2014 foi incorporado ao IFFar o Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, que passou a chamar *Campus Frederico Westphalen* e foram instituídos seis Centros de Referência nas cidades de Candelária, Carazinho, Não-Me-Toque, Santiago, São Gabriel e Três Passos.

Atualmente, o IFFar constitui-se por dez *campi* e um *Campus Avançado*, em que ofertam cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos de nível médio, cursos superiores e cursos de pós-graduação, além de outros Programas Educacionais fomentados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), dois Centros de Referência nas cidades de Santiago e São Gabriel. Além de atuar em polos que ofertam Cursos Técnicos e Cursos de Graduação na modalidade de Ensino a Distância.

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade de ensino prevista no Art. 80 da LDB e regulamentada pelo Decreto nº 9.057/2017. A EaD caracteriza-se como a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A EaD no IFFar é ofertada desde 2008, que permite formar profissionais em nível médio e superior possibilitando assim a democratização e interiorização da educação nos mais diversos municípios do Estado. Atualmente é ofertada em três perspectivas distintas que promovem cursos de nível médio e superior, conforme panorama a seguir.

Rede E-Tec Brasil, iniciou em 2008, através da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, hoje *Campus Alegrete*, programa governamental financiado pelo FNDE que consiste em ofertar cursos técnicos na modalidade de Educação a Distância (EaD). Com a adesão dos demais campi do IFFar ao Programa, o IFFar tornou-se presente em mais de 30 municípios do RS, ofertando cursos técnicos na modalidade EaD.

Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), programa governamental financiado pela CAPES, possui como objetivo ofertar cursos de graduação e pós-graduação lato-sensu em todo o país através da EaD, no Rio Grande do Sul a UAB possui mais de 60 polos ativos, vinculados à prefeituras municipais ou instituições

públicas que ofertam ensino superior. O IFFar ingressou na UAB em 2018, através do Edital CAPES nº 05/2018 que possibilitou a criação do Curso de Licenciatura em Matemática em 2019, ofertado em sete polos. Neste processo os municípios de Santiago, Candelária e São Gabriel implantaram Polos UAB junto aos Centros de Referência do IFFar e o Campus Avançado de Uruguaiana passou a ser Polo Associado UAB.

EaD Institucionalizada, desde 2014 o IFFar vem mobilizando esforços para promover cursos na modalidade EaD com fomento próprio, desvinculado dos programas governamentais, trabalho este que efetivou-se com a criação do Curso de Formação Pedagógica de Professores para Educação Profissional - EaD, em 2018, para o qual os campi do IFFar assumem a função de Polo EaD em propostas multicampi, ou na perspectiva por campus onde o campus sede pode articular parceria com polos EaD de outros municípios, como o exemplo dos Cursos Subsequentes de Técnico em Comércio, do Campus Frederico Westphalen, Técnico em Agroindústria, do Campus Alegrete e Técnico em Administração, do Campus Santa Rosa iniciados em 2019.

A Reitoria do IFFar, está localizada na cidade de Santa Maria, a fim de garantir condições adequadas para a gestão institucional, facilitando a comunicação e integração entre os campi. Enquanto autarquia, o IFFar possui autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, atuando na oferta de educação básica, superior, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Nesse sentido, os Institutos são equiparados às universidades, como instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária.

Com essa abrangência, o IFFar visa à interiorização da oferta de educação pública e de qualidade, atuando no desenvolvimento local a partir da oferta de cursos voltados para os arranjos produtivos, culturais, sociais e educacionais da região. Assim, o IFFar, com sua recente trajetória institucional, busca perseguir este propósito, visando constituir-se em referência na oferta de educação profissional e tecnológica, comprometida com as realidades locais.

O Campus Frederico Westphalen do Instituto Federal Farroupilha, localizado à Linha Sete de Setembro, s/n, no município de Frederico Westphalen, CEP 98.400-000, protagoniza uma longa história no contexto de educação profissional no país. A instituição foi criada pela Lei nº 3.215, de 19 de julho de 1957, denominada, inicialmente Escola de Iniciação Agrícola de Frederico Westphalen. Na época, foi vinculada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, conforme Diário Oficial de 23 de julho de 1957. Pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, é transferido do Ministério da Agricultura para a Diretoria do Ensino Agrícola (DEA) do Ministério da Educação e Cultura. O estabelecimento abriu suas portas no dia 11 de abril de 1966 como Ginásio Agrícola, quando recebeu a primeira turma.

Foi incorporado à Universidade Federal de Santa Maria através do Decreto nº 62.178, de 25 de janeiro de 1968, transformando-se em Colégio Agrícola. O Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, de 1966 a 1997 sempre ofereceu o ensino na área agrícola.

Em 03 de agosto de 1998, o Colégio Agrícola iniciou dois cursos novos: o Curso Técnico em Informática e o Curso Técnico Agrícola com Habilitação em Agroindústria.

Em 2007, foi implantado o PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – atendendo ao Decreto Federal nº 5.480 de 13 de julho de 2006.

Em agosto de 2009, o campus abre suas portas para as primeiras turmas dos de graduação. A partir de então a instituição passa a oferecer o Curso Superior de Tecnologia em Alimentos e o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet.

A portaria nº 1.075, de 30 de dezembro de 2014 estabelece a transição do Colégio Agrícola Frederico Westphalen, vinculado à Universidade Federal de Santa Maria, para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha. Em fevereiro de 2015 iniciaram-se as atividades letivas com 4 cursos: Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio, Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, Curso Técnico em Agropecuária Subsequente, Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet. No ano de 2016 inicia-se o curso de Bacharelado em Administração. Ainda em 2016, o campus aprova no conselho superior a criação do curso de Bacharelado em Medicina Veterinária, cuja primeira turma teve início no primeiro semestre de 2018. Em 2018 o Campus Cria o curso de Licenciatura em Matemática, tendo ingresso da primeira turma em 2019. A inserção da instituição nesta nova realidade permitiu a ampliação da oferta de cursos e vagas, denotando, em pouco tempo, um significativo crescimento.

2.2. Justificativa de oferta do curso

O campus de Frederico Westphalen está localizado na Mesorregião do Noroeste Rio-Grandense, formada pela união de duzentos e dezesseis (216) municípios, organizados em treze (13) microrregiões. A microrregião de Frederico Westphalen está dividida em vinte e sete (27) municípios: Alpestre, Ametista do Sul, Caiçara, Constantina, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Erval Seco, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros, Iraí, Liberato Salzano, Nonoai, Novo Tiradentes, Novo Xingu, Palmitinho, Pinheirinho do Vale, Planalto, Rio dos Índios, Rodeio Bonito, Rondinha, Seberi, Taquaruçu do Sul, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Vicente Dutra e Vista Alegre.

A economia regional é baseada na agricultura familiar, médias e grandes agroindústrias de derivados de carne suína, aves e lácteos e ainda, a maior concentração de agroindústrias familiares do Rio Grande do Sul. A região caracteriza-se por apresentar uma parte significativa da produção agropecuária do estado, em particular, nas atividades de produção de leite, suínos, aves e de fruticultura – citros e uvas e seu beneficiamento, cereais como: milho, soja, trigo e feijão, extração de pedras semipreciosas (ametista) e uma das regiões com forte produção e beneficiamento da erva mate.

Dentro deste contexto, a necessidade de profissionais preparados para atuar nestes segmentos é de suma importância para o desenvolvimento regional sustentável. O Instituto Federal Farroupilha – Campus

Frederico Westphalen dispõe de infraestrutura moderna com laboratórios técnicos e equipamentos tecnológicos para desenvolver com qualidade as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atende a oferta de diversas práticas voltadas para a educação profissional técnica de forma integrada e verticalizada do ensino médio e superior.

Além do espaço escolar amplo, o campus busca a sua inserção na comunidade a partir de parcerias com empresas locais e projetos de pesquisa e extensão. A finalidade principal da Instituição é ser referência em educação profissional, científica e tecnológica para o desenvolvimento regional, sempre cumprindo sua missão por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação de cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

A economia industrial se dá pelas indústrias nas áreas metalúrgicas, fibra de vidro, lapidação de pedras semipreciosas, fábrica de colchões e ração animal. Ainda, possui abatedouros de suínos, bovinos e aves, além do potencial na área agrícola, caracterizando-se pela pequena propriedade rural, as agroindústrias familiares, na avicultura, piscicultura e a agroindústria de pequeno porte. O Município destaca-se no setor educacional, contando atualmente com cinco instituições de Ensino Superior.

O contexto atual no município e região traz uma nova realidade para o trabalhador, qual seja a exigência de profissionais que atendam às demandas do processo produtivo da área de agropecuária, a qual se tornou indispensável ao funcionamento das organizações. Organizações estas que, seja por questões de competitividade, de produtividade, seja por outros motivos, estão cada vez mais adotando novos métodos de produção e gerenciamento.

Essas mudanças em busca da modernização dos processos têm exigido do trabalhador capacitação que esteja à altura das solicitações impostas por essas inovações. Entende-se que essa capacitação é conseguida por meio da educação, em uma escola que priorize o crescimento e o desenvolvimento do ser. Entretanto, o ensino profissionalizante vem sendo uma alternativa imediata, de milhões de jovens e trabalhadores, que o procuram no intuito de se profissionalizarem e se requalificarem em uma área e se inserirem no mundo do trabalho. O processo de desenvolvimento da agricultura, nos últimos tempos, foi particularmente intenso e provocou profundas transformações nas formas e nas condições de produção, ampliando a diferenciação técnica e socioeconômica entre as regiões e os agricultores, e, por conseguinte, a diversidade da problemática dos agricultores.

Nesse contexto, a formação técnica de nível médio de profissionais deve contribuir para a promoção do desenvolvimento tecnológico e socioeconômico, por meio das suas diferentes modalidades de atuação profissional. Há a necessidade de profissionais capacitados na área de agropecuária a fim de melhorar a produtividade na região e proporcionar mais qualidade na prestação de serviços aos seus clientes e obter o aumento de renda na agricultura familiar, usando de técnicas que melhor aproveitam a área da pequena propriedade. Portanto, justifica-se o Instituto Federal Farroupilha – Campus Frederico Westphalen ofertar um Curso Técnico na Área de Agropecuária com o propósito de fornecer à cidade e região profissionais qualifi-

cados para atuarem em diversos setores da sociedade, orientando-se em princípios básicos como: o reconhecimento da existência de uma agricultura cada vez mais complexa e heterogênea, e uma grande variabilidade de sistemas de produção em constante adaptação às exigências do meio ambiente físico e socioeconômico; a necessidade de um profissional com uma formação interdisciplinar para responder tanto às questões de natureza técnica e gerenciais, quanto para entender as questões relacionadas com a dinâmica e as perspectivas da agricultura; a adoção de uma visão global e integrada da agricultura e dos sistemas de produção.

Além disso, sendo uma instituição pública que oferece ensino gratuito, torna-se uma possibilidade de formação profissional para as pessoas que não possuem condições de sustentar seus estudos em uma instituição privada e que procuram uma formação profissional imediata. O Documento Base sobre o Ensino Técnico Integrado ao Ensino Médio nos aponta que um dos papéis dos Institutos Federais é o de estimular o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional, considerando a realidade concreta no contexto dos arranjos produtivos e das vocações sociais, culturais e econômicas locais e regionais visando uma formação humana integral, a qual deve envolver como dimensões o trabalho, a ciência e a cultura.

2.3. Objetivos do Curso

2.3.1. Objetivo Geral

Formar profissional habilitado para atuar, predominantemente junto às empresas rurais, ou como empreendedor, exercendo atividade de planejamento, execução e condução de projetos no ramo da produção vegetal e na área de produção animal.

2.3.2. Objetivos Específicos

- Oportunizar condições de profissionalização aos alunos que concluíram o Ensino Fundamental, atendendo uma demanda latente na região de abrangência do IF-Farroupilha;
- Formar técnicos em agropecuária capazes de atuar no desenvolvimento da matriz produtiva local e regional;
- Ofertar ensino técnico, integrado ao Ensino Médio, priorizando a integração de conhecimentos e a interdisciplinaridade;
- Contribuir com o desenvolvimento da região por meio da formação profissional qualificada capaz de atender os diferentes públicos da agricultura, da pecuária e da infraestrutura, nas dimensões técnicas-produtivas, sociais e ambientais;
- Maximizar a utilização da infraestrutura do *campus*, ampliando o número de habilitações existentes;

- Proporcionar a habilitação profissional em nível técnico, observando-se as exigências e expectativas da comunidade regional, assim como o cumprimento da missão dos Institutos Federais, no que tange à formação propositiva e/ ou fomentadora aos arranjos produtivos regionais, sempre com vistas à sustentabilidade;
- Disponibilizar à sociedade um profissional apto ao exercício de suas funções e consciente de suas responsabilidades.

2.4. Requisitos e formas de acesso

Para ingresso no Curso Técnico em Agropecuária Integrado será obrigatória a comprovação de conclusão do ensino fundamental mediante apresentação do histórico escolar.

São formas de ingresso:

- a) Processo Seletivo: conforme previsão institucional em regulamento e edital específico;
- b) Transferência: conforme regulamento institucional vigente ou determinação legal.

3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão, Empreendedorismo e Inovação desenvolvidas no âmbito do Curso estão em consonância com as políticas constantes no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFFar, as quais convergem e contemplam as necessidades do curso. Ao se falar sobre indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, cabe ressaltar que cada uma dessas atividades, mesmo que possa ser realizada em tempos e espaços distintos, tem um eixo fundamental: constituir a função social da instituição de democratizar o saber e contribuir para a construção de uma sociedade ética e solidária.

3.1. Projetos e Programas de Ensino

O Ensino proporcionado pelo IFFar é oferecido por cursos e programas de formação inicial e continuada, de educação profissional técnica de nível médio e de educação superior de graduação e de pós-graduação, desenvolvidos articuladamente à pesquisa e à extensão, sendo o currículo fundamentado em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e norteadas pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política, da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, ciência, tecnologia e ser humano.

A instituição oferece, além das atividades de ensino realizadas no âmbito do currículo, o financiamento a Projetos de Ensino por meio do Programa Institucional de Projetos de Ensino (PROJEN). Esse programa visa

ao aprofundamento de temas relacionados à área formativa do curso, temas nos quais os estudantes participantes podem atuar como bolsistas, monitores, público-alvo ou para aprofundar conhecimentos.

Os Projetos de Ensino – constituem-se por conjuntos de atividades desenvolvidas externamente à sala de aula, não computadas entre as atividades previstas para cumprimento do Projeto Pedagógico de Curso. Os projetos que visam à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem nos cursos técnicos e de graduação e destinam-se exclusivamente à comunidade interna, com o envolvimento obrigatório de discentes, como público-alvo.

Programas de Monitoria – a monitoria constitui-se como atividade auxiliar de ensino com vista à melhoria do processo de Ensino e de aprendizagem nos componentes curriculares dos Projetos Pedagógicos de Cursos do IFFar. O Programa de Monitoria tem como objetivos auxiliar na execução de programas e atividades voltadas à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, apoiar o corpo docente no desenvolvimento de práticas pedagógicas e na produção de material didático, bem como prestar apoio aos estudantes que apresentam dificuldade de aprendizagem em componentes curriculares.

3.2. Projetos e Programas de Pesquisa, de empreendedorismo e de inovação

A pesquisa pressupõe a interligação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura para a busca de soluções. A pesquisa deve vir ancorada em dois princípios: o científico, que se consolida na construção da ciência e o educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade. A organização das atividades de pesquisa no IFFar pode ser melhor definida a partir de três conceitos estruturantes, conforme segue:

- **Projetos de pesquisa** – As atividades de pesquisa são formalizadas e registradas na forma de projetos de pesquisa, com padrões institucionais seguindo as normas nacionais vigentes. Todo o projeto deve estar vinculado a um grupo de pesquisa.
- **Grupos de pesquisa** – As pessoas envolvidas diretamente nas atividades de pesquisa (pesquisadores) são organizadas na forma de grupos de pesquisa. Os grupos, por sua vez, são estruturados em linhas de pesquisa, que agregam pesquisadores experientes e iniciantes, bem como estudantes de iniciação científica e tecnológica. Todos os grupos de pesquisa são cancelados junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
- **Financiamento** – Um dos maiores desafios, o financiamento de projetos de pesquisa se dá de diferentes formas:
 - a) recursos institucionais para custeio das atividades de pesquisa, bem como manutenção e ampliação da infraestrutura de pesquisa;
 - b) bolsas institucionais de iniciação científica ou tecnológica para estudantes de ensino técnico e superior (graduação e pós-graduação);
 - c) bolsas de iniciação científica ou tecnológica para estudantes, financiadas por instituições ou agências de fomento à pesquisa (ex.: FAPERGS, CNPq, CAPES, entre outras);

d) recursos para custeio e apoio a projetos e bolsas de iniciação científica e tecnológica para estudantes, financiadas por entidades ou instituições parceiras, via fundação de apoio.

De maneira a contribuir diretamente no desenvolvimento econômico e social e na superação de desafios locais, o IFFar busca desenvolver ações voltadas ao empreendedorismo e a inovação articulados com os setores produtivos, sociais, culturais, educacionais, locais, etc.

O IFFar conta com os seguintes Programas de apoio ao empreendedorismo e inovação:

- Programa de incentivo à implantação de empresas juniores – Objetiva o apoio e financiamento de ações de implantação de empresas juniores nos *campi* do IFFar;
- Programa de apoio à implantação de unidades de incubação nos *campi* – Busca oferecer recursos para a implantação de unidades incubadoras nos *campi*, vinculados à seleção de empreendimentos para a incubação interna no IFFar;
- Programa de apoio a projetos de pesquisa aplicada e inovação – Fornece suporte a projetos de pesquisa científica e tecnológica aplicada ou de extensão tecnológica que contribuam significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico cooperados entre o IFFar e instituições parceiras demandantes, incentivando a aproximação do IFFar com o setor produtivo, gerando parcerias para o desenvolvimento de inovações em produtos ou processos além de inserir o estudante no âmbito da pesquisa aplicada e aproximá-lo ao setor gerador de demandas;

3.3. Projetos e Programas de Extensão

A extensão no IFFar é compreendida como um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico visando ao desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Sendo assim, promove a interação transformadora entre a instituição, os segmentos sociais e o mundo do trabalho local e regional, com ênfase na produção, no desenvolvimento e na difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Para isso, o IFFar assume uma política de extensão baseada nos princípios da inovação e do empreendedorismo, articulando o saber fazer à realidade socioeconômica, cultural e ambiental da região, comprometida com o desenvolvimento acadêmico dos estudantes e com a transformação social.

Os programas institucionais de Extensão visam viabilizar a consecução das Políticas de Extensão. Os programas encontram-se divididos da seguinte forma:

- Programa de Arte e Cultura – Visa a reconhecer e a valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira no âmbito das regiões de atuação do IFFar, bem como valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais, promover o direito à memória, ao patrimônio histórico e artístico, material e imaterial, propiciando o acesso à arte e à cultura às comunidades. As linhas de extensão de artes cênicas, artes integradas, artes plásticas, artes visuais, mídias, música e patrimônio cultural, histórico e natural.

- Programa Institucional de Apoio ao Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira Farroupilha – PIADIFF – Almeja o desenvolvimento de ações de Extensão na faixa de fronteira que fomentem a constante geração de oportunidades para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida de suas populações, permitindo a troca de conhecimentos e de mobilidade acadêmica/intercâmbios.
- Programa Institucional de Inclusão Social – PIISF – Tem como finalidade desenvolver ações de Extensão que venham a atender comunidades em situação de vulnerabilidade social no meio urbano e rural, utilizando-se das dimensões operativas da Extensão, como forma de ofertar cursos/projetos de geração de trabalho e renda, promoção de igualdade racial, de gênero e de pessoas com deficiência, inclusão digital e segurança alimentar/nutricional.
- Programa de Acompanhamento de Egressos – PAE – Conjunto de ações que visam a acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e re-atoalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão. Os programas acima descritos buscam estimular a participação de servidores docentes e técnico-administrativos em educação em ações de extensão, bem como dos discentes, proporcionando o aprimoramento da sua formação profissional. Ao mesmo tempo constituem-se em estratégias de interação com os diferentes segmentos da comunidade local e regional, visando à difusão de conhecimentos e o desenvolvimento tecnológico.

Os estudantes do Curso de Agropecuária são estimulados a participar dos projetos e atividades na área de ensino, pesquisa e extensão, os quais poderão ser aproveitados no âmbito do currículo como atividade complementar, conforme normativa prevista neste PPC.

3.4. Políticas de Atendimento ao discente

Seguem nos itens abaixo as políticas do IFFar voltadas ao apoio aos discentes, destacando as políticas de assistência estudantil, apoio pedagógico e educação inclusiva.

3.4.1. Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil do IFFar é uma Política de Ações, que têm como objetivos garantir o acesso, a permanência, o êxito e a participação de seus alunos no espaço escolar. A Instituição, atendendo o Decreto nº7234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), aprovou por meio de resolução específica a Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, a qual estabelece os princípios e eixos que norteiam os programas e projetos desenvolvidos nos seus Campi.

A Política de Assistência Estudantil abrange todas as unidades do IFFar e tem entre os seus objetivos: promover o acesso e permanência na perspectiva da inclusão social e da democratização do ensino; assegurar aos estudantes igualdade de oportunidades no exercício de suas atividades curriculares; promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando a criatividade, a reflexão crítica, as atividades e os

intercâmbios de caráter cultural, artístico, científico e tecnológico; bem como estimular a participação dos educandos, por meio de suas representações, no processo de gestão democrática.

Para cumprir com seus objetivos, o setor de Assistência Estudantil possui alguns programas como: Programa de Segurança Alimentar e Nutricional; Programa de Promoção do Esporte, Cultura e Lazer; Programa de Atenção à Saúde; Programa de Apoio Didático-Pedagógico, entre outros.

Dentro de cada um desses programas existem linhas de ações, como, por exemplo, auxílios financeiros aos estudantes, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade social (auxílio permanência e eventual) e, em alguns campi, moradia estudantil.

A Política de Assistência Estudantil bem como seus programas, projetos e ações, é concebida como um direito do estudante, garantido e financiado pela Instituição por meio de recursos federais, bem como pela destinação de, no mínimo, 5% do orçamento anual de cada *campus* para este fim.

Para o desenvolvimento destas ações, cada *campus* do IFFar possui em sua estrutura organizacional uma Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), que, juntamente com uma equipe especializada de profissionais e, de forma articulada com os demais setores da Instituição, trata dos assuntos relacionados ao acesso, permanência, participação e sucesso dos alunos no espaço escolar.

A CAE do Campus Frederico Westphalen é formada por uma equipe multiprofissional composta de: uma assistente social (em afastamento), um médico, uma enfermeira, um coordenador (almoxarife) e um técnico administrativo de apoio (caldeirista). Para o atendimento aos alunos possui como infraestrutura: refeitório, moradia estudantil, sala de atendimento psicossocial e centro de saúde. A CAE oferta atendimento ao discente em período integral.

3.4.2. Apoio Didático-Pedagógico ao Estudante

O apoio didático-pedagógico é outro eixo basilar de ações destinadas à Assistência Estudantil. Isso porque, a instituição compreende que o processo de ensino e aprendizagem e o desenvolvimento do discente ao longo desse processo são elementos fundamentais para a permanência do estudante na instituição de Ensino. O apoio didático-pedagógico busca identificar, fundamentar e analisar as dificuldades ao longo do processo de ensino e aprendizagem com o objetivo de construir ações para superá-las, e consequentemente, para melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes.

Com esse intuito foi criado o Programa de Apoio Didático-Pedagógico aos Estudantes do IFFar. O Programa indica atividades de acompanhamento dos estudantes realizadas no contraturno escolar, com a finalidade de garantir condições para a permanência e o êxito acadêmico; de respeitar às especificidades do desenvolvimento da aprendizagem de cada estudante, ou seja, suas necessidades, fragilidades e potencialidades. O objetivo geral é atuar, em conjunto com o setor pedagógico da instituição, com ações didático-pedagógicas junto aos discentes para qualificar os processos de ensino e aprendizagem e para a permanência e o êxito escolar discente. Os objetivos específicos compreendem:

- Promover, entre os estudantes, uma reflexão crítica com relação a sua trajetória escolar, buscando identificar fragilidades e potencialidades;
- Estabelecer e fortalecer estratégias de recuperação para os estudantes de menor rendimento;
- Realizar acompanhamento e orientação dos estudantes no que tange aos processos de ensino e aprendizagem.

As linhas de ação, prioritariamente de caráter coletivo, para alcançar esses objetivos junto a todos os estudantes regularmente matriculados dos campi e, especialmente, os estudantes que apresentem dificuldades relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem são as seguintes:

- Oficinas temáticas, palestras e workshops relacionados ao processo de ensino-aprendizagem e/ou a temas a ele conexos;
- Monitoria;
- Trabalho em grupos;
- Novas construções de aprendizagem;
- Grupos de estudo;
- Outras ações de apoio didático-pedagógico.

3.4.3. Atividades de Nivelamento

Entende-se por nivelamento as ações de recuperação de aprendizagens e o desenvolvimento de atividades formativas que visem a revisar conhecimentos essenciais para o que o estudante consiga avançar no itinerário formativo de seu curso com aproveitamento satisfatório. Apresentadas como atividades extracurriculares, visam sanar algumas dificuldades de acompanhamento pedagógico no processo escolar anterior a entrada no curso técnico. Considerando que nem todos os estudantes tiveram as mesmas oportunidades formativas e visando a garantir as condições para o sucesso acadêmico dos ingressantes, os PPCs dos cursos deverão prever formas de recuperar conhecimentos essenciais, a fim de proporcionar a todos as mesmas oportunidades de sucesso.

Tais atividades serão asseguradas ao estudante, por meio de:

- a) atividades de recuperação paralela serão praticadas com o objetivo que o estudante possa recompor aprendizados durante o período letivo;
- b) projetos de ensino elaborados pelo corpo docente do curso, aprovados no âmbito do Programa Institucional de Projetos de Ensino, voltados para conteúdos/temas específicos com vistas à melhoria da aprendizagem nos cursos Concomitantes;
- c) programas de educação tutorial, que incentivem grupos de estudo entre os estudantes de um curso, com vistas à aprendizagem cooperativa;

d) atividades formativas promovidas pelo curso, para além das atividades curriculares que visem subsidiar/sanar as dificuldades de aprendizagem dos estudantes;

e) outras atividades de orientação, monitorias, recuperação paralela, projetos de ensino e demais ações a serem planejadas e realizadas ao longo do curso conforme identificação das necessidades dos alunos.

3.4.4. Atendimento Pedagógico, Psicológico e Social

O IFFar Campus Frederico Westphalen possui uma equipe de profissionais voltada ao atendimento pedagógico, psicológico e social dos estudantes, tais como: psicólogo, pedagogo, educador especial, assistente social, técnico em assuntos educacionais e assistente de alunos.

A partir do organograma institucional estes profissionais atuam em setores como: Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), Coordenação de Ações Inclusivas (CAI) e Setor de Assessoria Pedagógica (SAP), os quais desenvolvem ações que tem como foco o atendimento ao discente.

O atendimento psicopedagógico compreende atividades de orientação e apoio ao processo de ensino e aprendizagem, tendo como foco não apenas o estudante, mas todos os sujeitos envolvidos, resultando, quando necessário, na reorientação deste processo.

As atividades de apoio psicológico, pedagógico e social atenderão a demandas de caráter pedagógico, psicológico, social, entre outros, através do atendimento individual e/ou em grupos, com vistas à promoção, qualificação e ressignificação dos processos de ensino e aprendizagem.

Os estudantes com necessidade especiais de aprendizagem terão atendimento educacional especializado pelo Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NAPNE), que visa oferecer suporte ao processo de ensino e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, envolvendo também orientações metodológicas aos docentes para a adaptação do processo de ensino às necessidades destes sujeitos.

O campus também estimula os servidores a realizarem projetos com foco na permanência e no êxito. Ações dessa natureza tem conseguido desempenhar atividades em diferentes áreas: saúde, esporte, orientação educacional e são um importante instrumento para os estudantes dos diferentes cursos.

3.4.5. Educação Inclusiva

Entende-se como inclusão escolar a garantia de acesso e permanência do estudante na instituição de ensino e do acompanhamento e atendimento do egresso no mundo do trabalho, respeitando as diferenças individuais, especificamente, das pessoas com deficiência, diferenças étnicas, de gênero, cultural, socioeconômica, entre outros.

O IFFar priorizará ações inclusivas voltadas às especificidades dos seguintes grupos e relações sociais, com vistas à garantia de igualdade de condições e de oportunidades educacionais:

I - Pessoa com Necessidades Educacionais Específicas:

- a) pessoa com deficiência;
- b) pessoa com transtorno do espectro do autismo;
- c) pessoa com altas habilidades/superdotação;
- d) pessoa com transtornos de aprendizagem.

II – relações que envolvem gênero e diversidade sexual (NUGEDIS);

III – relações étnico-raciais (NEABIs);

Para a efetivação das ações inclusivas, o IFFar constituiu o Plano Institucional de Inclusão, que promoverá ações com vistas ao/a:

I - aprimoramento do processo educacional, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e êxito na aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade e Tecnologias Assistivas (TA) que eliminem as barreiras;

II - possibilidade de flexibilizações curriculares, atendimento educacional especializado (AEE), quando couber, assim como os demais atendimentos e/ou acompanhamentos, para atender às características dos estudantes e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

III - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua para estudantes surdos;

IV - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de Tecnologias Assistivas - TA;

V - participação dos estudantes e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

VI - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante;

VII - adoção de ações de formação inicial e continuada de professores e de formação continuada para o AEE;

VIII - formação e disponibilização de professores para o AEE, de tradutores intérpretes de Libras e de profissionais de apoio, nos casos estabelecidos conforme a legislação vigente;

IX - oferta de ensino da disciplina de Libras como disciplina optativa para estudantes ouvintes, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;

X - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à inclusão nos respectivos campos de conhecimento;

XI - acesso de todos os estudantes, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer;

XII - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;

XIII - possibilidade de certificação por terminalidade específica, nos casos estabelecidos conforme a legislação vigente;

XIV – possibilidade do uso do nome social, nos casos estabelecidos conforme a legislação vigente;

XV – resguardo de, pelo menos, um banheiro sem distinção de gênero, em cada unidade.

A certificação por terminalidade específica, a oferta de AEE, as flexibilizações curriculares e o uso do nome social são regulados por documentos próprios no IFFar.

Para auxiliar na operacionalização da Política de Educação Inclusiva, o *Campus* conta com a Coordenação de Ações Inclusivas (CAI), que abarca os seguintes Núcleos: Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS). Há também, na Reitoria, o Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais Didático-pedagógicos – NEAMA do IFFar. (Resolução CONSUP nº 033/2014), que tem como objetivo principal o desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos acessíveis.

3.4.5.1. Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE)

O NAPNE tem como objetivo promover a cultura da educação para convivência, aceitação da diversidade e, principalmente a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais na instituição, de forma a promover inclusão de todos na educação. Ao NAPNE compete:

- Apreciar os assuntos concernentes: à quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais; atendimento de pessoas com necessidades educacionais específicas no *campus*; à revisão de documentos visando à inserção de questões relativas à inclusão no ensino regular, em âmbito interno e externo; promover eventos que envolvam a sensibilização e capacitação de servidores em educação para as práticas inclusivas em âmbito institucional;

- Articular os diversos setores da instituição nas diversas atividades relativas à inclusão dessa clientela, definindo prioridades de ações, aquisição de equipamentos, software e material didático-pedagógico a ser utilizado nas práticas educativas;

- Prestar assessoramento aos dirigentes do *Campus* do IFFar em questões relativas à inclusão de Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas – PNEs;

No Campus Frederico Westphalen, Tendo em vista o acesso significativo de estudantes que fazem parte do público-alvo da Educação Especial nos diferentes níveis e modalidades de Educação no IF Farroupilha, e

considerando o Decreto nº 7.611/2011 e a Lei nº 12.764/12, essa instituição implementou o Atendimento Educacional Especializado (AEE). O Regulamento do AEE no IF Farroupilha (Resolução nº 015/15) define como alunado desse atendimento os estudantes com deficiência, com transtorno do espectro do autismo, que apresentam altas habilidades/superdotação e transtornos globais de desenvolvimento, seguindo as indicações da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Trata-se de um serviço oferecido no turno oposto ao turno de oferta regular do estudante, no qual um profissional com formação específica na área, desenvolve atividades de complementação e suplementação dos conteúdos desenvolvidos na sala de aula comum. Esse atendimento é realizado em uma Sala de Recursos Multifuncionais e prevê, além do uso de recursos diferenciados, orientações aos professores.

3.4.5.2. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI)

O NEABI - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas é constituído por grupos de Ensino, Pesquisa e Extensão voltados para o direcionamento de estudos e ações para as questões étnico-raciais. A intenção é implementar as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Culturas Afro-brasileira e Indígena.

Nessa perspectiva passamos, a seguir, esclarecer as competências do NEABI:

- Promover encontros de reflexão, palestras, minicursos, cine-debates, oficinas, roda de conversas, seminários, semanas de estudos com alunos dos cursos Técnicos Integrados, Subsequentes, Licenciaturas, Tecnológicos, Bacharelados, Pós-Graduação, Docentes e servidores em Educação, para o conhecimento e a valorização da história dos povos africanos, da cultura Afro-brasileira, da cultura indígena e da diversidade na construção histórica e cultural do país;
- Estimular, orientar e assessorar nas atividades de ensino, dinamizando abordagens interdisciplinares que focalizem as temáticas de História e Cultura Afro-brasileiras e Indígenas no âmbito dos currículos dos diferentes cursos ofertados pelo campus;
- Promover a realização de atividades de extensão, promovendo a inserção do NEABI e o IFFar na comunidade local e regional contribuindo de diferentes formas para o seu desenvolvimento social e cultural;
- Contribuir em ações educativas desenvolvidas em parceria com o NAPNE, Núcleo de Estudo de Gênero, Núcleo de Educação Ambiental fortalecendo a integração e consolidando as práticas da Coordenação de Ações Inclusivas;
- Propor ações que levem a conhecer o perfil da comunidade interna e externa do Campus nos aspectos étnico-raciais;
- Implementar as leis nº 10.639/03 e nº 11.645/03 que instituiu as Diretrizes Curriculares, que está pautada em ações que direcionam para uma educação pluricultural e pluriétnica, para a

construção da cidadania por meio da valorização da identidade étnico-racial, principalmente de negros, afrodescendentes e indígenas;

- Fazer intercâmbio em pesquisas e socializar seus resultados em publicações com as comunidades interna e externas ao Instituto: Universidades, escolas, comunidades negras rurais, quilombolas, comunidades indígenas e outras instituições públicas e privadas;
- Motivar e criar possibilidades de desenvolver conteúdos curriculares e pesquisas com abordagens multi e interdisciplinares, e forma contínua;
- Participar como ouvinte, autor, docente, apresentando trabalhos em seminários, jornadas e cursos que tenham como temáticas a Educação, História, Ensino de História, Histórias e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas, Educação e Diversidade, formação inicial e continuada de professores;
- Colaborar com ações que levem ao aumento do acervo bibliográfico relacionado às Histórias e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas, e a educação pluriétnica no campus;
- Incentivar a criação de grupos de convivência da cultura afro-brasileira e indígena, em especial com os estudantes do Campus.

3.4.5.3. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS)

As questões de gênero e diversidade sexual estão presentes nos currículos espaços, normas, ritos, rotinas e práticas pedagógicas das instituições de ensino. Não raro, as pessoas identificadas como dissonantes em relação às normas de gênero e à matriz sexual são postas sob a mira preferencial de um sistema de controle e vigilância que, de modo sutil e profundo, produz efeitos sobre todos os sujeitos e os processos de ensino e aprendizagem. Histórica e culturalmente transformada em norma, produzida e reiterada, a heterossexualidade obrigatória e as normas de gênero tornam-se o baluarte da heteronormatividade e da dualidade homem e mulher. As instituições de ensino acabam por se empenhar na reafirmação e no êxito dos processos de incorporação das normas de gênero e da heterossexualização compulsória.

Com intuito de proporcionar mudanças de paradigmas sobre a diferença, mais especificamente sobre gênero e heteronormatividade, o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS), considerando os documentos institucionais, tem como objetivo proporcionar espaços de debates, vivências e reflexões acerca das questões de gênero e diversidade sexual, na comunidade interna e externa, viabilizando a construção de novos conceitos de gênero e diversidade sexual, rompendo barreiras educacionais e atitudinais na instituição, de forma a promover inclusão de todos na educação.

3.5. Programa Permanência e êxito (PPE)

Em 2014, o IFFar implantou o Programa Permanência e Êxito dos Estudantes da instituição, homologado pela Resolução CONSUP nº 178, de 28 de novembro de 2014. O objetivo do Programa é consolidar a excelência da oferta da EBPTT de qualidade e promover ações para a permanência e o êxito dos estudantes no IF Farroupilha. Além disso, busca socializar as causas da evasão e retenção no âmbito da Rede Federal; propor e assessorar o desenvolvimento de ações específicas que minimizem a influência dos fatores responsáveis pelo processo de evasão e de retenção, categorizados como: individuais do estudante, internos e externos à instituição; instigar o sentimento de pertencimento ao IFFar e consolidar a identidade institucional; e atuar de forma preventiva nas causas de evasão e retenção.

Visando a implementação do Programa, o IFFar institui em seus campi ações, como: sensibilização e formação de servidores; pesquisa diagnóstica contínua das causas de evasão e retenção dos alunos; programas de acolhimento e acompanhamento aos alunos; ampliação dos espaços de interação entre a comunidade externa, a instituição e a família; prevenção e orientação pelo serviço de saúde dos campi; programa institucional de formação continuada dos servidores; ações de divulgação da Instituição e dos cursos; entre outras.

Através de projetos como o Programa Permanência e Êxito dos Estudantes, o IFFar trabalha em prol do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES/2010). Assim, as ações do Programa com vistas à permanência e êxito dos seus estudantes, são pensadas e elaboradas conjuntamente buscando uma contínua redução nos índices de evasão escolar e desenvolvidas a partir das responsabilidades de cada setor/eixo/curso.

3.6. Acompanhamento de Egressos

O IFFar concebe o acompanhamento de egressos como uma ação que visa ao planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais da instituição, a partir da avaliação da qualidade da formação ofertada e da interação com a comunidade.

Além disso, o acompanhamento de egressos visa ao desenvolvimento de políticas de formação continuada, com base nas demandas do mundo do trabalho, reconhecendo como responsabilidade da instituição o atendimento aos seus egressos.

A instituição mantém programa institucional de acompanhamento de egresso, a partir de ações contínuas e articuladas, entre as Pró-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e Coordenação de Cursos.

3.7. Mobilidade Acadêmica

O IFFar mantém programas de mobilidade acadêmica entre instituições de ensino do país e instituições de ensino estrangeiras, através de convênios interinstitucionais ou através da adesão a programas governamentais, visando incentivar e dar condições para que os estudantes enriqueçam seu processo formativo a partir do intercâmbio com outras instituições e culturas.

As normas para a Mobilidade Acadêmica estão definidas e regulamentadas em documentos institucionais próprios.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1. Perfil do Egresso

Ao final do curso, o Técnico em Agropecuária, será capaz de observar, identificar e diagnosticar as situações que dizem respeito a sua profissão, sensível aos aspectos socioeconômicos, políticos e ambientais. O profissional estará apto tanto para buscar soluções técnicas aos problemas detectados quanto inovações e/ou melhorias para empreendimentos agropecuários, de forma dinâmica, sustentável e coerente com a realidade na qual está inserido.

Neste sentido, o profissional atua, planeja, executa, acompanha, fiscaliza todas as fases dos projetos agropecuários. Administra propriedades rurais. Elabora, aplica e monitora programas preventivos de sanidade e boas práticas na produção animal, vegetal e agroindustrial. Realiza medição, demarcação e levantamentos topográficos rurais. Atua em programas de assistência técnica, extensão rural e pesquisa. Busca realizar ações empreendedoras e estimular o cooperativismo e o associativismo, visando sempre o desenvolvimento rural sustentável das comunidades nas quais vier a se inserir no mundo do trabalho. Podendo desempenhar outras atividades de acordo com o Decreto Lei nº 4.560 de 30 de dezembro de 2002.

Nos Cursos Técnicos do IFFar, além da formação profissional os egressos terão formação para:

- Atuar na sociedade de forma comprometida com o desenvolvimento regional sustentável;
- Agir com base em princípios éticos, democráticos e solidários, respeitando e valorizando as diversidades e as diferenças individuais;
- Reconhecer a importância do conhecimento científico, em suas diversas áreas, para a construção de soluções inovadoras com vistas na melhoria das condições de vida;
- Identificar o trabalho como atividade humana voltada a atender as necessidades subjetivas e objetivas da vida em sociedade;
- Analisar criticamente as relações sociais de forma a identificar seus direitos e deveres, exercendo plenamente sua cidadania;
- Reconhecer-se como sujeito em constante formação, por meio do compartilhamento de saberes no âmbito do trabalho e da vida social;
- Proporcionar uma formação que possibilite inserir-se no mundo do trabalho, bem como na continuidade dos estudos.

4.2. Organização curricular

A concepção do currículo do Curso Técnico em Agropecuária Integrado tem como premissa a articulação entre a formação acadêmica e o mundo do trabalho, possibilitando a articulação entre os conhecimentos construídos nas diferentes disciplinas do curso com a prática real de trabalho, propiciando a flexibilização curricular e a ampliação do diálogo entre as diferentes áreas de formação.

O currículo do Curso Técnico em Agropecuária Integrado está organizado a partir de 03 (três) núcleos de formação: Núcleo Básico, Núcleo Politécnico e Núcleo Tecnológico, os quais são perpassados pela Prática Profissional.

4.2.1. Núcleos de formação

O **Núcleo Básico** é caracterizado por ser um espaço da organização curricular ao qual se destinam as disciplinas que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação básica e que possuem menor ênfase tecnológica e menor área de integração com as demais disciplinas do curso em relação ao perfil do egresso.

O curso integrado é constituído essencialmente a partir dos conhecimentos e habilidades nas áreas de linguagens e seus códigos, ciências humanas, matemática e ciências da natureza, que tem por objetivo desenvolver o raciocínio lógico, a argumentação, a capacidade reflexiva, a autonomia intelectual, contribuindo na constituição de sujeitos pensantes, capazes de dialogar com os diferentes conceitos;

O **Núcleo Tecnológico** é caracterizado por ser um espaço da organização curricular ao qual se destinam as disciplinas que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação técnica e que possuem maior ênfase tecnológica e menor área de integração com as demais disciplinas do curso em relação ao perfil profissional do egresso. Constituir-se basicamente a partir das disciplinas específicas da formação técnica, identificadas a partir do perfil do egresso que instrumentalizam: domínios intelectuais das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso; fundamentos instrumentais de cada habilitação; e fundamentos que contemplam as atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional.

O **Núcleo Politécnico** é caracterizado por ser um espaço da organização curricular ao qual se destinam as disciplinas que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação básica e técnica, que possuem maior área de integração com as demais disciplinas do curso em relação ao perfil do egresso bem como as formas de integração. O Núcleo Politécnico é o espaço onde se garantem, concretamente, conteúdos, formas e métodos responsáveis por promover, durante todo o itinerário formativo, a politecnia, a formação integral, omnilateral, a interdisciplinaridade. Tem o objetivo de ser o elo comum entre o Núcleo Tecnológico e o Núcleo Básico, criando espaços contínuos durante o itinerário formativo para garantir meios de realização da politécnica.

A carga horária total do Curso Técnico em Agropecuária Integrado é de 3400 horas-relógio, composta pelas cargas dos núcleos que são: 1766 horas relógio para o Núcleo básico, 467 horas relógio para o Núcleo

Politécnico é de 967 horas- relógio para o Núcleo Tecnológico, somadas a carga horária de 180 horas relógio para a realização de Estágio Supervisionado Obrigatório e 20 horas-relógio de Orientação para Estágio.

4.2.2. Conteúdos Especiais Obrigatórios

Os conteúdos especiais obrigatórios, previstos em Lei, estão contemplados nas disciplinas e/ou demais componentes curriculares que compõem o currículo do curso, conforme as especificidades previstas legalmente. Observar as Diretrizes dos Cursos Técnicos do IFFar os conhecimentos ficam organizados na seguinte forma:

I – História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena – exemplo: está presente como conteúdo nas disciplinas de. Essa temática também se fará presente nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o Campus conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) que desenvolve atividades formativas voltadas para os estudantes e servidores.

II – Princípios da Proteção e Defesa civil, presente na disciplina de geografia e de forma transversal em toda organização curricular, de aplicação nos cursos na forma integrada, a serem observados por atividades de planejamento anual do campus.

III- Educação ambiental – Esta temática é trabalhada de forma transversal no currículo do curso, em especial nas disciplinas de geografia e biologia, e nas atividades complementares do curso, tais como workshop/palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras, constituindo-se em um princípio fundamental da formação do tecnólogo.

IV – Educação Alimentar e Nutricional – Conforme Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos estudantes da Educação Básica como conteúdo no currículo dos cursos integrados a ser observada na disciplina de educação física e biologia por outras atividades de planejamento anual do campus.

V – Processo de Envelhecimento, respeito e valorização do idoso – de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria, conforme Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Conteúdo no currículo dos cursos integrados a ser observado por atividades de planejamento anual do campus, envolvendo a disciplina de Sociologia e Filosofia, além de ações da Coordenação de Ações Inclusivas, projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão.

VI – Educação para o trânsito – Conforme Lei nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, deve fazer parte do conteúdo das disciplinas de forma transversal, principalmente da disciplina de geografia, além de ações envolvendo a Assistência Estudantil, projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão e, ou, parceria com o município e órgão(s) de trânsito da região de oferta do campus.

VII – Educação em Direitos Humanos - Educação em Direitos Humanos está presente como conteúdo em disciplinas que guardam maior afinidade com a temática, como sociologia e filosofia atendendo ao Decreto

nº 7.037/2009, que institui o Plano Nacional dos Direitos Humanos – PNDH. É parte do conteúdo de disciplina(s) de forma transversal, em todos os níveis de ensino, além de atividades de planejamento anual do campus, envolvendo ações do NAPNE, NEABI, NUGEDIS, CAI, SAE, dentre outros. Também são tratadas as questões relativas aos direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional. Essas temáticas também se farão presentes nas atividades complementares do curso, realizadas no âmbito da instituição, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Além das atividades curriculares, o campus conta com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) que desenvolve atividades formativas sobre essa temática voltadas para os estudantes e servidores.

VIII - ações de promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying) está presente como conteúdo em disciplinas que guardam maior afinidade com a temática, como sociologia, filosofia e língua portuguesa, esta que traz discussões por meio do texto dissertativo-argumentativo.

Além dos conteúdos obrigatórios listados acima, o curso de Técnico em Agropecuária Integrado desenvolve, de forma transversal ao currículo, atividades relativas à temática de educação para a diversidade, visando à formação voltada para as práticas inclusivas, tanto em âmbito institucional, quanto na futura atuação dos egressos no mundo do trabalho.

Para o atendimento das legislações mínimas e o desenvolvimento dos conteúdos obrigatórios no currículo do curso apresentados nas legislações Nacionais e Diretrizes Institucionais para os cursos Técnicos, além das disciplinas que abrangem as temáticas previstas na Matriz Curricular, o corpo docente irá planejar, juntamente com os Núcleos ligados à Coordenação de Ações Inclusivas do campus, como NAPNE (Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas) e NEABI (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena), e demais setores pedagógicos da instituição, a realização de atividades formativas envolvendo estas temáticas, tais como palestras, oficinas, semanas acadêmicas, entre outras. Tais ações devem ser registradas e documentadas no âmbito da coordenação do curso, para fins de comprovação.

Em atendimento a Lei nº 13.006, de 26 junho de 2014, que acrescenta o § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o IFFar irá atender a obrigatoriedade da exibição de filmes de produção nacional, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas mensais em cada Campus. Os filmes nacionais a serem exibidos deverão contemplar temáticas voltadas aos conhecimentos presentes no currículo dos cursos, proporcionando a integração curricular e o trabalho articulado entre os componentes curriculares.

4.2.3. Flexibilização Curricular

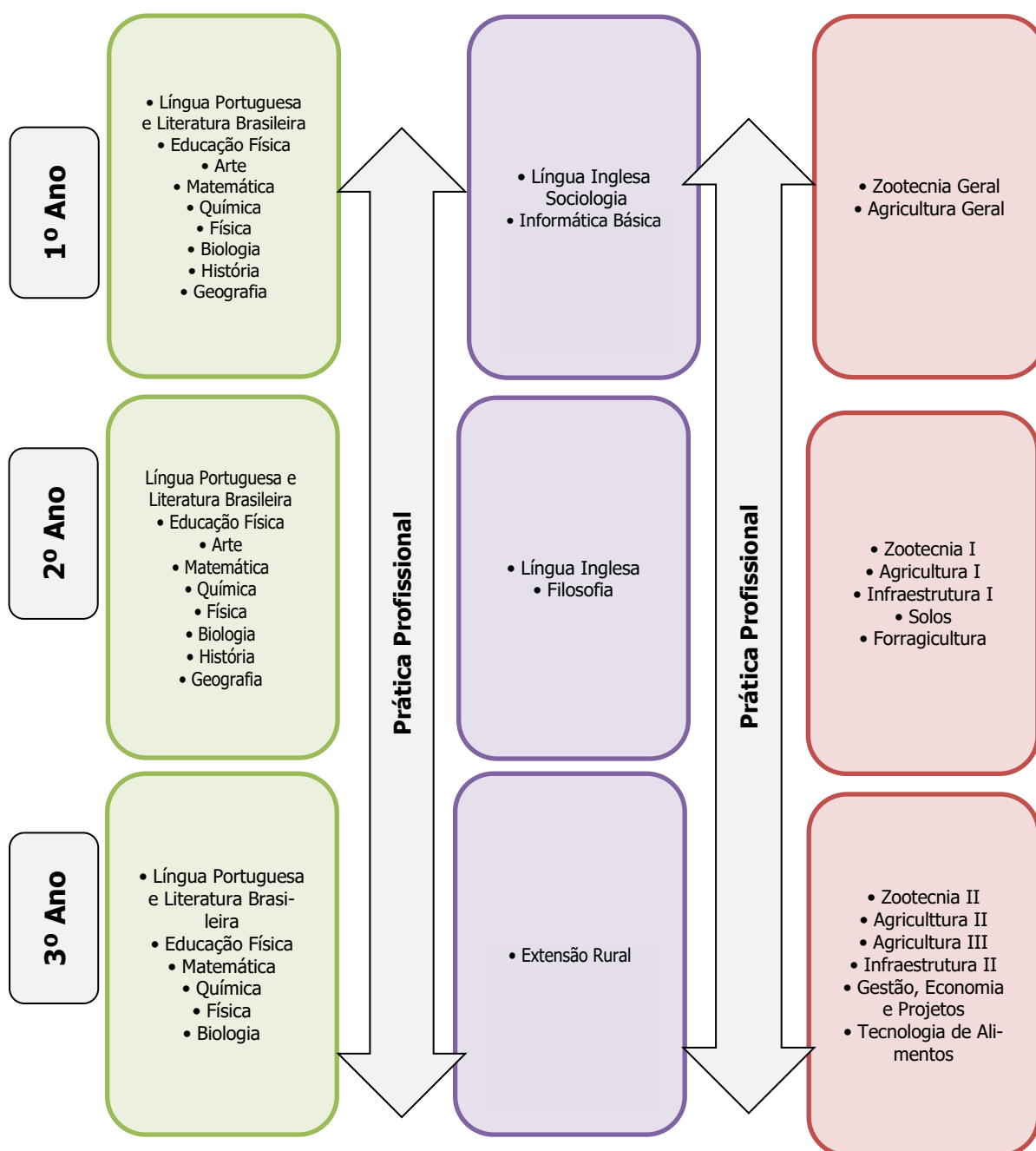
A flexibilização curricular nos cursos acontecerá através das Práticas Profissionais Integradas, que possibilitará aos estudantes desenvolverem a prática conforme as necessidades apresentadas na atualidade. Além

disso, poderão ser proporcionadas aos estudantes, disciplinas optativas para fins de aprofundamento e/ou atualização de conhecimentos específicos.

O curso Técnico em Agropecuária Integrado realizará, quando necessário, adaptações no currículo regular, para torná-lo apropriado às necessidades específicas dos estudantes, público alvo da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2008), visando à adaptação e flexibilização curricular ou terminalidade específica para os casos previstos na legislação vigente. Será previsto ainda a possibilidade de aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os estudantes com altas habilidades/superdotação. Estas ações deverão ser realizadas de forma articulada com o Núcleo Pedagógico Integrado (NPI), a Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) e Coordenação de Ações Inclusivas (CAI).

A adaptação e a flexibilização curricular ou terminalidade específica serão previstas, conforme regulamentação própria.

4.3. Representação gráfica do Perfil de formação



4.4. Matriz Curricular

Ano	Disciplinas	Períodos semanais	CH (h/a)*
1º Ano	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	3	120
	Língua Inglesa	1	40
	Educação Física	1	40
	Informática Básica	1	40
	Arte	1	40
	Matemática	4	160
	Química	3	120
	Física	3	120
	Biologia	3	120
	História	2	80
	Geografia	2	80
	Sociologia	2	80
	Zootecnia Geral	3	120
	Agricultura Geral	3	120
	Subtotal da carga horária de disciplinas no ano	32	1.280
2º Ano	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	3	120
	Língua Inglesa	1	40
	Educação Física	1	40
	Matemática	3	120
	Química	2	80
	Física	2	80
	Biologia	2	80
	História	2	80
	Geografia	2	80
	Filosofia	2	80
	Zootecnia I	4	160
	Agricultura I	3	120
	Infraestrutura I	2	80
	Solos	2	80
	Forragicultura	1	40
	Subtotal da carga horária de disciplinas no ano	32	1.280
3º Ano	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	4	160
	Educação Física	1	40

Matemática	2	80
Química	2	80
Física	2	80
Biologia	2	80
Extensão Rural	2	80
Zootecnia II	4	160
Agricultura II	3	120
Agricultura III	3	120
Infraestrutura II	4	160
Gestão, Economia e Projetos	2	80
Tecnologia de Alimentos	1	40
Subtotal da carga horária de disciplinas no ano	32	1.280
Carga Horária total de disciplinas (hora aula)		3840
Carga Horária total de disciplinas (hora relógio)		3200
Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório (hora relógio)		180
Orientação para Estágio (hora-relógio)		20
Carga Horária total do curso (hora relógio)		3400

*Hora aula: 50 minutos

Legenda:

Núcleo de Formação	CH	Porcentagem
Núcleo Básico	2080h	54%
Núcleo Tecnológico	1320h	34%
Núcleo Politécnico	440h	12%

4.5. Prática Profissional

A prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao estudante enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente.

No Curso Técnico em Agropecuária Integrado, a prática profissional acontecerá em diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como o estágio curricular supervisionado obrigatório e o não obrigatório, experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como os laboratórios, as oficinas, empresas pedagógicas, ateliês, PPIs, a investigação sobre atividades profissionais, os projetos de pesquisa e/ou intervenção, as visitas técnicas, simulações, observações e outras.

Estas práticas profissionais serão articuladas entre as disciplinas dos períodos letivos correspondentes. A adoção de tais práticas possibilita efetivar uma ação interdisciplinar e o planejamento integrado entre os elementos do currículo, pelos docentes e equipes técnico-pedagógicas. Nestas práticas profissionais também serão contempladas as atividades de pesquisa e extensão em desenvolvimento nos setores da instituição e na comunidade regional, possibilitando o contato com as diversas áreas de conhecimento dentro das particularidades de cada curso.

4.5.1. Prática Profissional Integrada

A Prática Profissional Integrada (PPI), deriva da necessidade de garantir a prática profissional nos cursos técnicos do IFFar, a ser concretizada no planejamento curricular, orientada pelas diretrizes institucionais para os cursos técnicos do IFFar e demais legislações da educação técnica de nível médio.

A PPI no Curso Técnico em Agropecuária tem por objetivo aprofundar o entendimento do perfil do egresso e áreas de atuação do curso, buscando aproximar a formação dos estudantes com o mundo de trabalho. Da mesma forma, pretende articular horizontalmente o conhecimento dos três anos do curso oportunizando o espaço de discussão e um espaço aberto para entrelaçamento entre as disciplinas com a finalidade de incentivar a pesquisa como princípio educativo promovendo a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão através do incentivo à inovação tecnológica.

A PPI é um dos espaços no qual se busca formas e métodos responsáveis por promover, durante todo o itinerário formativo, a politécnica, a formação integral, omnilateral, a interdisciplinaridade, integrando os núcleos da organização curricular.

A PPI deve articular os conhecimentos trabalhados em no mínimo, quatro disciplinas contemplando necessariamente disciplinas da área básica e da área técnica (independente do núcleo) definidas em projeto próprio, a partir de reunião do Colegiado do Curso.

As práticas profissionais integradas poderão ser desenvolvidas na forma não presencial, no máximo 20% da carga horária total de PPI. O Curso Técnico em Agropecuária contemplará a carga horária de 204 horas aula (5% do total de horas) , para o desenvolvimento de Práticas Profissionais Integradas (PPI), observando o disposto nas Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos do IFFar. A distribuição da carga horária da PPI ocorrerá da seguinte forma, conforme decisão do colegiado do Eixo Tecnológico: a carga horária da PPI corresponderá a 5% da carga horária total do curso. Essa carga horária corresponde a 204 horas aula, sendo distribuídas 68 horas aula em cada ano do curso.

As atividades correspondentes às PPIs ocorrerão ao longo das etapas, orientadas pelos professores titulares das disciplinas específicas, tendo um dos professores como coordenador do projeto. O desenvolvimento da prática deverá estar descrita no Projeto de PPI desenvolvido preferencialmente antes do início do ano letivo, em que as PPIs serão desenvolvidas, ou no máximo, até 20 dias úteis a contar do primeiro dia letivo do ano. O projeto de PPI será assinado, apresentado aos estudantes e arquivado juntamente com o Plano de Ensino de cada disciplina envolvida.

O projeto de PPI deverá indicar as disciplinas que farão parte das práticas, bem como a distribuição das horas para cada disciplina, que faz parte do cálculo da carga horária total, em hora aula, de cada disciplina envolvida diretamente na PPI, deverá conter os objetivos da prática, a metodologia, a avaliação integrada e os conhecimentos a serem desenvolvidos por cada disciplina.

A coordenação do curso deve promover reuniões periódicas (no mínimo duas) para que os professores envolvidos na PPIs possam interagir planejar e avaliar em conjunto com todos os professores do curso a realização e o desenvolvimento das mesmas, a adoção desta ação possibilita efetivar uma ação interdisciplinar e o planejamento integrado entre os componentes do currículo, além de contribuir para a construção do perfil profissional do egresso.

As PPI poderão ser desenvolvidas, no máximo 20% da carga horária total do projeto, na forma não presencial, que serão organizadas de acordo com as Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos do IFFar.

A realização da PPI prevê o desenvolvimento de produção de um produto (escrito, virtual e/ou físico) conforme o Perfil Profissional do Egresso. Ao final, deve ser previsto, no mínimo, um momento de socialização por meio de seminário, oficina, feira, evento, dentre outros.

4.6. Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório

Na organização curricular dos cursos técnicos do IFFar, poderá ser acrescida à carga horária mínima, de no máximo, 200 horas relógio, destinadas ao Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e/ou para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, como um dos instrumentos de prática profissional no curso Técnico em Agropecuária Integrado tem a duração de 180 horas relógio e deverá ser realizado a partir da conclusão da Orientação de Estágio, ou seja, a partir do 2º ano.

O plano de estágio deve ser orientado por um professor sendo a sua oficialização após assinatura do termo de convênio entre a instituição de ensino e a empresa concessora de estágio, e do termo de compromisso entre o estagiário, a instituição de ensino e a empresa concessora do estágio, conforme lei específica.

O relatório de estágio curricular supervisionado obrigatório é resultado do esforço de síntese do aluno em articular conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no transcorrer do curso e do estágio, e constitui um dos requisitos para a conclusão do curso. Esse relatório de estágio deve ser escrito, feito individualmente, sob a orientação de um professor orientador, e conter todos os serviços realizados, as horas desenvolvidas em cada atividade, destacando sua importância e ligação com os conteúdos teórico-práticos desenvolvidos no âmbito do curso, além de uma reflexão pessoal sobre as atividades desenvolvidas ao longo do estágio. O resultado do estágio será socializado por meio de seminário ou outra atividade a ser definida pelo colegiado do curso e expressa no regulamento de estágio em anexo ao PPC. Existe ainda, para os estudantes que desejarem ampliar a sua prática de estágio, para além da carga horária mínima estipulada na matriz curricular, a possibilidade de realizar estágio curricular não obrigatório com carga horária não especificada, mediante

convênio e termos de compromisso entre as empresas ou instituições e o Instituto Federal Farroupilha que garantam as condições legais necessárias.

Conforme a Lei dos Estágios nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, o aluno poderá cumprir a carga horária de 180 horas de estágio curricular supervisionado obrigatório considerando até 8 horas diárias durante o período das férias escolares e até 6 horas diárias durante o período letivo.

O estágio deverá ser realizado em empresas que possuam alguma relação com o curso, com profissional disponível para supervisionar e orientar o estudante durante as atividades realizadas no estágio, cabendo ao colegiado de curso decidir os casos especiais.

4.6.1. Componente Curricular de Orientação de Estágio

Antes de o estudante sair para a prática de estágio, ele deverá cumprir as horas destinadas a Orientação de Estágio. Este componente visa à preparação do estudante e, também, orienta-o para a elaboração do relatório final, conforme organização do curso. A Orientação de Estágio objetiva, ainda, orientar os estudantes antes de iniciar o estágio, sobre aspectos relacionados à ética, pontualidade, assiduidade, questionamentos, atividades que devem ou não ser realizadas, relatório, documentação, entre outros.

O componente curricular de Orientação de Estágio conta com a carga horária de 20 horas relógio a ser desenvolvida no segundo ano letivo, sendo que o estudante poderá iniciar o estágio curricular somente após ter cursado o componente curricular. A Orientação de Estágio será desenvolvida por meio de oficinas, minicursos, palestras, seminários, workshops, encontros, entre outros. Serão desenvolvidas as seguintes temáticas: ética e postura profissional, legislação vigente sobre estágio supervisionado e documentação institucional, necessária à realização do estágio, desenvolvidas por profissionais como psicólogo/a institucional, chefias de gestão de pessoas, de empresas locais conveniadas, coordenação do curso, coordenação de extensão, entre outros.

4.7. Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório

Para os estudantes que desejarem ampliar a sua prática profissional, além da carga horária mínima estipulada na matriz curricular, há a possibilidade de realizar estágio curricular supervisionado não obrigatório com carga horária não especificada, mediante convênio e termos de compromisso entre as empresas ou instituições e o Instituto Federal Farroupilha que garantam as condições legais necessárias.

4.8. Avaliação

4.8.1. Avaliação da Aprendizagem

Conforme as Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos do IFFar, a avaliação da aprendizagem dos estudantes do Curso Técnico em Agropecuária, visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional do

curso, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre eventuais provas finais.

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da apropriação de conhecimentos e avaliação quantitativa, o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo de ensino e aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos/as estudantes.

A avaliação do rendimento escolar enquanto elemento formativo é condição integradora entre ensino e aprendizagem, devendo ser ampla, contínua, gradual, dinâmica e cooperativa, acontecendo paralelamente ao desenvolvimento dos conteúdos.

Para a avaliação do rendimento dos estudantes, serão utilizados instrumentos de natureza variada e em número amplo o suficiente para poder avaliar o desenvolvimento de capacidades e saberes, com ênfases distintas, ao longo do período letivo.

O professor deixará claro aos estudantes, por meio do Plano de Ensino, no início do período letivo, os critérios para avaliação do rendimento escolar. Os resultados da avaliação da aprendizagem deverão ser informados ao estudante pelo menos duas vezes por semestre, ou seja, ao final de cada bimestre, a fim de que, estudante e professor, possam junto, criar condições para retomar aspectos nos quais os objetivos de aprendizagem não tenham sido atingidos. Serão utilizados, no mínimo, três instrumentos de avaliação desenvolvidos no decorrer do semestre letivo.

Durante todo o itinerário formativo do estudante deverão ser previstas atividades de recuperação paralela, complementação de estudos dentre outras para atividades que o auxiliem a ter êxito na sua aprendizagem, evitando a não compreensão dos conteúdos, a reprovação e/ou evasão. A carga horária da recuperação paralela não está incluída no total da carga horária da disciplina e carga horária total do curso.

Cada docente deverá propor, em seu planejamento semanal, estratégias de aplicação da recuperação paralela, dentre outras atividades, visando à aprendizagem dos estudantes, as quais deverão estar previstas no plano de ensino, com a ciência da Coordenação Geral de Ensino e da Assessoria Pedagógica do *campus*.

No final do primeiro bimestre de cada semestre letivo, o professor comunicará aos estudantes o resultado da avaliação parcial do semestre. Após avaliação conjunta do rendimento escolar do estudante, o Conselho de Classe Final decidirá quanto à sua retenção ou progressão, baseado na análise dos comprovantes de acompanhamento de estudos e oferta de recuperação paralela. Serão previstas, durante o curso, avaliações integradas envolvendo os componentes curriculares para fim de articulação do currículo.

O sistema de avaliação do IFFar é regulamento por normativa própria. Entre os aspectos relevantes segue o exposto abaixo:

Os resultados da avaliação do aproveitamento são expressos em notas.

Para o estudante ser considerado aprovado deverá atingir: Nota 7,0 (sete), antes do Exame Final; Média mínima 5,0 (cinco), após o Exame Final.

No caso do estudante não atingir, ao final do semestre, a nota 7,0 e a nota for superior a 1,7 terá direito a exame, sendo assim definido:

A média final da etapa terá peso 6,0 (seis).

O Exame Final terá peso 4,0 (quatro).

O cálculo da média da etapa deverá seguir a seguinte fórmula:

$$NFPE = \frac{NFSAx6 + NEx4}{10}$$

$$NFPE = NFSAx0,6 + NEx0,4$$

Portanto, quanto preciso tirar no exame?

$$NEx0,4 \geq 5,0 - NFSAx0,6$$

$$NE \geq \frac{5,0 - NFSAx0,6}{0,4}$$

Legenda:

NFPE = Nota Final Pós Exame

NFSA = Nota Final do Semestre ou Anual

NE = Nota Exame

Considera-se aprovado, ao término do período letivo, o (a) estudante que obtiver nota, conforme orientado acima, e frequência mínima de 75% em cada disciplina.

Maior detalhamento sobre os critérios e procedimentos de avaliação é encontrado no regulamento próprio de avaliação.

4.8.2. Autoavaliação Institucional

A avaliação institucional é um mecanismo orientador para o planejamento das ações vinculadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, bem como a todas as atividades que lhe servem de suporte. Envolve desde a gestão até a operacionalização de serviços básicos para o funcionamento institucional, essa avaliação acontecerá por meio da Comissão Própria de Avaliação, instituída desde 2009 através de regulamento próprio avaliado pelo CONSUP.

Os resultados da autoavaliação relacionados ao Curso Técnico em Agropecuária Integrado serão tomados como ponto de partida para ações de melhoria em suas condições físicas e de gestão.

4.9. Critérios e procedimentos para aproveitamento de estudos anteriores

O aproveitamento de estudos anteriores compreende o processo de aproveitamento de componentes curriculares cursados com êxito em outro curso.

No Curso Técnico em Agropecuária Integrado não haverá a possibilidade de aproveitamento de estudos, salvo se for de outro curso de educação profissional conforme Parecer nº CNE/CEB 39/2004.

O aproveitamento de estudos anteriores poderá ser solicitado pelo estudante e deve ser avaliado pelo colegiado de cursos conforme orientado nas Diretrizes Institucionais para os cursos técnicos do IFFar.

O pedido de aproveitamento de estudos deve ser protocolado na Coordenação de Registros Acadêmicos do campus, por meio de formulário próprio, acompanhado de histórico escolar completo e atualizado da Instituição de origem, das ementas e programa do respectivo componente curricular.

4.10. Critérios e procedimentos de certificação de conhecimento e experiências anteriores

Entende-se por Certificação de Conhecimentos Anteriores e a dispensa de frequência em componente curricular do curso em que o estudante comprove domínio de conhecimento por meio de aprovação em avaliação a ser aplicada pelo IFFar. Conforme as Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos do IFFar a certificação de conhecimentos por disciplina somente pode ser aplicada em curso que prevê matrícula por disciplina, não cabendo certificação de conhecimentos para os estudantes do curso Integrado, a não ser que a certificação de conhecimento demonstre domínio de conhecimento em todos os componentes curriculares do período letivo a ser avaliado.

4.11. Expedição de Diploma e Certificados

Conforme as Diretrizes Institucionais para os Cursos Técnicos, a certificação profissional abrange a avaliação do itinerário profissional e de vida do estudante, visando ao seu aproveitamento para prosseguimento de estudos ou ao reconhecimento para fins de certificação para exercício profissional, de estudos não formais e experiência no trabalho, bem como de orientação para continuidade de estudos, segundo itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar.

O IFFar deverá expedir e registrar, sob sua responsabilidade, os diplomas de técnico de nível médio para os estudantes do Curso Técnico em Agropecuária Integrado aos estudantes que concluíram com êxito todas as etapas formativas previstas no seu itinerário formativo.

Os diplomas de técnico de nível médio devem explicitar o correspondente título de Técnico em Agropecuária, indicando o Eixo Tecnológico ao qual se vincula. Os históricos escolares que acompanham os diplomas devem explicitar os componentes curriculares cursados, de acordo com o correspondente perfil profissional de conclusão, explicitando as respectivas cargas horárias, frequências e aproveitamento dos concluintes.

4.12. Ementário

4.12.1. Componentes curriculares obrigatórios

1º ANO	
Componente Curricular: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	
Carga Horária: 120 h/a	Período Letivo: 1º ano
Ementa Compreensão do uso da Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade. Compreensão e uso dos sistemas simbólicos das diferentes linguagens (oral e escrita, norma culta e variação linguística) como meio de organização da realidade pela constituição de significados. Análise de aspectos morfológicos (substantivo, adjetivo, artigo, numeral e preposição) e semânticos em torno da palavra como elemento constitutivo da língua. Estudo do sistema ortográfico e do emprego da acentuação. Leitura, produção e recepção de gêneros discursivos sociais, especialmente, os aplicados à área técnica. Introdução à Literatura, seus conceitos e finalidades. Estudo dos gêneros e escolas literárias portuguesa e brasileira (desde o fim do séc. XV até o Arcadismo), com ênfase no estabelecimento de relações entre o texto literário e o contexto sócio-histórico e cultural de sua produção.	
Ênfase Tecnológica Compreensão do uso da Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.	
Área de Integração Língua Inglesa: Relacionar o texto com suas estruturas linguísticas, suas funções e seu uso social.	
Bibliografia Básica BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Literatura Brasileira. São Paulo: Ática, 2002.	
Bibliografia Complementar ABAURRE, Maria Luiza; PONTARA, Marcela. Gramática – texto: análise e construção de sentido. São Paulo: Moderna, 2009. AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Publifolha, 2012. VIANA, Antonio Carlos (Coord.). Roteiro de Redação: lendo e argumentando. São Paulo: Scipione, 1998.	

Componente Curricular: Língua Inglesa	
Carga Horária: 40 h/a	Período Letivo: 1º ano
Ementa Leitura verbal e não verbal de textos correspondentes a gêneros discursivos das esferas cotidiana e jornalística em diferentes mídias. Relacionar o texto com suas estruturas linguísticas, suas funções e seu uso social. Abordagem semântico-pragmática direcionada à aquisição de vocabulário referente à área técnica de agropecuária.	
Ênfase Tecnológica Relacionar o texto com suas estruturas linguísticas, suas funções e seu uso social. Abordagem semântico-pragmática direcionada à aquisição de vocabulário referente à área técnica de agropecuária.	
Área de Integração Língua Portuguesa e Literatura Brasileira: Compreensão do uso da Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade. Análise, interpretação e aplicação dos recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização e estruturas das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção.	
Bibliografia Básica RICHMOND. UPGRADE: Inglês 1º volume. AGA, Gisele (org.). São Paulo: Richmond, 2010. TORRES, Nelson. Gramática prática da Língua Inglesa: o inglês descomplicado. São Paulo: Saraiva, 2007. MURPHY, Raymond. English Grammar in use. 3 ed. Cambridge: Cambridge university press, 2004.	
Bibliografia Complementar GONDALINI, EITER OTÁVIO. Técnicas de leitura. São Paulo: Teextonovo, 2002. GODOY, Sônia. English pronunciation for Brazilians: the sounds of American English. São Paulo: Disal, 2006. JACOB, Michael. Tirando dúvidas de inglês. 1ª ed. São Paulo: Disal, 2003.	

Componente Curricular: Educação Física	
Carga Horária: 40 h/a	Período Letivo: 1º ano
Ementa Estudo das manifestações culturais relacionadas ao corpo e ao movimento humano, esportes e jogos. Papel e especificidade da Educação Física no contexto histórico brasileiro. Aspectos históricos, sociais, culturais e biológicos do corpo. Educação alimentar e nutricional.	
Ênfase Tecnológica Papel e especificidade da educação física no contexto histórico brasileiro.	
Área de Integração Informática básica: processamento de textos e planilhas eletrônicas. Arte: técnicas de expressão e representação.	

Física: mecânica e cinemática.
Bibliografia Básica
SABA, Fabio. Mexa-se: atividade física, saúde e bem-estar. 3. ed. - rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2011.
CARNEVALI JUNIOR, Luiz Carlos et al. Exercício, emagrecimento e intensidade do treinamento: aspectos fisiológicos e metodológicos. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2013.
SANTOS, Cristiane Cassoni Gonçalves [et. al.]. A Linguagem corporal circense: interfaces com a educação e a atividade física. São Paulo. Phorte, 2012.
Bibliografia Complementar
RODRIGUES, Heitor de Andrade; Darido, Suraya Cristina. Basquetebol na escola: uma proposta didático-pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
GUIMARÃES NETO, Waldemar Marques. Musculação: intensidade total : you are not a number! 2ª ed. . São Paulo: Phorte, 2012.
EVANGELISTA, Alexandre Lopes. Treinamento funcional e core training: exercícios práticos aplicados. São Paulo: Phorte, 2011.

Componente Curricular: Arte	
Carga Horária: 40 h/a	Período Letivo: 1º ano
Ementa	
Leitura de imagem, da obra de arte e aproximações da Cultura Visual. Texto visual, identificação e análise de mecanismos persuasivos não verbais e midiáticos. A arte como criação e manifestação sociocultural. Técnicas de expressão e representação. Prática artística. Elementos da visualidade e suas relações e aplicações compositivas. Teoria da cor. Linguagens artísticas tradicionais e contemporâneas. Contextualização dos principais períodos históricos da arte. Arte Indígena. Arte Africana. A linguagem cinematográfica. Apreciação musical. Som. Parâmetros do som. Contextualizações e análise dos diferentes tipos de música, gêneros e estilos.	
Ênfase Tecnológica	
Leitura de imagem. A arte como criação e manifestação sócio-cultural. Linguagens artísticas tradicionais e contemporâneas.	
Área de Integração	
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira: Compreensão e uso dos sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meio de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação, interação e informação.	
História: O legado cultural do Mundo Antigo (Egito, Grécia e Roma). Idade Média – características.	
Bibliografia Básica	
PROENÇA, Graça. Descobrindo a História da Arte. 1ª ed. 7ª im. São Paulo: Ática Ltda., 2008.	
HAUSER, Arnold. História social da literatura e da arte. São Paulo: Mestre Jou, 1972.	
GOMBRICH, Ernst H. A história da arte; São Paulo: LTCª ed. itora, 2000.	
Bibliografia Complementar	
RUSH, Michael. Novas mídias na arte contemporânea. São Paulo: Martins Fontes, 2006.	
SCHAFER, Muray. O ouvido pensante, São Paulo, Unesp, 1991.	
MARTINS, Mirian C. F. D. (et al) Didática do Ensino de Arte: a Língua do Mundo: Poetizar, Fruir e Conhecer a Arte. São Paulo: FTD, 1998.	

Componente Curricular: Informática Básica	
Carga Horária: 40 h/a	Período Letivo: 1º ano
Ementa	
Introdução à Informática Básica, Softwares de propósito gerais para apresentação de palestras, processamento de textos (formatação de trabalhos acadêmicos) e planilhas eletrônicas.	
Ênfase Tecnológica	
Introdução a Informática Básica.	
Processamento de textos e planilhas eletrônicas (formatação de trabalhos acadêmicos).	
Área de Integração	
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira: Compreensão e uso dos sistemas simbólicos das diferentes linguagens como meio de organização cognitiva da realidade pela constituição de significados, expressão, comunicação, interação e informação.	
Bibliografia Básica	
ALCALDE, E.; GARCIA, M.; PENULAS, S. Informática básica. São Paulo: Makron Books, 2004.	
BRAGA, W. Informática Elementar – Windows XP, Excel 2003, Word 2003. Rio de Janeiro: Alta Books, 2004.	
RATHBONE, A. Windows Vista Para Leigos. Rio de Janeiro: Alta Books, 2008.	
Bibliografia Complementar	
COX, J. PREPPERNAU, J. Microsoft Office Word 2007 - Passo a Passo. São Paulo: Artmed, 2007.	
FRYE, C. Microsoft Office Excel 2007 - Passo a Passo. São Paulo: Bookman, 2007.	
MORAZ, E. Curso Passo a Passo Power Point XP Plus. São Paulo: Terra, 2005.	

Componente Curricular: Matemática	
Carga Horária: 160 h/a	Período Letivo: 1º ano
Ementa	
Matemática Básica: mínimo múltiplo comum, proporções, regra de três, propriedade distributiva, produtos notáveis, potenciação e radiciação. Relações métricas no triângulo retângulo. Trigonometria. Geometria Plana. Geometria Espacial.	

Ênfase Tecnológica
Matemática Básica.
Área de Integração
Zootecnia Geral: Classificação dos alimentos
Infraestrutura: Dimencionamento e seleção de máquinas agrícolas.
Bibliografia Básica
DANTE, Luiz Roberto. Matemática, Contexto e Aplicações . Vol único, Editora Ática, 2011.
PAIVA, Manoel. Matemática : volume único. São Paulo: Moderna, 2005.
SMOLE, Kátia Stocco e DINIZ, Maria Ignez. Matemática Ensino Médio . Vol. 1ª ed. Editora Saraiva. 2010
Bibliografia Complementar
COX, J. PREPPERNAU, J. Microsoft Office Word 2007 - Passo a Passo. São Paulo: Artmed, 2007.
FRYE, C. Microsoft Office Excel 2007 - Passo a Passo. São Paulo: Bookman, 2007.
MORAZ, E. Curso Passo a Passo Power Point XP Plus . São Paulo: Terra, 2005.

Componente Curricular: Química	
Carga Horária: 120 h/a	Período Letivo: 1º ano
Ementa	
Matéria e suas Transformações. Estrutura Atômica. Tabela Periódica. Ligações Químicas. Oxidação e Redução. Funções Inorgânicas. Reações Químicas.	
Ênfase Tecnológica	
Tabela Periódica, Ligações Químicas e Funções Inorgânicas.	
Área de Integração	
Biologia: Origem da vida. Biologia celular: composição química.	
Bibliografia Básica	
RUSSEL, J. B. Química geral . 2ª ed. . Volume 1; São Paulo: Pearson Makron Books, 2012.	
RUSSEL, J. B. Química geral . 2ª ed. . Volume 2; São Paulo: Pearson Makron Books, 2012.	
KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M.; WEAVER, G. C. Química geral e reações químicas . Volume 1. São Paulo: Cengage Learning, 2009.	
Bibliografia Complementar	
RUBINGER, M. M.; BRAATHEN, P. C. Ação e reação : ideias para aulas especiais de química. Belo Horizonte: RHJ, 2012.	
VANIN, J. A. Alquimistas e químicos : o passado, presente e o futuro. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2005.	
FILHO. E. A. V.; SILVA, M. B.; GIMENES, M. J. G. Química geral experimental . Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2012.	

Componente Curricular: Física	
Carga Horária: 120 h/a	Período Letivo: 1º ano
Ementa	
Mecânica: Grandezas físicas (suas unidades e transformações) Estudo dos movimentos, dinâmica e princípios de conservação.	
Ênfase Tecnológica	
Sistemas mecânicos.	
Área de Integração	
Matemática: regra de três	
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira: Compreensão e uso dos sistemas simbólicos.	
Química: Matéria e suas Transformações.	
Bibliografia Básica	
LUZ, Antônio Máximo Ribeiro da; Álvares, Beatriz Alvarenga. Curso de Física. V1. 6ed. São Paulo: Scipione, 2006.	
BONJORNO, José Roberto et al. Física Fundamental – Novo: volume único. São Paulo: FTD, 1999.	
GASPAR, Alberto. Física. São Paulo: Ática, 2007.	
Bibliografia Complementar	
BONJORNO, Regina Azenha; BONJORNO, José Roberto; BONJORNO, Valter; RAMOS, Clinton Márcio. Física completa. 2ed. São Paulo: FTD, 2001.	
PALANDI, Joecir, et al. Cinemática e Dinâmica. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.	
SAMPAIO, José Luiz; CALÇADA, Caio Sérgio. Física. São Paulo: Atual, 2007.	

Componente Curricular: Biologia	
Carga Horária: 120 h/a	Período Letivo: 1º ano
Ementa	
Origem da vida. Características dos seres vivos. Biologia celular: composição química, membranas celulares, citoplasma e organelas, núcleo, divisão celular e metabolismo. Reprodução, embriologia, anatomia e fisiologia humana. Saúde humana: doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, drogas.	
Ênfase Tecnológica	
Biologia celular e Ecologia.	
Área de Integração	
Sociologia: participação na sociedade contemporânea, ações e responsabilidades.	
Química: matéria e suas transformações.	
Bibliografia Básica	

AMABIS, J.M.; MARTHO, G.R. Biologia. Vol. 1, 2 e 3. 2ed. São Paulo: Moderna, 2004.
LINHARES, S.; GEWANDSZNAJDER, F. Biologia. Volume único. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2008.
SILVA Jr., C.; SASSON, S. Biologia. Volume único. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
Bibliografia Complementar
CARVALHO, H. F.; RECCO-PIMENTEL, S. M. A. Célula. 2ª ed. Barueri: Manole, 2007.
GUREVITCH, J.; SCHEINER, S.M.; FOX, G.A. Ecologia vegetal. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009
TOWNSEND, C.R.; BEGON, M.; HARPER, J.L. Fundamentos em ecologia. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Componente Curricular: História	
Carga Horária: 80 h/a	Período Letivo: 1º ano
Ementa	
A construção do conhecimento em história e o trabalho do historiador; A hominização e o desenvolvimento das primeiras sociedades humanas; O processo de sedentarização dos grupos humanos; Antiguidade clássica (com enfoque nos conceitos de democracia e escravidão no mundo antigo); Medievo europeu; Formação e expansão do islamismo; Diversidade política e cultural na África e na América pré-contato; Renascimento cultural e científico; Reformas religiosas; Formação das monarquias nacionais europeias e o absolutismo monárquico; Expansão Marítima europeia; América Portuguesa.	
Ênfase Tecnológica	
Introdução aos estudos históricos.	
Área de Integração	
Arte: contextualização dos principais períodos históricos da arte.	
Bibliografia Básica	
BRAIC, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. História das Cavernas Terceiro Milênio. São Paulo: Moderna, 2012.	
FARIA, Ricardo de Moura; MIRANDA, Mônica Liz; CAMPOS, Helena Guimarães. Estudos de História. São Paulo: FTD, 2012.	
VICENTINO, Claudio; DORIGO, Gianpaolo. História Geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2010.	
Bibliografia Complementar	
FAUSTO, Bóris. História do Brasil. 14ª ed. São Paulo: USP, 2012.	
MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. História do Brasil. Uma Interpretação. 3ª ed. São Paulo: SENAC, 2012.	
RINKE, Stefan. História da América Latina: das culturas pré-colombianas até o presente. Porto Alegre: PUCRS, 2012.	

Componente Curricular: Geografia	
Carga Horária: 80 h/a	Período Letivo: 1º ano
Ementa	
Interpretação de diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos. Reconhecimento da função dos recursos naturais na produção do espaço geográfico e as mudanças provocadas pela ação humana. Análise da dinâmica populacional e o enfrentamento de problemas de ordem econômico social. A diversidade cultural do Brasil e a contribuição da cultura africana e indígena.	
Ênfase Tecnológica	
Interpretação de diferentes representações gráficas e cartográficas dos espaços geográficos.	
Área de Integração	
Infraestrutura II: Noções de Sistemas de Informações Geográficas.	
Solos: Solos.	
História: Introdução aos estudos históricos.	
Biologia: Ecologia.	
Bibliografia Básica	
TERRA, Lygia; ARAÚJO, Regina; GUIMARÃES, Raul Borges. Conexões: estudos de Geografia Geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 2010.	
MARINA, Lucia; RIGOLI, Tércio. Geografia Geral e do Brasil. São Paulo: Ática, 2009.	
VISENTINI, José William. Geografia Geral e do Brasil. O Mundo em Transição. São Paulo: Ática, 2012.	
Bibliografia Complementar	
ALMANAQUE SOCIOAMBIENTAL. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.	
Garcia, Helio Carlos. Geografia: de olho no mundo do trabalho: volume único para o ensino médio. São Paulo: Scipione, 2005.	
MOREIRA, João Carlos; Sene, Eustáquio de. Geografia para o ensino médio: Geografia Geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2012.	

Componente Curricular: Sociologia	
Carga Horária: 80 h/a	Período Letivo: 1º ano
Ementa	
O que é sociologia? Os teóricos clássicos; O mundo do Trabalho hoje: avanços e exploração; Cultura, discriminação e preconceitos; Desigualdade Social; Movimentos Sociais e causas de luta; Violências; Política, Poder e Cidadania; Participação na sociedade contemporânea: ações e responsabilidades. Meio ambiente e sustentabilidade; desenvolvimento rural brasileiro, envolvendo a ocupação do espaço agrário, formação da sociedade, modernização da agricultura e os reflexos na Sociedade e na Economia. Composição e aspectos sociológicos da agricultura brasileira; Introdução à extensão rural.	
Ênfase Tecnológica	
Política, Poder e Cidadania. Participação na sociedade contemporânea: ações e responsabilidades.	

Área de Integração
Arte: a arte como manifestação sociocultural.
Biologia: impactos ambientais provocados pelo homem, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável.
Bibliografia Básica
COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 2º Grau São Paulo: Moderna, 2001.
BIASI, C. A. F.; GARBOSA NETO, A; SILVESTRE, F. S; ANZUATEGUI, I. A., Métodos e meios de comunicação para a extensão rural. 2v. Curitiba: ACARPA, 1982.
BORDENAVE, J. E. D. O que é Comunicação Rural? São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
Bibliografia Complementar
ABDALLA, M. O Princípio da cooperação: em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: Paulus, 2002.
BUAINAN, A M. ROOMEIRO, A. A Agricultura Familiar no Brasil: Agricultura Familiar e Sistemas de Produção. Brasília: INCRA/FAO, Março-2000.
BROSE, M. (Org.) Participação na Extensão Rural: experiência inovadora de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

Componente Curricular: Zootecnia Geral	Período Letivo: 1º ano
Carga Horária: 120 h/a	
Ementa	
Introdução a Zootecnia. Importância da Zootecnia no contexto do agronegócio brasileiro. Principais sistemas de criação; Bioclimatologia animal, etologia animal e ecologia aplicada à produção animal. Taxonomia dos animais domésticos. Zooegnóia. Domesticação e domesticidade. Aspectos morfológicos e fisiológicos do sistema digestório, reprodutivo, glândula mamária e fisiologia do parto nos animais de produção. Técnicas naturais e artificiais de melhoramento e reprodução animal. Nutrição animal; Classificação dos alimentos; Composição nutricional dos alimentos e métodos de avaliação; Suplementos e aditivos alimentares; exigências nutricionais das diferentes espécies de animais de produção; Princípios de processamento, preparação e controle de qualidade dos alimentos.	
Ênfase Tecnológica	
Importância da Zootecnia no contexto do agronegócio brasileiro. Principais sistemas de criação. Conhecimento e interpretação das normas técnicas e legislação pertinente.	
Área de Integração	
Biologia;	
Bibliografia Básica	
ANDRIGUETTO, José Milton; PERLY, Luimar; MINARDI, Italo; GEMAEL, Alaor; FLEMMING, José Sidney; SOUZA, Gilberto Alves de; BONA FILHO, Amadeu. Nutrição Animal. As bases e os fundamentos da nutrição animal. Os alimentos. Volume 1. 1ª Edição. São Paulo: Nobel, 2002.	
BERCHIELLI, T.T.; PIRES, A.V.; OLIVEIRA, S.G. Nutrição de ruminantes. 2ª Edição. Jaboticabal: FUNEP, 2006. 583p.	
MACHADO, Luiz Carlos. Nutrição animal fácil. 1ª Edição. Bambuí: Edição do Autor, 2011.	
Bibliografia Complementar	
CUNNINGHAM, James G. Tratado de fisiologia veterinária. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.	
SILVA, Dirceu Jorge; QUEIROZ, Augusto César de. Análise de Alimentos: métodos químicos e biológicos. 3ª Edição. Viçosa: Editora da UFV, 2002.	
VALADARES FILHO, Sebastião de Campos; MARCONDES, Marcos Inácio; CHIZZOTTI, Mario Luiz; PAULINO, Pedro Veiga Rodrigues. Exigências nutricionais de zebuínos puros e cruzados BR - Corte. 2ª Edição. Viçosa: Editora da UFV, 2010.	

Componente Curricular: Agricultura Geral	Período Letivo: 1º ano
Carga Horária: 120 h/a	
Ementa	
Conceitos de anatomia, morfologia e fisiologia vegetal; Agroclimatologia, conceitos e principais elementos da atmosfera, Zoneamento agrícola; Defesa fitossanitária: conceitos gerais e diferenciação dos principais agentes causadores de danos econômicos às plantas; Tecnologia de aplicação de defensivos agrícolas; Receituário agrônomo Educação ambiental: princípios de gestão ambiental e tratamento de resíduos agrícolas.	
Ênfase Tecnológica	
Morfologia e fisiologia vegetal, agroclimatologia e defesa fitossanitária.	
Área de Integração	
Biologia:	
Geografia: Clima, relevo,	
Português:	
Bibliografia Básica	
FACHINELLO, José Carlos et. al. Propagação de plantas frutíferas de Clima Temperado, 2ª ed., Pelotas, UFPEL, 1995.	
LORENZI, E. et al. Introdução à botânica - Morfologia. São Paulo: Instituto Plantarum de estudos da Flora, 2003. 223 p.	
VIDAL, W. N. & VIDAL, M. R. R. Botânica - Organografia. VIÇOSA: uf, 2003. 124 P.	
WENDLING, I. et al. Técnicas da produção de mudas de plantas ornamentais. VIÇOSA, Aprenda Fácil, 2005, 223 p.	
Bibliografia Complementar	
CARVALHO, Paulo Ernani Ramalho. Espécies Arbóreas Brasileiras V1. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Colombo, PR: Embrapa Florestas, 2006. 2023 P.	
WENDLING, I. GATTO, A. Substratos, Adubação e Irrigação na produção de mudas. VIÇOSA, Aprenda Fácil, 2002, 141 p.	

2º ANO	
Componente Curricular: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	
Carga Horária: 120 h/a	Período Letivo: 2º ano
Ementa	
Estudo da classificação morfológica e da função sintática das palavras na oração. Compreensão e exame dos termos essenciais da oração. Exame, leitura e produção de gêneros discursivos e exploração da tipologia textual. Investigação das escolas literárias brasileiras, Romantismo, Realismo/Naturalismo, Parnasianismo e Simbolismo, com ênfase no estabelecimento de relações entre o texto literário e o contexto sócio histórico e político de sua produção.	
Ênfase Tecnológica	
Exame, leitura e produção de gêneros discursivos e exploração da tipologia textual.	
Área de Integração	
Língua Inglesa: Relacionar o texto com suas estruturas linguísticas, suas funções e seu uso social.	
Bibliografia Básica	
BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17ª ed. . São Paulo: Ática, 2007. FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Literatura Brasileira. São Paulo: Ática, 2002.	
Bibliografia Complementar	
ABAURRE, Maria Luiza; PONTARA, Marcela. Gramática – texto: análise e construção de sentido. São Paulo: Moderna, 2009. AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Publifolha, 2012. VIANA, Antonio Carlos (Coord.). Roteiro de Redação: lendo e argumentando. São Paulo: Scipione, 1998.	

Componente Curricular: Língua Inglesa	
Carga Horária: 40 h/a	Período Letivo: 2º ano
Ementa	
Construir conhecimentos sobre a identificação, compreensão e interpretação das relações entre texto e contexto, por meio de atividades que oportunizem o desenvolvimento de saberes envolvendo as quatro habilidades (ler, ouvir, falar e escrever) da língua inglesa, com foco em gêneros diversos na temática da área da agropecuária.	
Ênfase Tecnológica	
Relacionar o texto com suas estruturas linguísticas, suas funções e seu uso social.	
Área de Integração	
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira: Compreensão do uso da Língua Portuguesa como língua materna, geradora de significação e integradora da organização do mundo e da própria identidade.	
Bibliografia Básica	
RICHMOND. UPGRADE: Inglês 1º volume. AGA, Gisele (org.). São Paulo: Richmond, 2010. TORRES, Nelson. Gramática prática da Língua Inglesa: o inglês descomplicado. São Paulo: Saraiva, 2007. MURPHY, Raymond. English Grammar in use. 3 ed. Cambridge: Cambridge university press, 2004.	
Bibliografia Complementar	
GUANDALINI, EITER OTÁVIO. Técnicas de leitura. São Paulo: Teetextonovo, 2002. GODOY, Sônia. English pronunciation for Brazilians: the sounds of American English. São Paulo: Disal, 2006. JACOB, Michael. Tirando dúvidas de inglês. 1.ed. São Paulo: Disal, 2003.	

Componente Curricular: Educação Física	
Carga Horária: 40 h/a	Período Letivo: 2º ano
Ementa	
Estudo das manifestações culturais relacionadas ao movimento humano, lutas e ginásticas. Dimensões do lazer, cultura e sociedade. Benefícios da atividade física sobre o organismo: adaptações dos aparelhos e sistemas orgânicos da atividade física; educação postural: orientação e prevenção. Direito ao esporte e ao lazer.	
Ênfase Tecnológica	
Benefícios da atividade física sobre o organismo.	
Área de Integração	
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira: leitura e produção de gêneros discursivos.	
Geografia: globalização e economia.	
Bibliografia Básica	
SABA, Fabio. Mexa-se: atividade física, saúde e bem-estar. 3ª ed. . - rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2011. CARNEVALI JUNIOR, Luiz Carlos et al. Exercício, emagrecimento e intensidade do treinamento: aspectos fisiológicos e metodológicos. 2ª ed. . rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2013. SANTOS, Cristiane Cassoni Gonçalves [et. al.]. A Linguagem corporal circense: interfaces com a educação e a atividade física. São Paulo. Phorte, 2012.	
Bibliografia Complementar	
RODRIGUES, Heitor de Andrade; Darido, Suraya Cristina. Basquetebol na escola: uma proposta didático-pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. GUIMARÃES NETO, Waldemar Marques. Musculação: intensidade total : you are not a number! 2ª ed. . São Paulo: Phorte, 2012. EVANGELISTA, Alexandre Lopes. Treinamento funcional e core training: exercícios práticos aplicados. São Paulo: Phorte, 2011.	

Componente Curricular: Matemática	
Carga Horária: 120 h/a	Período Letivo: 2º ano
Ementa	
Conjuntos Numéricos e Intervalos. Funções (afim, quadrática, exponencial, logarítmica e trigonométrica). Progressões aritméticas e geométricas.	
Ênfase Tecnológica	
Funções.	
Área de Integração	
Física; Máquinas; Solos;	
Bibliografia Básica	
DANTE, Luiz Roberto. Matemática, Contexto e Aplicações. Vol único, Editora Ática, 2011. PAIVA, Manoel. Matemática: volume único. São Paulo: Moderna, 2005. SMOLE, Kátia Stocco e DINIZ, Maria Ignez. Matemática Ensino Médio. Vol. 2ª ed. itora Saraiva. 2010	
Bibliografia Complementar	
BEZERRA, Manuel Jairo. Matemática Para o Ensino Médio. Vol. Único, Scipione, 2004. SANTOS, Carlos Alberto Marcondes dos; GENTIL, Nelson; GRECO, Sérgio Emílio. Matemática para o ensino médio: volume único. São Paulo: Ática, 2006. PAIVA, Manoel. Matemática: Paiva. Vol. 2ª ed. itora Moderna, 2010.	

Componente Curricular: Química	
Carga Horária: 80 h/a	Período Letivo: 2º ano
Ementa	
Relações de Massas. Estequiometria. Gases. Soluções. Termoquímica. Cinética Química. Equilíbrio Químico. Eletroquímica.	
Ênfase Tecnológica	
Soluções, Equilíbrio Químico.	
Área de Integração	
Física: termometria, calorimetria e termodinâmica.	
Bibliografia Básica	
RUSSEL, J. B. Química geral. 2ª ed. . Volume 1; São Paulo: Pearson Makron Books, 2012. RUSSEL, J. B. Química geral. 2ª ed. . Volume 2; São Paulo: Pearson Makron Books, 2012. KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M.; WEAVER, G. C. Química geral e reações químicas. Volume 1. São Paulo: Cengage Learning, 2009.	
Bibliografia Complementar	
RUBINGER, M. M.; BRAATHEN, P. C. Ação e reação: ideias para aulas especiais de química. Belo Horizonte: RHJ, 2012. VANIN, J. A. Alquimistas e químicos: o passado, presente e o futuro. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2005. FILHO. E. A. V.; SILVA, M. B.; GIMENES, M. J. G. Química geral experimental. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2012.	

Componente Curricular: Física	
Carga Horária: 80 h/a	Período Letivo: 2º ano
Ementa	
Mecânica dos fluidos (Hidrostática, hidrodinâmica). Termometria, calorimetria, termodinâmica e ondulatórias.	
Ênfase Tecnológica	
Hidrostática e hidrodinâmica.	
Área de Integração	
Matemática: regra de três. Conjuntos Numéricos e Intervalos. Química: Relações de Massas.	
Bibliografia Básica	
LUZ, Antônio Máximo Ribeiro da; Álvares, Beatriz Alvarenga. Curso de Física. V2. 6ed. São Paulo: Scipione, 2006. BONJORNO, José Roberto et al. Física Fundamental – Novo: volume único. São Paulo: FTD, 1999. GASPAR, Alberto. Física. São Paulo: Ática, 2007.	
Bibliografia Complementar	
BONJORNO, Regina Azenha; BONJORNO, José Roberto; BONJORNO, Valter; RAMOS, Clinton Márcio. Física completa. 2ed. São Paulo: FTD, 2001. PALANDI, Joecir, et al. Fluidos reais & ideais. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010. SAMPAIO, José Luiz; CALÇADA, Caio Sérgio. Física. São Paulo: Atual, 2007.	

Componente Curricular: Biologia	
Carga Horária: 80 h/a	Período Letivo: 2º ano
Ementa	

Classificação e nomenclatura dos seres vivos. Reino Plantae: características dos grupos de plantas, reprodução, histologia, morfologia e fisiologia vegetal. Características gerais dos vírus. Características gerais dos reinos biológicos: Monera, Protista, Fungi e Animalia.
Ênfase Tecnológica
Reino Plantae e Animalia.
Área de Integração
Agricultura I; Forragicultura;
Bibliografia Básica
AMABIS, J.M.; MARTHO, G.R. Biologia. Vol. 1, 2 e 3. 2ed. São Paulo: Moderna, 2004. LINHARES, S.; GEWANDSZNAJDER, F. Biologia. Volume único. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2008. SILVA Jr., C.; SASSON, S. Biologia. Volume único. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
Bibliografia Complementar
BARNES, B.; CALOW, P.; OLIVE, P.J.W. Os invertebrados: uma nova síntese. 2ª ed. São Paulo: Ateneu, 2008. POUGH, F.H.; JANIS, C.M.; HEISER, J.B. A vida dos vertebrados. 4ª ed. São Paulo: Atheneu, 2008. RAVEN, P.H.; EVERT, R.F.; EICHHORN, S. Biologia Vegetal. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

Componente Curricular: História	
Carga Horária: 80 h/a	Período Letivo: 2º ano
Ementa	
A Revolução Industrial e a construção do modo de vida moderno; Revoluções burguesas; Independências no Continente americano; O período Joanino e o Império Brasileiro; Escravidão e abolição no Brasil Imperial; A Primeira República e a construção do Brasil nação; Imperialismo no século XIX, nacionalismo e as origens da Primeira Guerra Mundial; Período entreguerras; Segunda Guerra Mundial; Desenvolvimento econômico do Brasil contemporâneo: proeminência do setor agroexportador e iniciativas industrializadoras; A Era Vargas; Guerra Fria; República populista; Ditadura militar; Nova República; Globalização.	
Ênfase Tecnológica	
A Revolução Industrial / Francesa e repercussões na América e no Brasil. Os Regimes Militares no Brasil e no Cone Sul: repercussões. As questões Afro-Indígenas no Brasil Contemporâneo. Tópicos de História do Rio Grande do Sul.	
Área de Integração	
Filosofia: Cultura e humanização.	
Bibliografia Básica	
BRAIC, Patrícia Ramos; MOTA, Myriam Becho. História das Cavernas Terceiro Milênio. São Paulo: Moderna, 2012. FARIA, Ricardo de Moura; MIRANDA, Mônica Liz; CAMPOS, Helena Guimarães. Estudos de História. São Paulo: FTD, 2012. VICENTINO, Claudio; DORIGO, Gianpaolo. História Geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2010.	
Bibliografia Complementar	
FAUSTO, Bóris. História do Brasil. 14ª ed. São Paulo: USP, 2012. MOTA, Carlos Guilherme; LOPEZ, Adriana. História do Brasil. Uma Interpretação. 3ª ed. São Paulo: SENAC, 2012. RINKE, Stefan. História da América Latina: das culturas pré-colombianas até o presente. Porto Alegre: PUCRS, 2012.	

Componente Curricular: Geografia	
Carga Horária: 80 h/a	Período Letivo: 2º ano
Ementa	
A estrutura fundiária e a modernização da agricultura no Brasil. Urbanização e redes urbanas. Os processos de industrialização. A industrialização brasileira e as diferentes fases da economia. As formas de regionalização do Brasil e as disparidades regionais. Globalização, Tecnologia e economia: fluxos de mercadoria e comércio global.	
Ênfase Tecnológica	
A estrutura regional brasileira. Globalização e economia: fluxos de mercadoria e comércio global.	
Área de Integração	
Filosofia: Movimentos sociais e Direitos Humanos. Estado de Bem-estar-social. Tecnologia e inclusão social. Desigualdade e exclusão social e digital. Políticas Públicas para a inclusão social, educacional e digital. Políticas públicas e desenvolvimento.	
Bibliografia Básica	
TERRA, Lygia; ARAÚJO, Regina; GUIMARÃES, Raul Borges. Conexões: estudos de Geografia Geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 2010. MARINA, Lúcia; RIGOLI, Tércio. Geografia Geral e do Brasil. São Paulo: Ática, 2009. VESENTINI, José Willian. Geografia: Geografia Geral e do Brasil. São Paulo: Ática, 2012.	
Bibliografia Complementar	
Almeida, Lúcia Maria Alves de. Geografia geral e do Brasil. São Paulo. Ática, 2005. Garcia, Helio Carlos. Geografia: de olho no mundo do trabalho. São Paulo: Scipione, 2005. Magnoli, Demétrio. Geografia: a construção do mundo: geografia geral e do Brasil. São Paulo: Moderna, 2005.	

Componente Curricular: Filosofia	
Carga Horária: 80 h/a	Período Letivo: 2º ano
Ementa	

Introdução ao pensamento filosófico: o pensamento por conceitos, atitude crítica, atitude reflexiva, senso comum e conhecimento filosófico. Introdução à história da filosofia: Características do pensamento antigo; características do pensamento moderno. Filosofia Prática: contextualização do conceito de ética; modelos de reflexão ética: virtude, felicidade, liberdade, dever, ação comunicativa e cuidado.
Ênfase Tecnológica
Ética profissional. Política: relações de poder.
Área de Integração
Sociologia: Desenvolvimento Territorial; Arranjos produtivos locais; Gestão do espaço local; Pluriatividade; Economia Popular Solidária; Cadeias Produtivas; Produção Artesanal; Construção de Mercados e, Consumo Justo e Solidário.
Bibliografia Básica
ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho. Campinas: Cortez, 2000. BRYM, Robert J. (Orgs.) Sociologia: sua bússola para um novo mundo ^a ed. . Thompson, São Paulo – SP, 2006. CASTELLS, Manuel. Sociedade em rede. 5ª ed., v.1, São Paulo: Paz e Terra, 2001.
Bibliografia Complementar
COSTA, Cristina. Sociologia: Introdução a ciência da sociedade. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2005. DIMENSTEIN, Gilberto (et alii). Dez Lições de Sociologia. São Paulo: FTD, 2008. FLEURY, M. T. Gerenciando a diversidade cultural: experiências de empresas brasileiras. In. Revista de administração de empresas. Vol. 40 nº 3 Jul/Set 2000.

Componente Curricular: Zootecnia I	
Carga Horária: 160 h/a	Período Letivo: 2º ano
Ementa	
Avicultura, suinocultura e criações alternativas: origem, situação atual e mercadológica. Principais raças e linhagens ^a ed. ificações e equipamentos. Biossegurança. Sistemas convencionais e alternativos na produção. Manejo de acordo com a categoria e finalidade produtiva. Sistemas artificiais de reprodução. Manejo reprodutivo, sanitário e nutricional das principais raças/linhagens.	
Ênfase Tecnológica	
Avicultura, suinocultura e criações alternativas.	
Área de Integração	
Biologia; Forragicultura;	
Bibliografia Básica	
ANDRIGUETTO, José Milton; PERLY, Luimar; MINARDI, Italo; GEMAEL, Alaor; FLEMMING, José Sidney; SOUZA, Gilberto Alves de; BONA FILHO, Amadeu. Nutrição Animal. As bases e os fundamentos da nutrição animal. Os alimentos. Volume1. 1a Edição. São Paulo: Nobel, 2002. BERCHIELLI, T.T.; PIRES, A.V.; OLIVEIRA, S.G. Nutrição de ruminantes. 2ª Edição. Jaboticabal: FUNEP, 2006. 583p. MACARI, M.; FURLAN, R.L; GONZALES, E. Fisiologia aviária aplicada a frangos de corte. 2ª ed. . Jaboticabal: FUNEP: UNESP, 2002.	
Bibliografia Complementar	
CAMPOS, E.J. Avicultura: Razões, fatos e divergências. Belo Horizonte: SEP – MVZ 2000. 311p. COTTA, J.T.B. Frangos de corte: criação, abate e comercialização. Viçosa: Aprenda Fácil, 2003. EMBRAPA. Manual de segurança e qualidade para avicultura de postura: Informação Técnica. Brasília: Embrapa, 2004. 96p. MAFESSON, E.L. Manual prática de suinocultura. [S.l.]: EdUPF, 2008. 267p. TORRES, A.P. Alimentos e nutrição dos suínos. 4ª ed. . São Paulo: Nobel, 1985. 214p. WENTZ, let al. Manejo em suinocultura: aspectos sanitários, reprodutivos e de meio ambiente. 1ª ed. . Concórdia: Embrapa, 1987. 184p.	

Componente Curricular: Agricultura I	
Carga Horária: 120 h/a	Período Letivo: 2º ano
Ementa	
Introdução ao estudo da olericultura, paisagismo e jardinagem. Classificação e métodos de propagação de hortaliças e plantas ornamentais. Planejamento, instalação e conservação de hortas, parques e jardins. Cultivo de hortaliças em geral e de plantas medicinais. Paisagismo e jardinagem: elementos e estilos. Noções de floricultura. Espécies vegetais de valor ornamental. Plásticultura e hidroponia. Tendências do mercado paisagista.	
Ênfase Tecnológica	
Sistemas de produção de flores, plantas ornamentais e hortaliças.	
Área de Integração	
Agricultura Geral; Solos; Manejo fitossanitário; Irrigação e drenagem;	
Bibliografia Básica	
FIGUEIRA, F.A.R. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3ª ed. . rev. e ampl. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008. 421 p. ISBN 9788572693134. BARBOSA, T. C.; TANIGUCHI, G. C.; PENTEADO, D. C. S.; SILVA, D. J. H. da (Ed.). Ambiente protegido: olericultura, citricultura e floricultura. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa: Empresa Júnior de Agronomia, 2006 194 p. LORENZI, H. & SOUZA, H.M. de. Plantas ornamentais no Brasil: arbustivas, herbáceas e trepadeiras. 3ª ed. . Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2001. 1088p.	
Bibliografia Complementar	
LIRA FILHO, J.A.de. Paisagismo: elementos de composição e estética. Série: Planejamento paisagístico. Volume 2ª ed. itora Aprenda Fácil. Viçosa/MG, 2002. 173p.	

ANDRIOLO, J. L. Olericultura Geral^a ed. itora UFSM, Santa Maria, 2002, 158 p.
 FONTES, P. C. R. Olericultura: teoria e prática^a ed. itora UFV. 2005.
 CLEMENTE, F.M.V.T.; HABER, L.L. (Ed.). Horta em pequenos espaços. Brasília: EMBRAPA, 2012. 56 p.
 ENGLERT, S.I. Orquídeas e bromélias: manual prático de cultivo. Guaíba, RS: Agropecuária, 2000.
 FURLANI, P.R.; SILVEIRA, L.C.P.; BOLONHEZI, D.; FAQUIN, V. Cultivo Hidroponico de Plantas. Campinas: Governo do Estado de São Paulo, 1999. 52p.
 GONÇALVES, Wantuelfer. Arborização urbana. Viçosa, MG: CPT, 2009. 304 p.
 PRIETO MARTINEZ, H.E. Manual prático de hidroponia. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2006. 271p.
 SANTOS, L.G.C. Cultivo orgânico de hortaliças em estufa. Viçosa, MG: CPT, 2009. 276 p.

Componente Curricular: Infraestrutura I	
Carga Horária: 80 h/a	Período Letivo: 2º ano
Ementa	
Mecânica de motores, tratores e colhedoras agrícolas. Manutenção de máquinas agrícolas. Regulagem de tratores e implementos agrícolas. Dimensionamento de uso e custos de operação. Máquinas estacionárias para pós-colheita. Normas Ambientais e de segurança na operação de máquinas agrícolas. Noções de segurança e equipamentos de proteção.	
Ênfase Tecnológica	
Máquinas Agrícolas	
Área de Integração	
Solos; Agricultura I; Forragicultura;	
Bibliografia Básica	
FILGUEIRA, F.A.R. Novo Manual de olericultura: Agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. Viçosa MG: UFV, 2000. FRANCISCO NETO, J. Manual de horticultura ecológica: Autossuficiência em pequenos espaços. São Paulo: Nobel, 1995. BARBOSA, A.C.S. Paisagismo, jardinagem e plantas ornamentais. São Paulo, 1989.	
Bibliografia Complementar	
KÄMPF, A.N. Produção comercial de plantas ornamentais. Guaíba: Agropecuária, 2000. FONTES, P.C.R. Olericultura: Teoria e prática ^a ed. itor. Viçosa: MG; UFV. 2005. CHITARRA, M.I.F. Pós-colheita de frutos e hortaliças: fisiologia e manuseio. Lavras: ESAL/FAEPE, 1990.	

Componente Curricular: Solos	
Carga Horária: 80 h/a	Período Letivo: 2º ano
Ementa	
Fatores e processos de formação. Propriedades físicas, químicas e biológicas. Identificação e classificação dos principais solos agrícolas. Fertilidade do solo e nutrição de plantas. Adubação verde. Solos e a qualidade ambiental. Manejo geral do solo com ênfase na produção agrícola.	
Ênfase Tecnológica	
Uso e Manejo geral do solo com ênfase na produção agrícola.	
Área de Integração	
Avicultura e Suinocultura: Manejo de acordo com a categoria e finalidade produtiva. Cultivos olerícolas, jardinocultura e paisagismo: substratos orgânicos, características físicas, químicas e biológicas do solo. Manejo e preparo do solo. Irrigação e drenagem: características físicas do solo, controle de erosão, terraceamento. Cultivos anuais, fruticultura, silvicultura: recomendação de sistemas de cultivo e adubação mineral e orgânica.	
Bibliografia Básica	
AMARAL, Nautir David. Noções de conservação do solo. 2ª ed. . São Paulo: Nobel, 1978. 120 p. AZEVEDO, Antonio Carlos de; DALMOLIN, Ricardo Simão Diniz. Solos e ambiente: uma introdução. 2ª ed. . Santa Maria, RS: Pallotti, 2006. 100 p. ISBN 858983350X. MELLO, Francisco de A. F. de. Fertilidade do solo. São Paulo: Nobel, 1989. 400p. ISBN 85-213-0074-3. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo - Núcleo Regional Sul. Comissão de Química e Fertilidade do Solo. Manual de Calagem e Adubação para os Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. 11ª edição ^a ed. itora Pallotti. 2016. 376 p. ISBN: 978-85-66301-80-9.	
Bibliografia Complementar	
AQUINO, Adriana Maria de; ASSIS, Renato Linhares de (Ed.). Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Embrapa Informações Tecnológicas, 2005. 517 p. ISBN 8573833122. AZAMBUJA, João Monteiro Velela de. O solo e o clima na produtividade agrícola: agrometeorologia, fitossanidade, conservação do solo, edafologia, calagem. Guaíba, RS: Agropecuária, 1996. 163 p. ISBN 8585347023. BERTONI, José; LOMBARDI NETO, Francisco. Conservação do solo. 3ª ed. . São Paulo: Ícone, 1990. 355 p. (Coleção Brasil agrícola). ISBN 8527401436. COELHO, Fernando S. Fertilidade do solo. Campinas: Instituto Campineiro de Ensino Agrícola, 384 p.	

Componente Curricular: Forragicultura	
Carga Horária: 40 h/a	Período Letivo: 2º ano
Ementa	

Importância, termos e definições em Forragicultura. Principais espécies forrageiras e seu manejo produtivo. Interrelação solo, planta, animal e clima. Manejo das pastagens. Importância, definições e classificação de forragem, forrageira e pastagem. Principais espécies forrageiras e sua classificação quanto ao ciclo de produção. Planejamento, implantação e manejo de pastagens. Consorciação de espécies. Conservação de alimentos. Integração lavoura-pecuária. Sistema silvipastoril. Pastagens naturais. Planejamento forrageiro.
Ênfase Tecnológica
Produção de ruminantes
Área de Integração
Zootecnia Geral e Agricultura II
Bibliografia Básica
BUNGENSTAB, Davi José. Sistemas de integração Lavoura-Pecuária-Floresta: a produção sustentável. 2 a Edição. Brasília: EM-BRAPA, 2012.
PEIXOTO, Aristeu Mendes; MOURA, José Carlos de; SILVA, Sila Carneiro da; FARIA, Vidal Pedroso de. Planejamento de Sistemas de Produção em Pastagens. Anais do 18º SIMPÓSIO SOBRE MANEJO DA PASTAGEM ^a ed. itado por Aristeu Mendes Peixoto et al. Piracicaba: FEALQ, 2001.
SILVA, Sila Carneiro da.; NASCIMENTO JÚNIOR, Domício; EUCLIDES, Valéria Batista Pacheco. Pastagens: Conceitos básicos, produção e manejo. 1a Edição. Viçosa: SUPREMA, 2008.
Bibliografia Complementar
ALCÂNTARA, Paulo Bardauli; BUFARAH, Gilberto. Plantas forrageiras: gramíneas & leguminosas. 1a Edição. São Paulo: Nobel, 2009.
FONSECA, Dilermando Miranda da; MARTUSCELLO, Janaína Azevedo. Plantas Forrageiras. 1a Edição. Viçosa: Editora da UFV, 2010.
SORATTO, Rogério Peres; ROSOLEM, Ciro Antonio; CRUSCIAL, Carlos Alexandre Costa. Integração Lavoura-Pecuária--Floresta: alguns exemplos no Brasil Central. 1a Edição. Botucatu: Editora FEPAF, 2011.

3º ANO	
Componente Curricular: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	
Carga Horária: 160 h/a	Período Letivo: 3º ano
Ementa	
Identificação dos elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização, estruturação e produção de textos de diferentes gêneros (artigo de opinião, anúncio publicitário, carta do leitor, relatório). Análise da função da linguagem predominante nos textos em situações específicas de interlocução e práticas sociais. Estudo e exploração dos aspectos linguísticos, discursivos e gramaticais (concordância e regência) das orações e períodos (simples e composto por coordenação e subordinação) que compõem os textos. Análise, interpretação e aplicação dos recursos expressivos das linguagens, relacionando textos com seus contextos, mediante a natureza, função, organização e estruturas das manifestações, de acordo com as condições de produção e recepção. Investigação das escolas literárias brasileiras, Pré-Modernismo, Modernismo e Literatura Contemporânea, com ênfase no estabelecimento de relações entre o texto literário e o contexto sócio histórico e político de sua produção. Iniciação ao processo de reflexão e produção textual científica, enfocando gêneros acadêmicos (por exemplo, projeto de pesquisa, resumo e artigo científico). Elaboração de relatório de aula prática, ressaltando aspectos estruturais e textuais do gênero em questão.	
Ênfase Tecnológica	
Identificação dos elementos que concorrem para a progressão temática e para a organização, estruturação e produção de textos de diferentes gêneros (artigo de opinião, anúncio publicitário, carta do leitor, relatório).	
Área de Integração	
Relatórios de estágio;	
Bibliografia Básica	
BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 38.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.	
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para entender o texto: leitura e redação. 17ª ed. . São Paulo: Ática, 2007.	
FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto. Literatura Brasileira. São Paulo: Ática, 2002.	
Bibliografia Complementar	
ABAURRE, Maria Luiza; PONTARA, Marcela. Gramática – texto: análise e construção de sentido. São Paulo: Moderna, 2009.	
AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. São Paulo: Publifolha, 2012.	
VIANA, Antonio Carlos (Coord.). Roteiro de Redação: lendo e argumentando. São Paulo: Scipione, 1998.	

Componente Curricular: Educação Física	
Carga Horária: 40 h/a	Período Letivo: 3º ano
Ementa	
Estudo das manifestações culturais relacionadas ao corpo e ao movimento humano. Perspectiva das manifestações culturais da Educação Física e marcadores culturais, como raça, gênero, sexo, etnia, classe socioeconômica, idade e regionalidade. Participação e organização da comunidade nas políticas públicas de esporte e lazer. Educação Física e Mídia.	
Ênfase Tecnológica	
Participação e organização de comunidade nas políticas públicas de esporte e lazer.	
Área de Integração	
Matemática: estatística.	
Biologia: anatomia e fisiologia humana.	
Filosofia: contribuições e limites do saber científico.	
Bibliografia Básica	

SABA, Fabio. Mexa-se: atividade física, saúde e bem-estar. 3ª ed. . - rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2011.
CARNEVALI JUNIOR, Luiz Carlos et al. Exercício, emagrecimento e intensidade do treinamento: aspectos fisiológicos e metodológicos. 2ª ed. . rev. e ampl. São Paulo: Phorte, 2013.
SANTOS, Cristiane Cassoni Gonçalves [et. al.]. A Linguagem corporal circense: interfaces com a educação e a atividade física. São Paulo. Phorte, 2012.

Bibliografia Complementar

RODRIGUES, Heitor de Andrade; Darido, Suraya Cristina. Basquetebol na escola: uma proposta didático-pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
GUIMARÃES NETO, Waldemar Marques. Musculação: intensidade total : you are not a number! 2ª ed. . São Paulo: Phorte, 2012.
EVANGELISTA, Alexandre Lopes. Treinamento funcional e core training: exercícios práticos aplicados. São Paulo: Phorte, 2011.

Componente Curricular: Matemática	
Carga Horária: 80 h/a	Período Letivo: 3º ano
Ementa	
Estatística. Matrizes, determinantes e sistemas lineares. Análise combinatória e probabilidade. Geometria analítica. Polinômios e números complexos.	
Ênfase Tecnológica	
Estatística.	
Área de Integração	
Física; Infraestrutura II;	
Bibliografia Básica	
DANTE, Luiz Roberto. Matemática, Contexto e Aplicações. Vol. único, Editora Ática, 2011. PAIVA, Manoel. Matemática: volume único. São Paulo: Moderna, 2005. SMOLE, Kátia Stocco e DINIZ, Maria Ignez. Matemática Ensino Médio. Vol. 3ª ed. itora Saraiva. 2010	
Bibliografia Complementar	
BEZERRA, Manuel Jairo. Matemática Para o Ensino Médio. Vol. Único, Scipione, 2004. SANTOS, Carlos Alberto Marcondes dos; GENTIL, Nelson; GRECO, Sérgio Emílio. Matemática para o ensino médio: volume único. São Paulo: Ática, 2006. PAIVA, Manoel. Matemática: Paiva. Vol. 3ª ed. itora Moderna, 2010.	

Componente Curricular: Química	
Carga Horária: 80 h/a	Período Letivo: 3º ano
Ementa	
Introdução à Química Orgânica. Compostos Orgânicos. Hidrocarbonetos. Funções Orgânicas Oxigenadas. Funções Orgânicas Nitrogenadas. Funções Orgânicas Halogenadas. Isomeria. Reações Orgânicas.	
Ênfase Tecnológica	
Funções Orgânicas Oxigenadas, Funções Orgânicas Nitrogenadas e Funções Orgânicas Halogenadas.	
Área de Integração	
Física: Ótica	
Bibliografia Básica	
BARBOSA, L. C. A. Introdução à química orgânica. 2ª ed. . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. VOLLHARDT, K. P. C.; SCHORE, N. E. Química orgânica: estrutura e função. 4ª ed. . São Paulo: Bookman, 2004. CAMPBELL, M. K.; FARRELL, S. O. Bioquímica básica. Volume 1. 5ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.	
Bibliografia Complementar	
MCMURRY, J. Química orgânica. Volume 1. 7ª ed. . São Paulo: Cengage Learning, 2011. MCMURRY, J. Química orgânica. Volume 2. 7 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. COUTEUR, P. L.; BURRESON, J. Os Botões de Napoleão: as 17 moléculas que mudaram a história. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.	

Componente Curricular: Física	
Carga Horária: 80 h/a	Período Letivo: 3º ano
Ementa	
Eletrostática. Eletrodinâmica. Magnetismo. Eletromagnetismo e Fundamentos de Física Moderna.	
Ênfase Tecnológica	
Eletromagnetismo.	
Área de Integração	
Matemática; Infraestrutura II;	
Bibliografia Básica	
LUZ, Antônio Máximo Ribeiro da; Álvares, Beatriz Alvarenga. Curso de Física. V3. 6ed. São Paulo: Scipione, 2006. BONJORNIO, José Roberto et al. Física Fundamental – Novo: volume único. São Paulo: FTD, 1999. GASPAR, Alberto. Física. São Paulo: Ática, 2007.	
Bibliografia Complementar	

--

Componente Curricular: Biologia	
Carga Horária: 80 h/a	Período Letivo: 3º ano
Ementa	
Genética: Leis de Mendel, pleiotropia; polialelia, interação gênica, herança ligada ao sexo, alterações cromossômicas, biotecnologia. Evolução biológica: teorias evolutivas, evidências da evolução, fatores evolutivos, variabilidade genética, especiação e extinção. Ecologia: conceitos fundamentais. Energia e matéria nos ecossistemas. Ecologia de populações, comunidade e ecossistemas. Biomas. Impactos ambientais provocados pelo homem, conservação ambiental e desenvolvimento sustentável.	
Ênfase Tecnológica	
Genética, evolução biológica e saúde humana.	
Área de Integração	
Zootecnia II; Agricultura II; Agricultura III;	
Bibliografia Básica	
AMABIS, J.M.; MARTHO, G.R. Biologia. Vol. 1, 2 e 3. 2ed. São Paulo: Moderna, 2004. LINHARES, S.; GEWANDSZNAJDER, F. Biologia. Volume único. 1ª ed. São Paulo: Ática, 2008. SILVA Jr., C.; SASSON, S. Biologia. Volume único. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.	
Bibliografia Complementar	
GRIFFITHS, A.J.F. et al. Introdução à genética. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. RAMALHO, M. L.; SANTOS, J. B.; PINTO, C. B. Genética na Agropecuária. 7a ed. São Paulo: Globo, 2000. STEARNS, S.C.; HOEKSTRA, R.F. Evolução - uma introdução. São Paulo: Atheneu, 2003.	

Componente Curricular: Extensão Rural	
Carga Horária: 80 h/a	Período Letivo: 3º ano
Ementa	
Desenvolvimento rural na perspectiva da sustentabilidade; Diagnóstico rural (Diagnóstico de sistemas de produção). Diagnóstico rural participativo. Ferramentas participativas de diagnóstico rural. Histórico e concepções de Assistência. Técnica e Extensão Rural. Concepções de projetos de desenvolvimento rural. Cooperação base para o desenvolvimento (Histórico, Princípios, fatores promotores e fatores limitantes. Principais formas cooperativas e associativas. Metodologias participativas para projetos de desenvolvimento com base na cooperação. Comunicação Rural (Conceituação e processo). O processo de comunicação e sua importância. Elementos da comunicação rural: funções e características). Métodos e Meios de Extensão Rural (Métodos complexos, individuais, grupais).	
Ênfase Tecnológica	
Histórico e concepções de Assistência Técnica e Extensão Rural;	
Área de Integração	
História; Gestão, Economia e Projetos;	
Bibliografia Básica	
COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 2º Grau São Paulo: Moderna, 2001. BIASI, C. A. F.; GARBOSA NETO, A; SILVESTRE, F. S; ANZUATEGUI, I. A Métodos e meios de comunicação para a extensão rural. 2v. Curitiba: ACARPA, 1982. BORDENAVE, J. E. D. O que é Comunicação Rural? São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.	
Bibliografia Complementar	
ABDALLA, M. O Princípio da cooperação: em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: Paulus, 2002. BUAINAN, A M. ROOMEIRO, A. A Agricultura Familiar no Brasil: Agricultura Familiar e Sistemas de Produção. Brasília: INCRA/FAO, Março-2000. BROSE, M. (Org.) Participação na Extensão Rural: experiência inovadora de desenvolvimento local. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.	

Componente Curricular: Zootecnia II	
Carga Horária: 160 h/a	Período Letivo: 3º ano
Ementa	
Bovinocultura de Corte e leite e Ovinocultura: origem, situação atual e mercadológica. Principais raças e linhagens ^a ed. ificações e equipamentos. Biossegurança. Sistemas convencionais e alternativos na produção. Manejo de acordo com a categoria e finalidade produtiva. Sistemas artificiais de reprodução. Manejo reprodutivo, sanitário e nutricional das principais raças.	
Ênfase Tecnológica	
Manejo geral e produção de bovinos de corte e de leite.	
Área de Integração	
Cultivos Anuais de Verão.	
Bibliografia Básica	
SANTOS, G.Tet al. Bovinocultura leiteira: Bases zootécnicas, fisiológicas e de produção. 1ª ed. [S.l.]: Ed UEM, 2010. 381p. PEIXOTO, A. Met al. Bovinocultura leiteira: fundamentos da exploração racional. Piracicaba: FEALQ, 2000. 580p.	

PIRES, Alexandre Vaz. Bovinocultura de corte. Volume II. 1a Edição. Piracicaba: FEALQ, 2010.
FILHO, A. O. et al. Produção e manejo de bovinos de corte. 1ed. KCM Editora, 2015.
Bibliografia Complementar
VALADARES FILHO, Sebastião de Campos; MARCONDES, Marcos Inácio; CHIZZOTTI, Mario Luiz; PAULINO, Pedro Veiga Rodrigues. Exigências nutricionais de zebuínos puros e cruzados BR - Corte. 2a Edição. Viçosa: Editora da UFV, 2010.
NEIVA, Rogério Santoro. Produção de bovinos leiteiros. 2a Edição. Lavras: UFV, 2000.
AUAD, A.M. Manual de bovinocultura de leite. 1ª ed. . [S.l.]: Embrapa/Senar, 2010.608p.
PEDREIRA, C.G.S et al.Produção de ruminantes em pastagens. [S.l.]: FEALQ, 2007. 472p
SILVA, Carlos Peixoto Modesto da; VELOSO, Cristina Mattos. Raças de gado leiteiro. 1a Edição. Viçosa: Aprenda Fácil, 2011.

Componente Curricular: Agricultura II	
Carga Horária: 120 h/a	Período Letivo: 3º ano
Ementa	
Espécies anuais de verão e inverno. Importância socioeconômica. Origem. Usos. Taxonomia, Morfologia e estágios de desenvolvimento. Ecofisiologia. Nutrição mineral e adubação. Estabelecimento da cultura. Cultivares. Manejo fitossanitário. Conceitos básicos da produção agrícola sustentável e como minimizar os impactos ambientais. Planejamento e execução da Colheita e Pós-colheita. Produção de sementes.	
Ênfase Tecnológica	
Espécies anuais de verão e de inverno.	
Área de Integração	
Biologia; Infraestrutura II;	
Bibliografia Básica	
MENDONÇA, F. Climatologia - Noções Básicas e Climas do Brasilª ed. . Oficina de Texto, 2007. GONÇALVES, E; LORENZI, H. Morfologia Vegetal – Organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares. 2 edª ed. . Plantarum, 2011. MARENCO, R.A.; LOPES, M.F. Fisiologia vegetal fotossíntese/ respiração/ relações hídricas/ nutrição mineral. 3edª ed. . UFV., 2009.	
Bibliografia Complementar	
GALLO, D. et al. Entomologia Agrícola. Fealq, 2002. LORENZI, H. Manual de Identificação e Controle de Plantas Daninhas: Plantio Direto e Convencional, 6º edição, Nova Odessa: Plantarum, 2006. BERGAMIN FILHO, A.: et al. Manual de Fitopatologia. Volume 2: Doenças de Plantas Cultivadas. 4ª ed. . São Paulo: Ceres, 2005.	

Componente Curricular: Agricultura III	
Carga Horária: 120 h/a	Período Letivo: 3º ano
Ementa	
Fruticultura e silvicultura: Importância econômica, ecológica e social. Planejamento e implantação de pomares e de florestas exóticas e nativas. Sistemas de produção. Manejo do pomar e de florestas. Manejo fitossanitário. Implantação de viveiros frutíferos e florestais. Principais espécies frutíferas de clima temperado e subtropical, e de espécies florestais. Propagação de espécies. Colheita, classificação e armazenamento. Coleta e beneficiamento de sementes. Sistemas agroflorestais.	
Ênfase Tecnológica	
Fruticultura e silvicultura.	
Área de Integração	
Biologia; Infraestrutura II;	
Bibliografia Básica	
FACHINELLO, José Carlos et. al. Propagação de plantas frutíferas de Clima Temperado, 2ª ed., Pelotas, UFPEL, 1995. . GALVÃO, Antônio Paulo Mendes. Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um guia para ações municipais e regionais. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica; Colombo, PR: Embrapa Florestas, 2000. MANICA, Ivo. Fruticultura em pomar doméstico, planejamento, formação e cuidados - Porto Alegre: RIGEL, 1993.	
Bibliografia Complementar	
LORENZI, Harri et. al. Árvores Exóticas no Brasil: madeiras, ornamentais e aromáticas. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2003. LORENZI, Harri. Árvores Brasileiras: Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil, Volume 1. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2003. LORENZI, Harri. Árvores Brasileiras: Manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil, Volume 2. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2003.	

Componente Curricular: Infraestrutura II	
Carga Horária: 160 h/a	Período Letivo: 3º ano
Ementa	

Construções rurais: conceitos, finalidades, projeção e perspectiva, traços, plantas baixas, orientações e orçamentos. Planejamento Ambiental e dimensionamento de construções e instalações rurais. Conceitos básicos de topografia. Equipamentos topográficos. Planimetria. Altimetria. Cálculo de áreas. Noções de Sistemas de Informações Geográficas e Geoprocessamento. Cadastro Técnico Ambiental. Georreferenciamento de Imóveis Rurais. Irrigação: Importância e Conceitos. Relação água-solo-planta-atmosfera. Fontes de Suprimento de Água e Sistemas de Bombeamento. Métodos de irrigação. Dimensionamento de Sistemas de Irrigação. Drenagem Superficial e Subterrânea.
Ênfase Tecnológica
Dimensionamento da irrigação, Levantamentos Topográficos e Construções Rurais.
Área de Integração
Agricultura II; Agricultura III; Zootecnia II
Bibliografia Básica
BAÊTA, F.C.; SOUZA, C.F. Ambiência em edificações rurais: conforto animal. Viçosa: UFV, 1997. 246p. BERNARDO, Salassier; SOARES, Antonio Alves; MANTOVANI, Everardo Chartuni. Manual de irrigação. 8ª ed. . atual. e ampl. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2006. 625 p. COMASTRI, J.A.; TULER, J. C. Topografia – Altimetria 3.ed. Viçosa:UFV, 2005. 200p.
Bibliografia Complementar
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT): NBR10067: Princípios gerais de representação em desenho técnico. NBR10582: Apresentação da folha para desenho técnico. NBR10068: Folha de desenho – leiaute e dimensões. NBR13142: Desenho técnico – Dobramento de cópia. NBR10126: Cotação em desenho técnico. BRANDÃO, Viviane dos Santos et al. Infiltração da água no solo. 3ª ed. . atual. e ampl. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2006. 120 p. DAIBERT, J D.; Topografia – Técnicas e Práticas de Campo 1.ed. São Paulo: Érica, 2014. 120p. LOPES, José Dermeval Saraiva; LIMA, Francisca Zenaide de; OLIVEIRA, Flavio Goncalves. <i>Irrigação por aspersão convencional</i> . 1 ed. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2009. 333 p. ISBN 9788562032035. MANTOVANI, Everardo Chartuni; BERNARDO, Salassier; PALARETTI, Luiz Fabiano. Irrigação : princípios e métodos. 3ª ed. . atual. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2009. 355 p. ISBN 9788572693738. NEIZEL, E. Desenho Técnico para construção civil. São Paulo: E.P.U. – EDUSP, 2017. 68p.

Componente Curricular: Gestão, Economia e Projetos	
Carga Horária: 80 h/a	Período Letivo: 3º ano
Ementa	
Administração rural e Economia rural. Empreendedorismo. Planejamento e projetos de empreendedorismo agropecuários.	
Ênfase Tecnológica	
Administração rural e economia. Planejamento e projetos de empreendedorismo agropecuários.	
Área de Integração	
Geografia: Análise da dinâmica populacional e o enfrentamento de problemas de ordem econômico social. Sociologia: Desenvolvimento rural na perspectiva da sustentabilidade. Infraestrutura II: Planejamento ambiental e dimensionamento de construções e instalações rurais. Zootecnia II. Agricultura II. Agricultura III.	
Bibliografia Básica	
ANDRADE, J. G. Introdução à Administração Rural. Lavras, UFLA/FAEPE, 1996. NORONHA, J. F. Projetos Agropecuários: Administração Financeira, Orçamentação e Avaliação Econômica. Piracicaba, FEALQ, 1981. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia: micro e macro. 5ª ed. . São Paulo: Atlas, 2011.	
Bibliografia Complementar	
ABARGE, Alessandro Porporatti. Economia Rural: conceitos e aplicações. Chapecó: Argos, 2003. HOFFMANN, R. et al. Administração da Empresa Agrícola. São Paulo, Pioneira, 1987. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de economia. 3ª ed. . São Paulo: Saraiva, 2008.	

Componente Curricular: Tecnologia de Alimentos	
Carga Horária: 40 h/a	Período Letivo: 3º ano
Ementa	
Fundamentos de tecnologia de alimentos. Microbiologia dos alimentos, métodos de conservação de alimentos. Embalagens para alimentos. Tecnologia dos produtos de origem animal: leites e carnes. Tecnologia dos produtos de origem vegetal: frutas, hortaliças e cereais. Higiene e boas práticas de fabricação.	
Ênfase Tecnológica	
Tecnologia dos produtos de origem animal e vegetal.	
Área de Integração	
Zootecnia II; Agricultura III;	

Gestão de Empreendimentos Rurais;
Bibliografia Básica
OETTERER, M.; REGITANO-D'ARCE, M. A. B.; SPOTO, M. H. F. Fundamentos de Ciência e Tecnologia de Alimentos. Barueri. MANOLE. 2006.
ORDOÑEZ, J. A. Tecnologia de Alimentos - Componentes dos Alimentos e Processos. Porto Alegre. ARTMED. Vol. 2. 2005.
GAVA, A. T.; da SILVA, C. A.; FRIAS, J. R. G. Tecnologia de Alimentos Princípios e Aplicações. São Paulo. 2009.
Bibliografia Complementar
FRANCO, B. D. G. M.; LANDGRAF, M. Microbiologia de Alimentos. 2ª ed. São Paulo: Atheneu, 2005.
GERMANO P. M. L.; GERMANO, M. I. S., Higiene e Vigilância Sanitária de Alimentos. 4ª ed. Barueri: Manole, 2011.
LIMA, U. A. Agroindustrialização de frutas. 2ed. Piracicaba. FEALQ. 2008.

4.12.2. Componentes curriculares optativos

Poderão ser ofertadas disciplinas optativas com o objetivo de aprofundamento e/ou atualização de conhecimentos específicos, o estudante regularmente matriculado em curso técnico no IFFar poderá cursar como optativa disciplinas que não pertençam à matriz curricular de seu curso. As disciplinas na forma optativa se referem a uma Língua Estrangeira Modernas (LEM) e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Essas disciplinas são de oferta obrigatória pela instituição e de matrícula optativa aos estudantes.

Poderão ser ofertadas outras disciplinas optativas, desde que sejam deliberadas pelo colegiado de curso e registrada, em ata, a opção de escolha, a carga horária, a seleção de estudantes, a forma de realização, entre outras questões pertinentes à oferta. A oferta da disciplina optativa deverá ser realizada por meio de edital com, no mínimo, informações de forma de seleção, número de vagas, carga horária, turnos e dias de realização e demais informações pertinentes à oferta.

O IFFar Campus Frederico Westphalen, oferecerá de forma optativa aos estudantes a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS através de oficinas e/ou projetos. A oferta da Língua Estrangeira Modernas (LEM), será preferencialmente pelo Núcleo de Ações Internacionais – NAI. A carga horária destinada à oferta da disciplina optativa não faz parte da carga horária mínima do curso.

No caso do estudante optar por fazer alguma disciplina optativa, deverá ser registrado no histórico escolar do estudante a carga horária cursada, bem como a frequência e o aproveitamento.

Componente Curricular: Iniciação a Libras
Carga Horária: 40 h
Ementa
Breve histórico da educação de surdos. Conceitos básicos de LIBRAS. Introdução aos aspectos linguísticos da LIBRAS. Vocabulário básico de LIBRAS.
Bibliografia Básica
ALMEIDA, E. C.; DUARTE, P.M. Atividades Ilustradas em Sinais das Libras ^a ed. itora Revinter, 2004.
GESSER, AL. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e a realidade surda . São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
KARNOPP, L.; QUADROS, R, M, B. Língua de Sinais Brasileira, Estudos Linguísticos . Florianópolis, SC: Artmed, 2004.
Bibliografia Complementar

BOTELHO, P. **Segredos e Silêncio na Educação dos Surdos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 7 a 12.

CAPOVILLA, F. C. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2003.

FELIPE, T. A. **LIBRAS em contexto. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos**, MEC: SEESP, Brasília, 2001.

5. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

Os itens 5.1 e 5.2 descrevem, respectivamente, o corpo docente e técnico administrativo em educação, necessários para funcionamento do curso, tomando por base o desenvolvimento simultâneo de duas turmas. Nos itens abaixo, também estarão dispostas as atribuições do coordenador de curso, colegiado de curso e as políticas de capacitação.

5.1. Corpo Docente atuante no curso

Descrição			
Nº	Nome	Formação	Titulação/IES
01	Ana Queli Mafalda Reis Lauterio	Licenciatura em Matemática	Mestrado em Educação nas Ciências
02	Cândida Toni	Lic. em Ciências Biológicas	Mestre em Ciências Biológicas e Doutor em Farmacologia
03	César Augusto Gonzalez	Licenciado em Letras (Português e Inglês)	Doutorado em Letras
04	Deivid Guareschi Fagundes	Bacharel em Medicina Veterinária	Mestrado em Ciência e Tecnologia de Alimentos
05	Denis da Silva Garcia	Graduação em Ciências Habilitação em Ciências no Ensino Fundamental e Química no Ensino Médio	Mestre em Educação nas Ciências
06	Douglas Renato Müller	Bacharel em Agronomia	Doutor em Agronomia
07	Elis Angela Botton	Graduada em Geografia	Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente
08	Fabício Döring Martins	Licenciado em Educação Física	Mestre em Educação nas Ciências
09	Fernanda Hart Garcia	Graduação em Matemática Licenciatura	Mestrado em Modelagem Matemática
10	Fernando José Vinhas Sousa Coelho	Licenciado em Física	Mestre em Eng. Mecânica
11	George Rodrigo Souza Gonçalves	Bacharel em Sistemas de Informação	
12	Graziela da Silva Motta	Licenciada em Ciências Sociais	Mestre em Ciências Sociais
13	Gustavo Ferreira Prado	Licenciado em Física	Mestre em Educação para a Ciência
14	Israel Roque Pereira	Graduação em Matemática	Mestrado profissional em Matemática
15	Jairo José Manfio	Licenciado em Química	Mestre em Educação Agrícola
16	Joabel Tonellotto dos Santos	Bacharel em Medicina Veterinária	Doutor em Sanidade e Reprodução Animal
17	João Batista Rossetto Pellegrini	Bacharel em Agronomia	Doutor em Ciência do Solo
18	Joel João Carini	Licenciado em Geografia	Mestre em História e Doutor em Des. Rural

19	José Eduardo Gubert	Bacharel em Agronomia	Mestre em Administração
20	Katia Zardo	Bacharel em Engenharia Agrícola	Mestre em Engenharia Agrícola
21	Leocir Bressan	Licenciado em Filosofia	Mestre em Filosofia
22	Letícia Trevisan Gressler	Bacharel em Medicina Veterinária	Doutora em Sanidade e Reprodução Animal
23	Lisandra Pinto Della Flora	Bacharel em Agronomia	Doutora em Ciências
24	Luciane Figueiredo Pokulat	Licenciada em Letras	Mestre e Doutora em Letras
25	Luiza Loebens	Licenciatura em Ciências Biológicas	Mestre em Biodiversidade animal
26	Marceli Pazini Milani	Bacharel em Medicina Veterinária	Doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos
27	Márcia Rejane Kristiuk Zancan	Licenciada em Letras (Português e Espanhol)	Mestre em Letras e Doutora em Letras: Estudos de Linguagem
28	Marcos Jovino Asturian	Licenciado em História	Mestre em História
29	Mariane Martins Rapôso	Licenciada em Artes	Mestre em Educação
30	Marinice Argenta	Licenciatura em Letras	Mestre
31	Pamela Ziliotto Santanna Flach	Licenciatura em Ciências Biológicas	Mestre em Ecologia
32	Paulo Henrique Braz	Bacharel em Medicina Veterinária	Doutor em Ciências Veterinárias
33	Rangel Pacheco Fernandes	Bacharel em Zootecnia	Mestrado e Doutorado em Zootecnia
34	Renata Zach	Licenciada em Matemática	Mestre em Modelagem Matemática
35	Rodrigo Pogli	Licenciado em Física	Mestre em Ensino de Física
36	Roni Paulo Fortunato	Bacharel em Zootecnia	Doutor em Zootecnia
37	Samay Zillmann Rocha Costa	Bacharel em Medicina Veterinária	Doutora em Patologia Animal
38	Samuel Robaert	Graduação em Química	Mestrado em Educação
39	Thirssa Helena Grando	Bacharel em Medicina Veterinária	Doutora em Medicina Veterinária

5.1.1. Atribuição do Coordenador de Curso

A coordenação do curso tem por fundamentos básicos, princípios e atribuições, assessorar no planejamento, orientação, acompanhamento, implementação e avaliação da proposta pedagógica do curso, bem como agir de forma que viabilize a operacionalização de atividades curriculares dos diversos níveis, formas e modalidades da Educação Profissional Técnica e Tecnológica, dentro dos princípios da legalidade e da eticidade, e tendo como instrumento norteador o Regimento Geral e Estatutário do IFFar.

A Coordenação de Curso tem caráter deliberativo, dentro dos limites das suas atribuições, e caráter consultivo, em relação às demais instâncias. Sua finalidade imediata é colaborar para a inovação e aperfeiçoamento do processo educativo e zelar pela correta execução da política educacional do IFFar, por meio do diálogo com a Direção de Ensino, Coordenação Geral de Ensino e NPI.

Além das atribuições descritas, anteriormente, a Coordenação de Curso segue regulamento próprio aprovado pelas instâncias superiores do IFFar que deverão nortear o trabalho dessa coordenação.

5.1.2. Atribuições de Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso é um órgão consultivo de cada curso para os assuntos de política de ensino, pesquisa e extensão, em conformidade com as diretrizes da Instituição e é órgão permanente e responsável pela execução didático-pedagógica, atuando no planejamento, acompanhamento e na avaliação das atividades do curso.

Compete ao Colegiado de Curso:

- analisar e encaminhar demandas de caráter pedagógico e administrativo, referentes ao desenvolvimento do curso, de acordo com as normativas vigentes;
- realizar atividades que permitam a integração da ação pedagógica do corpo docente e TAE no âmbito do curso;
- acompanhar e avaliar as metodologias de ensino e avaliação desenvolvidas no âmbito do curso, com vistas à realização de encaminhamentos necessários a sua constante melhoria;
- fomentar o desenvolvimento de projetos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso de acordo com o PPC;
- analisar as causas determinantes do baixo rendimento escolar e evasão dos estudantes do curso, quando houver, e propor ações para equacionar os problemas identificados;
- fazer cumprir a organização didático-pedagógica do curso, propondo reformulações e/ou atualizações quando necessárias;
- aprovar, quando previsto na organização curricular, a atualização das disciplinas eletivas do curso;
- atender as demais atribuições previstas nos Regulamentos Institucionais.

5.1.3. Núcleo Pedagógico Integrado (NPI)

O NPI é um órgão estratégico de planejamento e assessoramento didático e pedagógico, vinculado à DE do *campus*, além disso, é uma instância de natureza consultiva e propositiva, cuja função é auxiliar a gestão do ensino a planejar, implementar, desenvolver, avaliar e revisar a proposta pedagógica da Instituição, bem como implementar políticas de ensino que viabilizem a operacionalização de atividades curriculares dos diversos níveis e modalidades da educação profissional de cada unidade de ensino do IFFar.

O NPI tem por objetivo planejar, desenvolver e avaliar as atividades voltadas à discussão do processo de ensino e aprendizagem em todas as suas modalidades, formas, graus, programas e níveis de ensino, com base nas diretrizes institucionais.

O NPI é constituído por servidores que se inter-relacionam na atuação e operacionalização das ações que permeiam os processos de ensino e aprendizagem na instituição. Tendo como membros natos os servidores no exercício dos seguintes cargos e/ou funções: Diretor (a) de Ensino; Coordenador(a) Geral de Ensino; Pedagogo(o); Responsável pela Assistência Estudantil no *Campus*; Técnico(s) em Assuntos Educacionais lotado(s) na Direção de Ensino. Além dos membros citados poderão ser convidados para compor NPI outros servidores do *Campus*.

Além do mais, a constituição desse núcleo tem como objetivo promover o planejamento, implementação, desenvolvimento, avaliação e revisão das atividades voltadas ao processo de ensino e aprendizagem em todas as suas modalidades, formas, graus, programas e níveis de ensino, com base nas diretrizes institucionais. As demais informações sobre o NPI encontram-se nas diretrizes institucionais dos cursos técnicos do IFFar.

5.2. Corpo Técnico Administrativo em Educação

Os Técnicos Administrativos em Educação no IFFar tem o papel de auxiliar na articulação e desenvolvimento das atividades administrativas e pedagógicas relacionadas ao curso, como o objetivo de garantir o funcionamento e a qualidade da oferta do ensino, pesquisa e extensão na Instituição. O IFFar Campus Frederico Westphalen conta com:

Cargo	Quantidade de TAE's
Administrador	2
Almoxarife	1
Analista de Tecnologia da Informação	2
Assistente em Administração	4
Assistente Social	1
Auxiliar em Agropecuária	1
Auxiliar de Biblioteca	2
Bibliotecário	1
Enfermeiro/área	1
Médico Veterinário	1
Médico	1
Operador de Máquinas Agrícolas	1
Operador de Caldeira	1
Psicólogo	1
Secretário Executivo	2
Técnico em Agropecuária	3
Técnico em Alimentos e Laticínios	1
Técnico em Arquivo	1
Técnico em Assuntos Educacionais	2
Técnico em Contabilidade	1
Técnico em Eletrotécnica	1

Técnico em Tecnologia da Informação	3
Técnico em Laboratório/área	2
Tradutor interprete de linguagem de sinais	2

5.3. Política de capacitação para Docentes e Técnico Administrativo em Educação

A qualificação dos segmentos funcionais é princípio basilar de toda instituição que prima pela oferta educacional qualificada. O IFFar, para além das questões legais, está compromissado com a promoção da formação permanente, da capacitação e da qualificação, alinhadas à sua Missão, Visão e Valores. Entende-se a qualificação como o processo de aprendizagem baseado em ações de educação formal, por meio do qual o servidor constrói conhecimentos e habilidades, tendo em vista o planejamento institucional e o desenvolvimento na carreira. O IFFar, com a finalidade de atender às demandas institucionais de qualificação dos servidores, estabelecerá no âmbito institucional, o Programa de Qualificação dos Servidores, que contemplará as seguintes ações:

- Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional (PIIQP) – disponibiliza auxílio em três modalidades (bolsa de estudo, auxílio-mensalidade e auxílio-deslocamento);
- Programa Institucional de Incentivo à Qualificação Profissional em Programas Especiais (PIIQPPE) – tem o objetivo de promover a qualificação, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, em áreas prioritárias ao desenvolvimento da instituição, realizada em serviço, em instituições de ensino conveniadas para MINTER e DINTER.
- Afastamento Integral para pós-graduação *stricto sensu* – política de qualificação de servidores o IFFar destina 10% (dez por cento) de seu quadro de servidores, por categoria, vagas para o afastamento Integral.

6. INSTALAÇÕES FÍSICAS

O *Campus Frederico Westphalen* oferece aos estudantes do Curso Técnico em Agropecuária Integrado uma estrutura que proporciona o desenvolvimento cultural, social e de apoio à aprendizagem, necessárias ao desenvolvimento curricular para a formação geral e profissional, com vistas a contemplar a infraestrutura necessária orientada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos conforme descrito nos itens a seguir:

6.1. Biblioteca

O Instituto Federal Farroupilha Campus Frederico Westphalen, opera com o sistema especializado, Pergamum, de gerenciamento da biblioteca. O sistema Pergamum possibilita a renovação e auxilia o usuário na realização de buscas de materiais no acervo da biblioteca, inclusive com acesso remoto através de catálogo online disponível na página do campus.

A biblioteca oferece serviço de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados. Além do mais, oferece orientação na organização de Trabalhos Acadêmicos (ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas) e visitas orientadas. As normas de funcionamento da biblioteca estão dispostas em regulamento e no site da página. Atualmente, a biblioteca possui um acervo bibliográfico de aproximadamente 2.815 títulos e 9 mil exemplares. Conta, ainda, com sinal de internet sem fio para acesso dos usuários, 06 mesas de estudos individual, 17 mesas para estudo em grupos, 04 nichos para estudo individual/grupo.

6.2. Áreas de ensino específicas

Espaço Físico Geral - Prédio Ensino	
Descrição	Quantidade
Sala da Direção Geral e Gabinete da Direção Geral (prédio central)	1
Sala da Coordenação de Registros Acadêmicos com funcionamento ininterrupto em três turnos (prédio central)	1
Biblioteca (área total: 320 m ² , acervo atual: 9 mil exemplares) com funcionamento ininterrupto em três turnos (prédio central)	1
Sala da Coordenação de Assuntos Educacionais (CAE) e Sala da Coordenação de Ações Inclusivas (CAI)	1
Sala do Setor de Apoio Pedagógico, Coordenação Geral de Ensino e Direção de Ensino (prédio central)	1
Sala da Coordenação Geral de Pessoas (prédio central)	1
Sala da Direção de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e Setor de Protocolo (prédio central)	1
Restaurante Universitário com capacidade para servir 1000 refeições	1
Auditório (Salão Social) com capacidade para 250 pessoas sentadas (prédio do RU)	1
Laboratório de Informática com 35 computadores (prédio central)	1
Sala da Coordenação de Tecnologia da Informação e Data Center (prédio central)	1
Sala do Setor Administrativo (Compras, Licitações e Contratos)	1
Prédio do Setor de Patrimônio e Almoxarifado	1
Prédio dos Laboratórios de Ciências (Biologia, Química e Física)	1
Bloco de Moradia Estudantil contendo 10 apartamentos com capacidade para 4 estudantes	3
Bloco de Moradia Estudantil contendo 4 quartos coletivos com capacidade para 10 estudantes por quarto.	2
Estúdio para Gravação de vídeo-aulas	1
Sala de Reuniões com Capacidade para 20 pessoas e equipamento de vídeo conferência (prédio central)	1
Sala para Coordenação do Eixo Tecnológico	1
Salas de aula com 40 carteiras (conjuntos de mesa e cadeira), mesa para o professor, quadro verde, climatização e projetor multimídia (fixo).	2
Gabinetes de professores (capacidade para 2 docentes em cada gabinete)	9
Auditório com capacidade para 60 pessoas, com climatização, projetor e quadro branco.	1

Conjuntos de banheiros com 6 sanitários completos (masculino e feminino). Mais dois ambientes com chuveiro e sanitário adaptado para portadores de necessidades especiais	8
Sala para implantação e desenvolvimento de atividades ligadas à Empresa Júnior e/ou Cooperativa Escola	1

6.3. Laboratórios

Laboratórios – LEPEP (Laboratório de Ensino, Pesquisa, Extensão e Produção.	
Descrição	Qtde
Laboratório de Informática: sala com 35 computadores, ar condicionado, disponibilidade para utilização de computador e projetor multimídia.	1
LEPEP Física e TCIs: Laboratório com equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas e ar condicionado.	1
LEPEP Biologia Geral: Laboratório com bancadas, equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas e ar condicionado.	1
LEPEP Química Geral: Laboratório com bancadas, equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas e ar condicionado.	1
LEPEP Bromatologia e Nutrição Animal: Laboratório com ar condicionado, bancadas, equipamentos e utensílios para aulas práticas.	1
LEPEP Agroindústria de Produtos de Origem Animal - leite e derivados com equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas.	1
LEPEP Agroindústria de Produtos de Origem Vegetal - processamento de frutas e hortaliças com equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas.	1
LEPEP Microbiologia e Imunologia Veterinária: Laboratório com ar condicionado, bancadas, equipamentos e utensílios para aulas práticas.	1
LEPEP Fruticultura e Silvicultura com sala de aula e equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas.	1
LEPEP Olericultura com equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas.	1
LEPEP Floricultura e Paisagismo com sala de aula e equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas.	1
LEPEP Fitotecnia com equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas.	1
LEPEP Mecanização Agrícola com galpão, sala de aula e equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas	1
LEPEP Solos com equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas.	1
LEPEP Topografia com equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas.	1
LEPEP Cunicultura com animais, equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas.	1
LEPEP Ovinocultura e caprinocultura com animais, equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas.	1
LEPEP Avicultura com animais, equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas.	1
LEPEP Bovinocultura de Leite com animais, equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas.	1
LEPEP Suinocultura com animais, equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas.	1
LEPEP Apicultura com enxames, equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas.	1
LEPEP Patologia Veterinária, com equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas.	1
LEPEP Patologia Clínica, com equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas.	1
LEPEP Parasitologia Animal e Doenças parasitárias, com equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas.	1
LEPEP Fisiologia de reprodução, com equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas.	1
LEPEP Anatomia Veterinária, com equipamentos e utensílios para a realização de aulas práticas.	1

6.4. Área de esporte e convivência

Esporte e convivência	
Descrição	Quantidade
Campo de futebol.	1
Ginásio de esportes com banheiros masculino e feminino com 3 sanitários e 3 chuveiros cada, 2 vestiários, sala de instrução, 1 depósitos, sala de professores e área de recreação e academia.	1
Área de convivência com 300,00 m ² , coberto e aberto com bancos para convivência dos discentes.	1
Lanchonete terceirizada. Também serve refeições.	1
Sala com serviço de Xerox terceirizado.	1
Sede do Grêmio Estudantil com sala de jogos.	1

6.5. Área de atendimento ao discente

Áreas de atendimento	
Descrição	Quantidade
Centro de saúde com atendimento médico/psicológico com sala de Procedimentos/Sala de Enfermagem/ Sala de Recepção/Sanitário adaptado para portadores de necessidades especiais.	1
Direção de ensino com sala de recepção, sala do setor de apoio pedagógico e sala para a direção e coordenação de ensino.	1
Sala do setor de estágios para atendimento aos discentes	1
Sala da Coordenação do Atendimento ao Educando.	1
Sala de Atendimento individual ao Educando.	1
Sala para os registros acadêmicos	1

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

_____. Lei nº 11.161, de 05 de agosto de 2005: Dispõe sobre o ensino da Língua Espanhola. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11161.htm.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10741.htm.

_____. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997: Institui o código de trânsito brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm.

_____. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “ História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm.

_____. Lei nº 11.769, de 18 de agosto de 2008. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/L11769.htm

_____. Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008. Inclui a Sociologia e a Filosofia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11684.htm.

_____. Ministério da Educação. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, 2012. Disponível em: <http://pro-natec.mec.gov.br/cnct/>.

_____. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos –PNDH -3 e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7037.htm.

_____. Resolução nº 2 de 30 de janeiro de 2012: Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866.

_____. Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012: Define as Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. Resolução nº 102, de 02 de dezembro de 2013. Define as Diretrizes Institucionais da organização administrativo-didático-

-pedagógica para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Instituto Federal Farroupilha e dá outras providências. Disponível em: http://www.iffarroupilha.edu.br/site/midias/arquivos/2013114112335808resolucao_n%C2%BA_102-2013.pdf.

8. ANEXOS

8.1. Resoluções



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

RESOLUÇÃO CONSUP Nº 003/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Homologa a Resolução *Ad Referendum* nº 003/2015, que aprova a criação do Curso Técnico em Agropecuária Integrado, do Câmpus Frederico Westphalen, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista as disposições contidas no Artigo 9º do Estatuto do IF Farroupilha, com a aprovação do Conselho Superior, nos termos da Ata nº 001/2015, da 1ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 16 de março de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, a homologação da Resolução *Ad Referendum* nº 003/2015, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

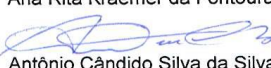
Santa Maria, 16 de março de 2015.

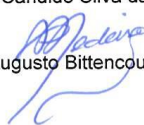

Carla Comerlato Jardim

PRESIDENTE CONSELHO SUPERIOR

CONSELHEIROS:


Ana Rita Kraemer da Fontoura


Antônio Cândido Silva da Silva


Cesar Augusto Bittencourt de Medeiros

Crescêncio Olegário Ramagem Medeiros

Delcimar Borim


Gabriel Adolfo Garcia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

Ibrahim Mahmud

Jacimar Facco

Jaubert de Castro Menchik

João Carlos de Carvalho e Silva Ribeiro

Jovani Patias

Rodrigo Elesbão de Almeida

Liege Carmargo da Costa

Luciani Missio

Mairi Jahn Karnikowski

Marcelo Éder Lamb

Rodrigo de Siqueira Martins



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

RESOLUÇÃO CONSUP Nº 004/2015, DE 16 DE MARÇO DE 2015.

Homologa a Resolução *Ad Referendum* nº 004/2015, que autoriza o funcionamento e aprova o Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado, do Câmpus Frederico Westphalen, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista as disposições contidas no Artigo 9º do Estatuto do IF Farroupilha, com a aprovação do Conselho Superior, nos termos da Ata nº 001/2015, da 1ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 16 de março de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR, nos termos e à forma do anexo a esta Resolução, a homologação da Resolução *Ad Referendum* nº 004/2015, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 16 de março de 2015.


Carla Comerlato Jardim

PRESIDENTE CONSELHO SUPERIOR

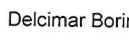
CONSELHEIROS:


Ana Rita Kraemer da Fontoura


Antônio Cândido Silva da Silva


Cesar Augusto Bittencourt de Medeiros


Crescêncio Olegário Ramagem Medeiros


Delcimar Borim


Gabriel Adolfo Garcia


Ibrahim Mahmud


Jacimar Faccio



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
REITORIA

Jaubert de Castro Menchik
Jaubert de Castro Menchik

João Carlos de Carvalho e Silva Ribeiro
João Carlos de Carvalho e Silva Ribeiro

Jovani Patias
Jovani Patias

Rodrigo Elesbão de Almeida
Rodrigo Elesbão de Almeida

Liege Carmargo da Costa
Liege Carmargo da Costa

Luciani Missio
Luciani Missio

Maidi Jahn Karnikowski
Maidi Jahn Karnikowski

Marcelo Eder Lamb
Marcelo Eder Lamb

Rodrigo de Siqueira Martins



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA
REITORIA

RESOLUÇÃO CONSUP N° 091/2019, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

Aprova o ajuste curricular e a atualização do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus Frederico Westphalen*.

A PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando as disposições do Artigo 9º do Estatuto do Instituto Federal Farroupilha e os autos do Processo nº 23789.001089/2019-25, com a aprovação da Câmara Especializada de Ensino, por meio do Parecer nº 031/2019/CEE; e do Conselho Superior, nos termos da Ata nº 009/2019, da 5ª Reunião Ordinária do CONSUP, realizada em 11 de dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º APROVAR, conforme disposto no Parecer nº 062/2019/PROEN, o ajuste curricular e a atualização do Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus Frederico Westphalen*, criado pela Resolução CONSUP nº 003, de 16 de março de 2015.

Art. 2º O Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha – *Campus Frederico Westphalen*, tendo seu ajuste curricular e atualização aprovados por esta Resolução, será oficialmente publicado pela Pró-Reitoria de Ensino no *site* institucional.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Maria, 11 de dezembro de 2019.

CARLA COMERLATO JARDIM
PRESIDENTE

Alameda Santiago do Chile, 195, Nossa Sra. das Dores – CEP 97050-685 – Santa Maria/RS
Fone: (55) 3218 9802/e-mail: gabreitoria@iffarroupilha.edu.br

8.1. Regulamentos

Regulamento 01:
AVALIAÇÃO INTEGRADA
REGULAMENTO DA AVALIAÇÃO INTEGRADA DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DO INSTITUTO FE-
DERAL FARROUPILHA, CAMPUS FREDERICO WESTPHALEN

CAPÍTULO I
CARACTERIZAÇÃO E OBJETIVOS

Art. 1º O presente documento tem por finalidade estabelecer regulamentação da Avaliação Integrada, prevista nos Projetos Pedagógicos de Cursos Técnicos Integrados do Instituto Federal Farroupilha, *Campus Frederico Westphalen*.

Art. 2º Entende-se por Avaliação Integrada provas objetivas de múltipla escolha por meio das quais são avaliados, de forma integrada, os conhecimentos, as capacidades e as competências dos alunos de 1º, 2º e 3º anos nos cursos técnicos integrados.

Art. 3º Cada prova é constituída por 50 questões distribuídas em áreas do conhecimento, observando-se os componentes curriculares de cada etapa da organização curricular de cada curso integrado. O seguinte quadro (Quadro I) apresenta as áreas do conhecimento, os componentes curriculares que as compõem e o número de questões reservadas a cada área.

Área do Conhecimento	Componentes Curriculares	Número de Questões
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Filosofia, Geografia, História, Sociologia	10
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Biologia, Física, Química	10
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Artes, Educação Física, Línguas Estrangeiras Modernas, Língua Portuguesa, Literaturas	10
Matemática e suas Tecnologias	Matemática	8

Núcleo Tecnológico	Disciplinas do Núcleo Tecnológico relacionadas no Projeto Pedagógico de cada Curso	12
--------------------	--	----

Quadro I – Áreas do conhecimento, componentes curriculares e número de questões.

Art. 4º São previstas:

- No mínimo uma Avaliação Integrada Semestral (AIS), a ser aplicada na segunda metade do semestre letivo;
- uma Avaliação Integrada Anual (AIA), a ser aplicada no período de exames, de acordo com o calendário acadêmico.

Art. 5º A AIS se constitui como um dos instrumentos de avaliação a serem utilizados pelo professor ao longo do semestre letivo, tendo um peso definido pelo Colegiado do Eixo Tecnológico.

Art. 6º A AIA se constitui como o Exame Final a que tem direito o aluno que não atingir média sete (7,0), ao final do ano letivo. Seu resultado será expresso em uma escala de zero (0,0) a dez (10,0).

CAPÍTULO II

ELABORAÇÃO DA PROVA

Art. 7º As questões que compõem a Avaliação Integrada devem ser compostas de:

- um texto motivador (contextualização da questão);
- um enunciado (orientação para a solução da questão);
- um conjunto de cinco respostas alternativas, sendo uma única resposta correta.

Art. 8º A elaboração das questões bem como sua inserção no Banco de Questões Objetivas e indicação para as provas é de responsabilidade dos docentes das diferentes áreas do conhecimento que compõem os cursos integrados.

Art. 9º Os docentes de cada área devem elaborar as questões em conjunto, a fim de:

- garantir que as questões sejam claras, coesas, coerentes e sem problemas de expressão linguística;

- produzir questões integradas, de qualidade, que valorizem a capacidade de relacionar os diferentes conhecimentos trabalhados ao longo das aulas.

Art. 10 Os docentes de cada área do conhecimento deverão elaborar o dobro do número de questões indicado no Quadro I, a fim de garantir que seja constituída uma Prova Reserva, a ser oferecida aos alunos que faltarem justificadamente nos dias de aplicação da Avaliação Integrada.

CAPÍTULO III

APLICAÇÃO DA PROVA

Art. 11 As datas, o período de duração e os locais de aplicação da prova serão definidos pela Comissão Responsável pela Avaliação Integrada e amplamente divulgados a todos os interessados.

Art. 12 A Avaliação Integrada será aplicada na modalidade *online*, nos laboratórios de informática da instituição ou em salas de aula com a utilização de *tablets* (conforme disponibilidade), que serão devidamente preparados para tal.

Art. 13 Cada local de aplicação da prova será fiscalizado por dois fiscais, a serem convocados pela Comissão Responsável pela Avaliação Integrada.

Art. 14 Orientações gerais para aplicação da prova:

- o aluno deverá informar-se com antecedência sobre o local de aplicação da prova;
- o aluno deverá comparecer ao local de prova com, no mínimo, 20 minutos de antecedência;
- o aluno que comparecer em outro local, diferente daquele indicado para realizar sua prova, NÃO poderá participar da prova;
- ao entrar no laboratório onde se realizará a Avaliação Integrada, o aluno receberá das mãos do fiscal uma senha de acesso à prova;
- caso o aluno observe algum problema com o computador que lhe foi designado, os fiscais devem ser avisados;
- para a realização da prova, o aluno poderá portar caneta esferográfica e receberá uma folha de papel em branco para rascunho;

- assim que ingressar na sala, o aluno deve desligar todos os equipamentos eletrônicos e guardá-los, juntamente com o material dispensável para a prova, em sua mochila, depositando-a em local designado pelo fiscal;
- durante a realização da prova, o aluno somente poderá ter sobre sua mesa caneta esferográfica e papel para rascunho;
- durante a realização da prova, o aluno não poderá se ausentar da sala – em casos especiais (por exemplo, em razão da necessidade de uso do banheiro), o aluno deverá ser acompanhado por algum fiscal;
- o aluno não poderá, durante a realização da prova, sob pena de receber nota zero: consultar ou comunicar-se com outro aluno; utilizar óculos escuros e artigos de chapelaria (boné, chapéu, viseira, gorro e similares); portar lápis, lapiseiras, borrachas, livros, manuais, impressos, anotações e quaisquer equipamentos eletrônicos (agendas eletrônicas, alarmes de qualquer espécie, calculadoras, celulares, gravadores, *tablets*, mp3 ou similares, notebooks ou similares, pendrives, relógios, smartphones ou quaisquer receptores ou emissores de dados e mensagens de qualquer espécie);
- os últimos dois alunos deverão permanecer na sala até o término da aplicação da prova;
- receberá nota zero o aluno que utilizar meios ilícitos durante a realização da prova ou não comparecer sem uma justificativa legal;
- ao final da prova, o aluno deverá assinar a lista de presenças;
- ao final da Avaliação Integrada Semestral, o aluno poderá, a seu critério, conhecer seu desempenho com o fiscal;
- os resultados da Avaliação Integrada Anual serão divulgados somente após o conselho de classe.

Art. 15 Em caso de fraude, os alunos envolvidos receberão nota zero.

Parágrafo único. O fiscal responsável pela identificação da fraude deverá lavrar ata relatando pormenorizadamente o acontecido à Comissão Responsável pela Avaliação Integrada, a qual remeterá o documento para a Comissão Disciplinar, a fim de que esta tome as medidas cabíveis.

CAPÍTULO IV

PROVA RESERVA E REVISÃO DE PROVA

Art. 16 O aluno que deixar de comparecer à Avaliação Integrada em data e local fixados pela Comissão Responsável poderá pedir a realização de Prova Reserva.

- A Prova Reserva terá as mesmas características da Avaliação Integrada.
- A Prova Reserva será concedida somente nos casos em que o aluno apresentar justificativa para sua ausência em conformidade com as regras institucionais.
- Os pedidos de aplicação de Prova Reserva devem ser feitos por escrito em até um dia útil após a aplicação da Avaliação Integrada e entregues à Coordenação Geral de Ensino, que julgará se a justificativa se enquadra nas regras institucionais e, posteriormente, informará à Comissão Responsável pela Avaliação Integrada quais alunos têm direito à Prova Reserva.
- Sendo necessária a aplicação de Prova Reserva, a Comissão Responsável pela Avaliação Integrada indicará data para sua realização, divulgando-a amplamente para todos os interessados.

Art. 17 Ao aluno é reservado o direito de pedir a Revisão de questões nas quais sejam identificados equívocos de qualquer natureza ou questões cuja formulação possa vir a induzir a erro.

O pedido de Revisão de questões deve ser feito por escrito, em até um dia útil após a aplicação da Avaliação Integrada, conforme formulário em anexo a este regulamento.

O pedido de Revisão deve ser encaminhado à Coordenação Geral de Ensino, que os remeterá à Comissão Responsável pela Avaliação Integrada para julgamento.

A Comissão Responsável deverá julgar o mérito do pedido de Revisão, em até dois dias úteis, ouvidos os professores da área do conhecimento à qual está associada a questão.

O julgamento pode indeferir o pedido de Revisão ou deferi-lo, anulando a questão ou alterando seu gabarito; em todo caso, a decisão deve ser fundamentada e amplamente divulgada a todos os interessados.

Parágrafo único. Em caso de anulação de uma questão, todos os alunos receberão a pontuação correspondente a ela.

CAPÍTULO V

COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

Seção I

Da Comissão Responsável pela Avaliação Integrada

Art. 18 A Comissão Responsável pela Avaliação Integrada será constituída a cada início de ano letivo por meio de Portaria específica emitida pela Direção Geral.

Art. 19 São considerados membros efetivos da Comissão Responsável pela Avaliação Integrada

- o Coordenador Geral de Ensino;
- os Coordenadores dos Eixos nos quais há curso técnico integrado;
- um representante do Núcleo Pedagógico Integrado, indicado por seus pares;
- um representante da Coordenação de Tecnologia da Informação, indicado por seus pares;
- um docente de cada área do conhecimento relacionada no Quadro I, indicado por seus pares.

Parágrafo único. Com relação à área de conhecimento denominada “Núcleo Tecnológico”, é necessário que haja um docente representante de cada Eixo Tecnológico no qual haja cursos técnicos integrados.

Art. 20 Em caso de vacância, os membros efetivos devem ser imediatamente substituídos.

Art. 21 O Presidente é indicado entre os membros na primeira reunião após a constituição da Comissão.

Art. 22 O Presidente é responsável por

- convocar e presidir as reuniões da Comissão Responsável pela Avaliação Integrada;
- elaborar relatório anual das atividades realizadas pela Comissão;
- solicitar atualização constante da Portaria que nomeia os participantes da Comissão.

Art. 23 Caberá à Comissão Responsável pela Avaliação Integrada:

- orientar todos os envolvidos no processo de elaboração e aplicação da Avaliação Integrada;
- organizar reuniões por área de conhecimento, a fim de garantir a integração dos componentes curriculares que as compõem;
- planejar o cronograma de execução da Avaliação Integrada;
- cadastrar docentes no Banco de Questões Objetivas para a submissão de questões;
- garantir a geração das provas dentro dos prazos estipulados;
- analisar as provas antes de sua aplicação, a fim de garantir sua qualidade e sua adequação ao ano e ao curso técnico integrado para o qual são destinadas;
- divulgar os locais de aplicação da prova;

- convocar servidores para integrar a banca de fiscais nos dias de aplicação das provas;
- preparar os laboratórios de informática da Instituição, a fim de utilizá-los na aplicação das provas;
- julgar pedidos de Revisão de questões das provas;
- divulgar os resultados das provas para todos os envolvidos;
- avaliar o processo de Avaliação Integrada, a fim de garantir sua qualidade;
- resolver questões não previstas por este regimento;
- supervisionar todo o processo de execução da Avaliação Integrada;
- tornar público este regimento da Avaliação Integrada;
- zelar pelo cumprimento deste regimento.

Art. 24 Todas as reuniões da Comissão devem ser registradas em atas.

Seção II

Dos Docentes dos Cursos Técnicos Integrados

Art. 25 Caberá aos docentes dos cursos técnicos integrados:

- reunir-se com os professores de componentes curriculares de sua área do conhecimento, a fim de elaborar conjuntamente as questões das provas;
- submeter as questões elaboradas para a Avaliação Integrada ao Banco de Questões Objetivas dentro dos prazos estipulados pela Comissão Responsável pela Avaliação Integrada;
- atuar como fiscais quando da aplicação das provas, realizando as seguintes tarefas e outras que se fizerem relevantes para o bom andamento das provas:
- localizar o local de prova para a qual foi designado;
- revistar os banheiros próximos ao local de prova em busca de sinais de fraude;
- arrumar o local de prova a fim de garantir o máximo de distância possível entre os alunos;
- de posse das senhas para acesso às provas, fazer chamada na porta do laboratório/sala de aula, distribuindo-as antes do horário de início da prova;
- durante a chamada, indicar ao aluno o lugar que ele deve ocupar;
- determinar um espaço para acomodar os pertences dos alunos;
- no horário determinado pela Comissão Responsável pela Avaliação Integrada, dar a ordem para o início da prova e anunciar o final do tempo de sua realização;

- circular pela sala, acompanhando a realização da prova;
- não oferecer nenhuma explicação individual sobre a prova;
- evitar a leitura de jornais, livros, *smartphones*, *tablets*, entre outros;
- evitar a conversa com o outro fiscal;
- zelar pelo silêncio no momento da realização da prova;
- fazer cumprir as normas deste regimento;
- acompanhar os alunos ao banheiro, quando for requisitado;
- garantir que os dois últimos alunos saiam do local de prova ao mesmo tempo;
- garantir que os alunos assinem a lista de presenças ao término da prova;
- informar aos alunos que o requisitem sua pontuação na prova, exceto na Avaliação Integrada Anual;
- em caso de fraude, lavrar ata relatando o incidente pormenorizadamente;
- comunicar qualquer irregularidade à Comissão Responsável pela Avaliação Integrada.

Art. 26 Caso o docente não puder se fazer presente na data de aplicação das provas

- sua ausência deve ser justificada para a Comissão Responsável pela Avaliação Integrada;
- um substituto deve ser indicado pelo docente faltante.

Seção III

Dos Alunos

Art. 27 Caberá aos alunos dos cursos técnicos integrados

- informar-se do cronograma de aplicação das provas;
- fazer-se presente nos dias da Avaliação Integrada;
- preparar-se adequadamente para a realização da avaliação;
- observar e cumprir as regras relativas à aplicação das provas;
- não fraudar a prova;
- apresentar justificativa, devidamente comprovada, para ausência em dia de Avaliação Integrada;
- pedir Revisão de questões, quando necessário;
- seguir as orientações dos fiscais de prova.

Assinatura do(a) Aluno(a)

Regulamento 02:

Estágios

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DOS CURSOS TÉCNICOS EM AGROPECUÁRIA INTEGRADO E SUBSEQUENTE

Dispõe sobre o Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e Não-Obrigatório dos alunos dos Cursos Técnicos em Agropecuária Integrado e Subsequente do Instituto Federal Farroupilha Campus Frederico Westphalen

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente documento tem por finalidade estabelecer regulamentação para a realização de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e Não-Obrigatório pelos alunos dos Cursos Técnicos em Agropecuária Integrado e Subsequente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha Campus Frederico Westphalen, em conformidade com a Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, Resolução CNE/CEB nº1 de 21 de janeiro de 2004, Resolução CONSUP nº 10/2016 e Resolução CONSUP nº 28/2019.

Art. 2º A elaboração e apresentação do Relatório de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório do Curso Técnico em Agropecuária Integrado e Subsequente devem ser visualizadas como uma etapa indispensável para a formação acadêmica do discente e para a conclusão do curso, de acordo com o perfil do egresso e os objetivos do curso.

TÍTULO II DA DEFINIÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 3º O Estágio Curricular Supervisionado é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que almeja a preparação para o trabalho produtivo do educando que esteja cursando o ensino regular em instituições de educação superior, profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos, conforme estabelece o Art. 1º da Lei 11.788/08.

TÍTULO III DOS OBJETIVOS E FINALIDADES DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

Art. 5º Este regulamento visa a normatizar a organização, realização, supervisão e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório previsto para os Cursos Técnicos em Agropecuária Integrado e Subsequente.

Parágrafo único. O Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório seguirá o mesmo regulamento que o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, à exceção daquilo que é detalhado no Título IV deste regulamento.

Art. 6º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório tem como objetivos: I - oferecer aos alunos a oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos e conhecer as relações sociais que se estabelecem no mundo produtivo;

II - ser complementação do ensino e da aprendizagem, relacionando conteúdos e contexto;

III - propiciar a adaptação psicológica e social do educando a sua futura atividade profissional;

IV - facilitar o processo de atualização de conteúdos, permitindo adequar aqueles de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, econômicas e sociais;

V - incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais;

VI - promover a integração da instituição com a comunidade;

VII - promover a articulação da instituição de ensino com o mundo do trabalho;

VIII – promover a transição do aluno da instituição de ensino para o mundo do trabalho;

IX - incentivar a integração do ensino, pesquisa e extensão através de contato com diversos setores da sociedade;

X - orientar o aluno na escolha de sua especialização profissional;

XI - proporcionar aos alunos as condições necessárias ao estudo e às soluções dos problemas demandados pelos agentes sociais;

XII - ser instrumento potencializador de atividades de iniciação científica, de pesquisa, de ensino e de extensão.

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, conforme determinação das Diretrizes Curriculares Nacionais, é aquele definido como tal no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

Art. 8º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os requisitos do Art. 3º da Lei 11.788/2008.

TÍTULO IV

DO ESTÁGIO CURRICULAR NÃO-OBIGATÓRIO

Art. 9º O Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório é aquele realizado como atividade opcional para enriquecer a formação profissional do aluno (§ 2º do Art. 2º da Lei 11.788/2008). Este deverá ser realizado em áreas correlatas a formação do aluno.

Art. 10 O Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório está previsto no Projeto Pedagógico dos Cursos Técnicos em Agropecuária Integrado e Subsequente, é direito do estudante e poderá ser realizado como atividade opcional.

Art. 11 Somente será permitida a realização de Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório enquanto o aluno estiver cursando regularmente o curso em que estiver matriculado.

Art. 12 Para realizar o Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório o aluno deverá cumprir as formalizações legais descritas nesta regulamentação.

Art. 13 No Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório o aluno não necessita apresentar a uma banca as atividades executadas conforme o plano de estágio. Ao final do estágio, o aluno fará apenas a entrega de relatório final.

TÍTULO V

DA MATRÍCULA NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art. 14 Poderão realizar Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório todos os alunos regularmente matriculados no componente curricular “Estágio Curricular” e que atendam aos requisitos previstos no Projeto Pedagógico do Curso, conforme Art. 3º da Resolução do CONSUP nº 10/2016:

§ 1º A carga horária do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, bem como a avaliação do estágio, deve ser integralizada no prazo do período letivo da matrícula.

§ 2º O estudante que não cumprir a carga horária e os critérios de avaliação do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório no ano/semestre da matrícula será reprovado, devendo realizar nova matrícula no ano/semestre seguinte e concluir o estágio de acordo com o prazo de integralização do curso.

Art. 15 O período para a realização da matrícula no componente curricular do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório obedecerá ao Calendário Acadêmico Institucional ou edital específico, quando necessário.

TÍTULO VI

DAS CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Art. 16 A realização do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, além do previsto no PPC e na Resolução CONSUP nº 10/2016, de 30 de março de 2016, exigirá as seguintes formalizações legais:

I - celebração opcional do Termo de Convênio de Estágio entre o Instituto Federal Farroupilha e a Parte Concedente de Estágio, desde que o estágio seja realizado dentro do estado do RS;

II - celebração obrigatória do Termo de Compromisso de Estágio firmado entre o Instituto Federal Farroupilha, a Parte Concedente e o Estudante quando o estágio se realize fora do estado do RS;

III - elaboração do Plano de Atividades de Estágio.

§ 1º As formalizações previstas no *caput* serão providenciadas pelo Setor de Estágio do *Campus* Frederico Westphalen e Pró-Reitoria de Extensão.

§ 2º O estudante deverá encaminhar ao Setor de Estágio do *Campus* Frederico Westphalen o Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório assinado pelo estudante e pela Parte Concedente, em até cinco dias úteis após o início das atividades de estágio e o Plano de Atividades de Estágio assinado pelo aluno, orientador e supervisor do estágio no mesmo prazo.

§ 3º Nas situações em que a Parte Concedente apresentar Termo de Convênio e/ou de Compromisso de Estágio próprios, este poderá ser utilizado após análise da Pró-Reitoria de Extensão, e parecer favorável da Procuradoria Jurídica do Instituto Federal Farroupilha.

Art. 17 Aos documentos definidos no Art. 16, deverão ser acrescidos no processo de realização do estágio junto ao Setor de Estágio:

I - Relatório Periódico de Atividades de Estágio Curricular Supervisionado para estágio Não-Obrigatório;

II - Termo de Realização de Estágio Curricular Supervisionado;

III - Termo de Rescisão de Estágio Curricular Supervisionado, quando for o caso;

IV - Demais documentos comprobatórios previstos no PPC e/ou solicitados pelo Setor de Estágio.

Parágrafo único. É responsabilidade do estudante realizar a matrícula e solicitar a documentação necessária junto ao Setor de Estágio do *Campus*, antes do início do estágio.

TÍTULO VII

DAS PARTES CONCEDENTES

Art. 18 Poderão ser Parte Concedente para a realização do Estágio Curricular Supervisionado:

I - pessoas jurídicas de direito privado;

II - órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados e dos Municípios;

III - profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

Art. 19 O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório poderá ser realizado no âmbito do Instituto Federal Farroupilha, como parte concedente, desde que em setor/local que possibilite a realização das atividades previstas no Projeto Pedagógico do Curso e, desde que vinculado a um projeto de ensino, pesquisa ou extensão.

Parágrafo único. Produtores rurais, agricultores familiares, empreendimentos familiares rurais, bem como demais pessoas físicas interessadas poderão firmar parceria com o Instituto Federal Farroupilha, mediante termo de credenciamento que implicará avaliação das condições de estrutura física do local de realização do estágio, a ser feita pela Comissão de Avaliação de Locais de Estágio, para fins de oferta de campo/local para estágio dos discentes. Neste caso, permanece o Instituto Federal Farroupilha como parte concedente do estágio, conforme Instrução Normativa nº 001/2016/PROEX.

Art. 20 O estudante que exercer atividade profissional correlata ao seu curso, na condição de empregado, autônomo ou empresário devidamente registrado, poderá valer-se de tais atividades a partir da celebração do termo de compromisso, para efeitos de realização de seu Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, desde que elas atendam aos requisitos definidos no Projeto Pedagógico de Curso, na Resolução do CONSUP nº 010/2016 e desde que possa ser atendida a exigência do Supervisor de Estágio, conforme disposto no Art. 42 deste regulamento.

Parágrafo único. A realização do estágio nos ambientes definidos no *caput* desde artigo deverá ser requerida à Coordenação do Curso, acompanhado dos seguintes documentos:

- I - se empregado, cópia da parte da Carteira de Trabalho em que esteja configurado o vínculo empregatício e descrição, por parte da chefia imediata, das atividades desenvolvidas;
- II - se autônomo, comprovante do registro na Prefeitura Municipal, comprovante do Imposto Sobre Serviços (ISS) correspondente ao mês da entrada do requerimento, carnê de contribuição do INSS e descrição das atividades que executa;
- III - se empresário, cópia do Contrato Social da Empresa e descrição das atividades que executa.

Art. 21 - O Estágio Curricular Supervisionado poderá ser realizado no exterior, desde que obedecida a Lei de Estágios, o regulamento institucional sobre mobilidade acadêmica, demais disposições legais específicas e que o Termo de Compromisso ou Convênio seja firmado no idioma nacional e no idioma do país de realização do estágio.

§ 1º A documentação necessária para a realização do Estágio Curricular no exterior deverá ser previamente encaminhada à Pró-Reitoria de Extensão, que fará análise e solicitará parecer da Procuradoria Jurídica.

§ 2º Os custos com viagens e tradução de documentos para a realização do Estágio Curricular no exterior serão de responsabilidade do estudante, podendo ser custeada pela Instituição ou ambas as instituições envolvidas quando possível e ou previsto em política institucional própria.

§ 3º Não serão validadas como Estágio Curricular Supervisionado atividades de estágio que tenham sido iniciadas antes da assinatura do Termo de Compromisso.

§ 4º O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório poderá ser realizado em mais de uma Parte Concedente, desde que atendido o disposto neste regulamento.

TÍTULO VIII

DA DURAÇÃO E JORNADA DIÁRIA DO ESTÁGIO

Art. 22 - O tempo de duração e a carga horária do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório serão definidos nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, observadas as Resoluções CONSUP nº 010/2016.

Parágrafo único. O período de realização do estágio na Parte Concedente deverá estar em conformidade com o previsto no Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 23 - A jornada diária do estágio, limitada a seis horas diárias e a trinta horas semanais, quando o estagiário estiver frequentando regularmente as aulas, e a oito horas diárias e a quarenta horas semanais, quando não estiver frequentando as aulas, deverá ser compatível com o horário escolar do estudante e não poderá prejudicar as atividades escolares.

Parágrafo único. No Termo de Compromisso de Estágio deverá constar que nos períodos de avaliação final a carga horária do estágio deverá ser reduzida pelo menos à metade, para garantir o bom desempenho do estudante, conforme previsto na Lei de Estágios.

Art. 24 - Os estágios que apresentam duração prevista igual ou superior a um ano deverão contemplar a existência de período de recesso, concedido preferencialmente junto com as férias escolares, de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo único. A cada período de doze meses o estagiário deverá ter um recesso de trinta dias, que poderá ser concedido em período contínuo ou fracionando, preferencialmente durante o período de férias escolares e de forma proporcional em contratos com duração inferior a doze meses a ser estabelecido no Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado.

Art. 25 - A duração do Estágio Curricular Supervisionado não poderá exceder vinte e quatro meses, na mesma parte concedente.

Parágrafo único. Os estudantes com necessidade especiais poderão ter ampliado o prazo de estágio previsto no *caput* do artigo, obedecido ao prazo máximo para conclusão do curso.

TÍTULO IX

DA BOLSA/AUXÍLIO E DO SEGURO

Art. 26 - Para o Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório é compulsória a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, bem como a concessão do auxílio transporte pela Parte Concedente. Ambos os benefícios deverão constar no Termo de Compromisso de Estágio.

Art. 27 - Para o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório a concessão de bolsa/auxílio ou outra forma de contraprestação é facultativa.

Art. 28 - Durante a realização do estágio, o estudante deverá estar segurado contra acidentes pessoais.

§ 1º O Instituto Federal Farroupilha contratará os seguros definidos no *caput* para o Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

§ 2º A Parte Concedente contratará os seguros definidos no *caput* para o Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório.

TÍTULO X

DO DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

Art. 29 - O estagiário terá o acompanhamento do Professor Orientador, designado pela Entidade Educacional, e do Supervisor, designado pela Parte Concedente, durante a realização do seu estágio.

§ 1º A forma como se dará o acompanhamento pelo Professor Orientador, bem como a carga horária de orientação será normatizada pelo Colegiado de Curso, em Ata específica.

§ 2º O acompanhamento do estágio será comprovado com registro de data e hora de realização das orientações e assinatura do orientador, podendo ser realizado *in loco* ou através de meio eletrônico.

§ 3º Quando o estágio for realizado no Instituto Federal Farroupilha as funções de Orientador e Supervisor poderão ser acumuladas pelo mesmo servidor.

Art. 30 - Após a conclusão do Estágio, o estudante deverá entregar ao Setor de Estágio, o Relatório de Estágio Curricular Supervisionado assinado pelo Professor Orientador.

Art. 31 - O Estágio será interrompido quando o estudante:

- I - trancar a matrícula;
- II - não se adaptar ao estágio, nos primeiros dez dias;
- III - não atender às expectativas da Parte Concedente;
- IV - não seguir as orientações do Professor Orientador.

Parágrafo único. Em todas as situações referidas anteriormente, deverá ser encaminhado, pelo estudante, o Termo de Rescisão de Estágio ao Setor de Estágio do *Campus Frederico Westphalen*.

Art. 32 - O estagiário poderá ser desligado do Estágio Curricular Supervisionado antes do encerramento do período previsto, nos seguintes casos:

- I - decorrida a terça parte do tempo previsto para a duração do estágio, se comprovada a insuficiência na avaliação de desempenho pela parte concedente ou instituição de ensino;
- II - a qualquer tempo pela parte concedente, desde que justificado;
- III - pelo não comparecimento, sem motivo justificado, por mais de cinco dias consecutivos ou não, no período de um mês, ou trinta dias durante todo o período de estágio;
- IV - pela interrupção do curso na instituição de ensino a que pertença o estagiário;
- V - pela conduta incompatível com a exigida pela parte concedente;
- VI - a pedido do estagiário, com comunicação imediata, por escrito, à Parte Concedente do Estágio e ao Setor de Estágio;
- VII - por iniciativa da Parte Concedente do Estágio, com comunicação imediata, por escrito, ao Setor de Estágio, quando o estagiário deixar de cumprir alguma cláusula do Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado;

VIII - a pedido do Professor Orientador, com aprovação do colegiado do curso, mediante comunicação em, no máximo, 3 (três) dias úteis, por escrito, à Parte Concedente do Estágio e ao Setor de Estágio.

TÍTULO XI

DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

Art. 33 - Compete ao Setor de Estágio do *Campus*:

I - orientar Coordenadores de Curso sobre trâmites legais para a realização do Estágio Curricular Supervisionado;

II - auxiliar os Coordenadores de Curso na orientação dos estudantes sobre os procedimentos para a realização do estágio;

III - identificar, cadastrar e avaliar locais para a realização de estágios;

IV - divulgar oportunidades de Estágio;

V - auxiliar os estudantes na identificação de oportunidades de Estágio;

VI - providenciar o Termo de Convênio, o Termo de Compromisso de Estágio com a(s) Parte(s) Concedente(s), o respectivo Plano de Atividades de Estágio e demais documentos necessários;

VII - solicitar/verificar demais documentos obrigatórios para a realização do Estágio Curricular Supervisionado;

VIII - protocolar o recebimento do Plano de Atividades de Estágio;

IX - receber os relatórios periódicos do Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório.

Art. 34 - Compete à Coordenação do Curso:

I - orientar e esclarecer os estudantes sobre as formas e procedimentos necessários para a realização do Estágio Curricular Supervisionado de acordo com o que prevê o Projeto Pedagógico do Curso;

II - designar o professor orientador de estágio;

III - acompanhar o trabalho dos orientadores de estágio;

IV - receber os relatórios do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório e Não-Obrigatório ou documentos que substituam este, quando assim previsto no Projeto Pedagógico do Curso;

V - organizar o calendário das Defesas de Estágio;

VI - encaminhar para a Coordenação de Registros Acadêmicos os resultados finais, para arquivamento e registro nos históricos e documentos escolares necessários;

VII - encaminhar os relatórios do Estágio Curricular Supervisionado para arquivamento conforme normas institucionais de arquivo e acervo acadêmico.

Art. 35 - Compete à Diretoria de Ensino acompanhar junto à Coordenação do Curso a caracterização da dimensão pedagógica do estágio.

Art. 36 - Em conformidade com o art. 5º da Lei de Estágios (Lei nº 11.788/08), se houver agentes de integração envolvidos como auxiliares no Estágio, competirá a eles:

I - identificar oportunidades de estágio;

- II- ajustar suas condições de realização;
- III- fazer o acompanhamento administrativo;
- IV- encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;
- V- cadastrar os estudantes.

Parágrafo único. É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração, pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

Art. 37 - Compete à Parte Concedente:

- I - ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- II - indicar supervisor, de seu quadro funcional, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento de desenvolvimento do estágio;
- III - contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, para a realização de Estágio Curricular Supervisionado Não-Obrigatório.

Art. 38 - Compete ao Professor Orientador:

- I - auxiliar o estagiário na elaboração do Plano de Atividades de Estágio Curricular Supervisionado e do Relatório Final de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório;
- II - orientar o estagiário durante as etapas de encaminhamentos e de realização das atividades de Estágio;
- III - acompanhar as atividades de estágio descritas neste regulamento;
- IV - avaliar o desempenho do estagiário e o Relatório Final de Estágio;
- V - participar e presidir a Banca de Avaliação de Estágio;
- VI - entregar os Relatórios Finais de Estágio ao Setor de Estágio;
- VII - comunicar irregularidades ocorridas no desenvolvimento do estágio ao Setor de Estágio e ao Coordenador do Curso;

Parágrafo único. O professor orientador deverá ser preferencialmente da área da técnica em agropecuária e, quando requisito não for cumprido, a designação deverá ser justificada.

Art. 39 - Compete ao Professor Coorientador:

- I – realizar a leitura do relatório de estágio em suas diferentes fases, buscando, junto ao estagiário, a elaboração de um texto coeso e coerente.

Parágrafo único. O Professor Coorientador pode atuar em qualquer área no Campus onde o aluno está matriculado.

Art. 40 - Compete ao Estagiário, durante a preparação para o Estágio:

- I - encaminhar à Coordenação de Curso a solicitação de Professor Orientador;
- II - retirar documentação de Estágio no Setor de Estágio;
- III - apresentar o Plano de Atividades de Estágio Curricular Supervisionado, elaborado sob a orientação do Supervisor e do Orientador;
- IV - fornecer documentação solicitada pelo Setor de Estágio do *Campus Frederico Westphalen*, digital e impressa e em modelo fornecido quando for o caso;

V - participar de todas as atividades propostas pelas Coordenações responsáveis, pelo Professor Orientador e pelo Supervisor de Estágio;

VI - participar das reuniões de orientação do Estágio;

VII - enviar ao Setor de Estágio do *Campus* Frederico Westphalen uma via do Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado no prazo máximo de cinco dias úteis após o início das atividades de estágio na Parte Concedente.

Art. 41 - Compete ao Estagiário, durante a realização do estágio na Parte Concedente:

I - prestar informações e esclarecimento, julgados necessários pelo supervisor do estágio;

II - ser responsável no desenvolvimento das atividades de estágio;

III - cumprir as exigências definidas no Termo de Compromisso;

IV - respeitar os regulamentos e normas;

V - cumprir o horário estabelecido;

VI - não divulgar informações confidenciais recebidas ou observadas no decorrer das atividades, pertinentes ao ambiente organizacional em que realiza o estágio;

VII - participar ativamente dos trabalhos, executando suas tarefas da melhor maneira possível, dentro do prazo previsto;

VIII - ser cordial no ambiente de estágio;

IX - responder pelos danos pessoais e/ou materiais que venha a causar por negligência ou imprudência;

X - zelar pelos equipamentos e bens em geral;

XI - observar as normas de segurança e higiene no trabalho;

XII - entregar, sempre que solicitado, os relatórios internos da instituição;

XIII - enviar em tempo hábil, os documentos solicitados pelo Setor de Estágios;

XIV - comunicar ao Professor Orientador e às Coordenações responsáveis, toda ocorrência que possa estar interferindo no andamento do estágio;

XV - elaborar e entregar o Relatório de Estágio escrito conforme as normas;

XVI - submeter-se à Banca de Avaliação de Estágio.

Art. 42 - Compete ao Supervisor de Estágio da Parte Concedente:

I - acompanhar a elaboração e a realização do Plano de Atividades do Estágio Curricular Supervisionado;

II - enviar à instituição de ensino, com periodicidade máxima de seis meses, relatório de atividades desenvolvidas, com vista obrigatória do estagiário, quando o estágio for não obrigatório;

III - enviar a Ficha de Avaliação do Estagiário, após o término do Estágio Curricular Obrigatório, para o Setor de Estágio do *Campus* Frederico Westphalen.

TÍTULO XII

DO RELATÓRIO FINAL

Art. 43 - O Relatório de Estágio Curricular Supervisionado é o documento que sistematiza as atividades desenvolvidas durante o estágio, sendo um instrumento destinado ao registro minucioso do desenvolvimento do estágio e de seus desdobramentos, devendo conter a descrição das atividades realizadas na área de atuação, discussão e suas considerações finais.

Art. 44 - A formatação, redação, ortografia e apresentação são de inteira responsabilidade do acadêmico, com colaboração do Orientador e do Coorientador.

Art. 45 - O Relatório Final de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório será confeccionado conforme orientações do Manual do Estagiário (Anexo I).

Art. 46 - O estagiário deve entregar ao final do estágio, uma cópia digital (editável e PDF) ao seu Professor orientador em até 15 (quinze) dias antes do Seminário de Apresentação de Estágio (SAE)

§ 1º O Professor Orientador fará o envio da cópia dos relatórios à banca de avaliação do estágio.

§ 2º Cabe a Coordenação de Curso/Eixo o agendamento da Apresentação do Relatório Final de estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

Art. 47 - Os critérios de avaliação do relatório final de Estágio Curricular Obrigatório são determinados no Manual do Estagiário em anexo.

TÍTULO XIII

DA BANCA AVALIADORA

Art. 48 - A banca avaliadora é previamente definida em comum acordo entre o Coordenador de Curso e o Professor Orientador para o Estágio Curricular Obrigatório.

Art. 49 - A banca avaliadora terá como atribuições:

I - assistir a apresentação do estágio;

II - avaliar a apresentação do estágio por parte do aluno conforme critérios mencionados no Manual do Estagiário;

III - avaliar a conteúdo do relatório, demandando correções que se mostrem necessárias;

IV - encaminhar os documentos de avaliação da apresentação do estágio para o Setor de Estágio do *Campus* Frederico Westphalen.

Art. 50 - A apresentação do Relatório Final de Estágio Curricular Obrigatório será pública e realizada perante uma banca avaliadora composta de três membros: o Professor Orientador, um professor da área do estágio e um professor de disciplinas não técnicas. Com relação ao segundo e terceiro elementos da banca, eles podem ser substituídos por um convidado externo com formação na área de atuação do estágio.

§ 1º O professor orientador presidirá a banca avaliadora.

§ 2º O professor orientador deverá indicar um avaliador suplente para o caso de haver ausências de avaliadores no dia da apresentação de Avaliação de Estágio.

§ 3º O convidado externo não pode ser o supervisor do estágio.

Art. 51 - Os componentes da banca avaliadora deverão, preferencialmente, atuar na mesma área de concentração do estágio e pertencer ao quadro docente do Instituto Federal Farroupilha.

Art. 52 - A Banca Avaliadora atribuirá coletivamente as notas, em Ficha de Avaliação própria, fornecida previamente pelo Professor Orientador, em que serão considerados os seguintes aspectos:

I – avaliação do relatório final: partes do texto, introdução, objetivos, descrição do local do estágio, estrutura do relato, clareza do relato, reflexividade, considerações finais, questões formais e linguagem.

II – avaliação da apresentação do estágio: relato das tarefas, conteúdo técnico, qualidade dos *slides*, performance oral e tempo.

Parágrafo único. A Banca Avaliadora poderá solicitar novo Relatório Final e nova apresentação, estabelecendo novos prazos, quando julgar pertinente.

TÍTULO XIV

DA APROVAÇÃO

Art. 53 - A aprovação do componente Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório estará condicionada:

I – ao cumprimento da carga horária mínima de Estágio de 180 horas;

II – ao comparecimento para a apresentação de estágio na data definida, salvo com justificativa amparada por lei;

III – à obtenção de nota mínima de valor 7,0 (sete), obtida após a avaliação da banca, adicionada da avaliação do Supervisor e do orientador.

Parágrafo único. A nota final será resultado da soma das seguintes notas: orientador 3,0 (três pontos), , supervisor 2,0 (dois pontos), banca avaliadora 5,0 (cinco pontos).

Art. 54 - Em caso de reprovação, o aluno deverá realizar novamente o Estágio Supervisionado Obrigatório, cumprindo todos os passos necessários com a confecção do novo Relatório Final, bem como nova apresentação do Estágio, exceto o cumprimento das horas de orientação de estágio.

Art. 55 - Findada a apresentação do Relatório Final de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, caso ocorram sugestões de correções, o aluno terá, no máximo, prazo de 20 (vinte) dias para entregar a versão final corrigida e revisada pelo orientador, 01 (uma) via em arquivo digital com formato *pdf (portable document format)*, assinado pelo orientador e aluno.

TÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 56- As questões que envolvam deslocamento de servidores para orientação de estagiários serão dirimidas conjuntamente pela Direção de Pesquisa, Extensão e Produção, pela Direção de Ensino e pela Direção Geral do *Campus Frederico Westphalen*.

Art. 57 - O quantitativo de estagiários por Professor Orientador será definido pela Coordenação do Curso, juntamente com a Direção de Ensino e a Direção de Pesquisa, Extensão e Produção do *Campus Frederico Westphalen*, conforme o caso, de maneira equitativa, entre os professores dos respectivos Cursos, consideradas as especificidades do estágio.

Art. 58 - As situações não previstas neste regulamento deverão ser resolvidas pelos Colegiados de Curso sob orientação da Direção de Ensino e de Pesquisa, Extensão e Produção do *Campus Frederico Westphalen*, consultadas a Pró-Reitoria de Ensino e Pró-Reitoria de Extensão, conforme o caso.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Of. nº _____ Frederico Westphalen, ____ de _____ de 20__.

Assunto: **Solicitação de Vaga para Estágio Curricular Supervisionado.**

Ilustríssimo(a) Senhor(a): _____

Ao cumprimentar Vossa Senhoria, vimos apresentar o(a) aluno(a) _____, regularmente matriculado(a) no Curso _____, do Instituto Federal Farroupilha - Campus Frederico Westphalen, RS.

O(A) referido(a) aluno(a) solicita a possibilidade de vaga para realização de Estágio Curricular Supervisionado:

() Não-Obrigatório.

(x) Obrigatório, cuja duração mínima deverá ser de ____ horas, a partir de ____.

Certos de contar com Vossa colaboração, agradecemos a atenção e aguardamos confirmação através da “**Ficha de Confirmação de Estágio**”, em anexo.

Atenciosamente,

Coordenador de Extensão
Campus Frederico Westphalen

Instituto Federal Farroupilha – Campus Frederico Westphalen/ Coordenação de Extensão – Linha Sete de Setembro s/n. Caixa Postal 169. CEP: 98400-000. Fone: (55) 3744-8900/ (55) 3744-8940. E-mail: extensao.fw@iffarroupilha.edu.br / estagios.fw@iffarroupilha.edu.br

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

FICHA DE CONFIRMAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

Estagiário: _____
Parte Concedente: _____
Representante Legal: _____
CNPJ/CPF: _____
Área de atuação: _____
Área ou Setor do estágio: _____
Endereço onde realizará o estágio: _____

_____ nº. _____
Município/Estado: _____ - _____ CEP: _____

Telefone: (____) _____ E-mail: _____

Supervisor do Estagiário na Parte Concedente: _____

E-mail do Supervisor do Estágio: _____

Início do estágio: ____/____/____ Previsão de término: ____/____/____

A empresa oferece: SIM NÃO

- Alimentação	()	()	
- Moradia	()	()	
- Remuneração	()	()	R\$ _____,____
- Transporte	()	()	R\$ _____,____

Carimbo e assinatura da Parte Concedente



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO.

I – ESTAGIÁRIO

Nome: _____ Matrícula nº: _____
Curso: _____ Ano / Semestre: _____
CPF nº: _____ RG nº: _____
Nascimento: ____/____/____ Órgão Expedidor: _____
Data de Expedição: ____/____/____
Endereço: _____ Nº: _____
Município: _____ Estado: _____ CEP: _____

II – ENTIDADE EDUCACIONAL –

Instituto Federal Farroupilha
Campus _____ CNPJ: _____ Telefone: (____) _____
Endereço: _____, nº: _____
Município: _____ Estado: _____ CEP: _____
Representante legal/Cargo: _____

III - PARTE CONCEDENTE:

Nome: _____
CNPJ / CPF: _____ Telefone: (____) _____
Área de atuação: _____
Definição da área do estágio: _____
Endereço: _____, nº: _____
Município: _____ Estado: _____ CEP: _____
Representante legal/Cargo: _____

As partes mencionadas celebram entre si este **TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO**, convencionado às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este instrumento tem por objetivo estabelecer as condições para realização do Estágio Curricular Supervisionado e particularizar a relação jurídica especial existente entre o ESTAGIÁRIO, a PARTE CONCEDENTE e a ENTIDADE EDUCACIONAL.

CLÁUSULA SEGUNDA – O Estágio Curricular Supervisionado, definido no Projeto Pedagógico do Curso, nos termos de Lei nº 11.788/08 e da Lei nº 9.394/96 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional), entendido como ato educativo supervisionado, visa à complementação do ensino e da aprendizagem proporcionando preparação para o trabalho profissional do ESTAGIÁRIO, possibilitando-lhe aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, bem como condições de vivenciar e adquirir experiência prática em situações reais de trabalho em sua área de atuação.

CLÁUSULA TERCEIRA – O estágio terá duração mínima de 180 horas (cento e oitenta horas) com previsão de início em ____/____/20__ e término em ____/____/20__, com uma atividade de ____ (____) horas diárias, totalizando ____ (____) horas semanais, sendo compatível com as atividades escolares e de acordo com o Art. 10, da Lei nº 11.788/08.

§ 1º Este Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado pode ser prorrogado a critério das partes, através de Termos Aditivos, desde que não ultrapasse 02 (dois) anos, conforme previsto no Regulamento de Estágios do Instituto Federal Farroupilha.

§ 2º O Plano de Atividades, os Relatórios de Atividades da Parte Concedente e as Avaliações serão anexados ao Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado, sendo parte integrante e indissociável deste.

§ 3º As atividades principais poderão ser ampliadas, reduzidas, alteradas ou substituídas, de acordo com a progressividade do Estágio e do Currículo, desde que de comum acordo entre os partícipes.

§ 4º A concessão dos descansos durante a jornada do estágio deverá respeitar um intervalo mínimo de 1 (uma) hora, para jornadas de 8 (oito) horas diárias, suficiente à preservação da higidez física e mental do **ESTAGIÁRIO** e aos padrões de horário de alimentação (lanches, almoço e jantar).

§ 5º Será concedido 30 (trinta) dias de recesso ao **ESTAGIÁRIO** quando esse completar 1 (um) ano de estágio ou número de dias de recesso proporcionais ao período cumprido, o qual deverá ser gozado, preferencialmente, durante as férias escolares.

§ 6º Nos períodos de avaliação final, a carga horária do estágio deverá ser reduzida pelo menos à metade, para garantir o bom desempenho do estudante, nos termos da Lei de Estágios.

§ 7º Aplica-se ao **ESTAGIÁRIO** a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da **PARTE CONCEDENTE**.

CLÁUSULA QUARTA – O **ESTAGIÁRIO** desenvolverá suas atividades obrigando-se a:

Cumprir com empenho e interesse a programação estabelecida no Plano de Atividades;

Cumprir as condições fixadas para o Estágio observando as normas de trabalho vigentes na **PARTE CONCEDENTE**, preservando o sigilo e a confidencialidade sobre as informações que tenha acesso;

Observar a jornada e o horário ajustados para o Estágio;

Apresentar documentos comprobatórios da regularidade da sua situação escolar, sempre que solicitado pela **PARTE CONCEDENTE**;

Manter rigorosamente atualizados seus dados cadastrais escolares, junto à **PARTE CONCEDENTE**;

Informar de imediato, qualquer alteração na sua situação escolar, tais como: trancamento de matrícula, abandono, conclusão de curso ou transferência de Instituição de Ensino;

Vistar os relatórios de atividades elaborados pela **PARTE CONCEDENTE** com periodicidade compatível com o período do estágio e, inclusive, sempre que solicitado;

Responder pelas perdas e danos eventualmente causados por inobservância das normas internas da **PARTE CONCEDENTE**, ou provocados por negligência ou imprudência.

CLÁUSULA QUINTA – Cabe à **PARTE CONCEDENTE**:

a) Celebrar o Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado com o **ESTAGIÁRIO** e a **ENTIDADE EDUCACIONAL**, zelando pelo seu fiel cumprimento;

b) Conceder o Estágio e proporcionar ao **ESTAGIÁRIO**, condições propícias para o exercício das atividades práticas compatíveis com o seu Plano de Atividades;

c) Designar um supervisor de estágio, com qualificação compatível, de seu quadro de pessoal, para orientar, acompanhar e avaliar o desempenho do **ESTAGIÁRIO**;

d) Solicitar ao **ESTAGIÁRIO**, a qualquer tempo, documentos comprobatórios da regularidade da situação escolar, uma vez que trancamento de matrícula, abandono, conclusão de curso ou transferência de Entidade Educacional constituem motivos de imediata rescisão;

e) Elaborar e encaminhar para a **ENTIDADE EDUCACIONAL** o Relatório de Atividades, assinado pelo supervisor, com periodicidade compatível com o período do estágio, com vista obrigatória do **ESTAGIÁRIO**;

f) Entregar, por ocasião do término do Estágio, o Termo de Realização de Estágio, com indicação resumida das atividades desenvolvidas, do período de estágio e da avaliação de desempenho do aluno;

g) Manter em arquivo e à disposição da fiscalização os documentos que comprovem a relação de Estágio;

h) Permitir, condicionalmente, o início das atividades de Estágio somente após o recebimento desse Termo de Compromisso assinado pelos partícipes.

CLÁUSULA SEXTA – Cabe à **ENTIDADE EDUCACIONAL**:

- a) Indicar, no Plano de Atividades, as condições de adequação do estágio ao Projeto Pedagógico do Curso, à etapa e modalidade da formação escolar, ao horário e calendário escolar;
- b) Avaliar as instalações da **PARTE CONCEDENTE** do Estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do aluno;
- c) Indicar um Professor Orientador como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do **ESTAGIÁRIO**;
- d) Solicitar da **PARTE CONCEDENTE** o Relatório de Atividades desenvolvidas pelo aluno, com a ciência do mesmo, em periodicidade mínima de 6 (seis) meses;
- e) Zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado e reorientar o **ESTAGIÁRIO** para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
- f) Avaliar a realização do Estágio do aluno por meio de instrumentos de avaliação conforme Regulamento de Estágio adotado pela Instituição.

CLÁUSULA SÉTIMA – Na vigência do presente Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado, o **ESTAGIÁRIO** estará incluído na cobertura do seguro contra acidentes pessoais, contratado pela **ENTIDADE EDUCACIONAL**, Apólice nº 0002.0982.000007272, da seguradora Alfa Previdência e Vida S. A.

CLÁUSULA OITAVA – O término do Estágio ocorrerá nos seguintes casos:

- I- Automaticamente, ao término do período previsto para sua realização;
- II- Desistência do Estágio ou rescisão do Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado, por decisão voluntária de qualquer dos partícipes, mediante comunicação por escrito;
- III- Pelo trancamento da matrícula, abandono, desligamento ou conclusão do curso na **ENTIDADE EDUCACIONAL**;
- IV- Pelo descumprimento das condições do presente Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado.

CLÁUSULA NONA – Na modalidade de Estágio Obrigatório, a concessão de bolsa, auxílio-transporte, bem como auxílio-alimentação ou outra forma de contraprestação, a critério da **PARTE CONCEDENTE**, é facultativa. No caso de Estágio Não-Obrigatório, a concessão de bolsa e de auxílio-transporte é compulsória.

§ 1º Nesse Estágio _____, o valor da bolsa e do auxílio-transporte diário serão, respectivamente, de R\$ _____ (_____) e R\$ _____ (_____).

§ 2º A eventual concessão de benefícios relacionados à alimentação, saúde ou outros não caracterizará vínculo empregatício.

CLÁUSULA DÉCIMA – O Estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, desde que observados as disposições da Lei nº 11.788/08 e do presente Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A rescisão de presente Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado poderá ser feita a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Santa Maria, RS, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias em decorrência do presente Termo de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado que não puderem ser decididas diretamente pelos partícipes.

E assim, justos e acordados, assinam este instrumento em três vias de igual teor e forma.

_____, ____ de _____ de 20__.

ESTAGIÁRIO

ENTIDADE EDUCACIONAL

PARTE CONCEDENTE

Responsável Legal (para estagiário menor de 18 anos):

NOME:

CPF:

GRAU DE PARENTESCO:

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

PLANO DE ATIVIDADES DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTAGIÁRIO

Nome: _____
CPF: _____ RG: _____
Endereço: _____
E-mail: _____ Telefone: (__) _____ Cel: (__) _____
Curso do Estagiário: _____
Professor Orientador: _____
E-mail: _____ Telefone: (__) _____

2. IDENTIFICAÇÃO DA PARTE CONCEDENTE

Nome: _____
Endereço: _____
Telefones: (__) _____

Supervisor: _____
E-mail: _____ Telefone: (__) _____

3. PREVISÃO DE ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS

4. PERÍODO DE ESTÁGIO

Início: __/__/____ Previsão de Término: __/__/____

_____, RS, ____ de _____ de 20__.

Aluno – Estagiário

Supervisor – Parte Concedente

Professor Orientador – Entidade Educacional

Coordenador de Extensão

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

TERMO DE REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (Avaliação do Estagiário pela Parte Concedente) OBS.: A avaliação do Supervisor de Estágio é um dos critérios para Aprovação do Estágio.		
1ª Parte – Identificação		
Nome do Estagiário:		
Curso:		
Nome da Parte Concedente:		
Endereço:		
Cidade:	Estado:	
CEP:	Fone/Fax:	Endereço Eletrônico:
Área de Atuação:		
Definição da área do estágio:		
Início do Estágio:	Término do Estágio:	Total de Horas do Estágio:
2ª Parte – Resumo das atividades desenvolvidas pelo aluno		
3ª Parte – Avaliação do Estagiário		
1 – RENDIMENTO		
Qualidade, rapidez, precisão com que executa as tarefas integrantes do programa de estágio. () ótimo () muito bom () bom () satisfatório () insatisfatório		
2 – FACILIDADE DE COMPREENSÃO		
Rapidez e facilidade em entender, interpretar e colocar em prática instruções e informações verbais ou escritas. () ótimo () muito bom () bom () satisfatório () insatisfatório		
3 – CONHECIMENTOS TÉCNICOS		
Conhecimento demonstrado no cumprimento do programa de estágio, tendo em vista sua escolaridade. () ótimo () muito bom () bom () satisfatório () insatisfatório		
4 – ORGANIZAÇÃO, MÉTODO DE TRABALHO E DESEMPENHO		
Uso de recursos, visando melhoria na forma de executar o trabalho. () ótimo () muito bom () bom () satisfatório () insatisfatório		
5 – INICIATIVA-INDEPENDÊNCIA		
Capacidade de procurar novas soluções, sem prévia orientação, dentro dos padrões adequados. () ótimo () muito bom () bom () satisfatório () insatisfatório		
6 – ASSIDUIDADE		
Assiduidade e pontualidade aos expedientes diários de trabalho. () ótimo () muito bom () bom () satisfatório () insatisfatório		
7 – DISCIPLINA		
Facilidade em aceitar e seguir instruções de superiores e acatar regulamentos e normas. () ótimo () muito bom () bom () satisfatório () insatisfatório		
8 – SOCIABILIDADE		
Facilidade e espontaneidade com que age frente a pessoas, fatos e situações. () ótimo () muito bom () bom () satisfatório () insatisfatório		
9 – COOPERAÇÃO		

Atuação junto a outras pessoas, no sentido de contribuir para o alcance de um objetivo comum; influência positiva no grupo. () ótimo () muito bom () bom () satisfatório () insatisfatório
10 – RESPONSABILIDADE
Capacidade de cuidar e responder pelas atribuições, materiais, equipamentos e bens da empresa, que lhe são confiados durante o estágio. () ótimo () muito bom () bom () satisfatório () insatisfatório
11 – AVALIAÇÃO GERAL: Que nota você atribui para o estagiário, em uma escala de 0 a 3,0? _____
4ª Parte – Parecer Descritivo
1 – SUGESTÕES À INSTITUIÇÃO DE ENSINO EM RELAÇÃO À FORMAÇÃO DO ALUNO
2 – ASPECTOS PESSOAIS QUE POSSAM TER PREJUDICADO O RENDIMENTO DO ALUNO NO ESTÁGIO
3 – A EMPRESA CONTRATARIA UM TÉCNICO COM ESSE PERFIL PARA OCUPAR UMA VAGA NO SEU QUADRO DE PESSOAL.
() Sim () Não
Observação
Supervisão do Estágio

Nome: _____

Formação: _____ Função: _____

Local: _____ Data: _____

_____/_____/_____

Assinatura

Supervisor:

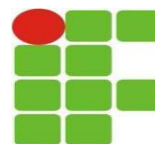
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

TERMO DE AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO (Avaliação do Estagiário pelo Professor Orientador)	
Dados do Estagiário	
Nome: _____	
Curso: _____	Turma: _____
Período do estágio: De ____/____/____ até ____/____/____	
Local de estágio: _____	
Área de atuação da Parte Concedente: _____	
Dados do Professor Orientador	
Nome: _____	
Formação: _____	
Área de atuação: _____	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	
ÓTIMO - desempenho acima do esperado; BOM - desempenho satisfatório ou esperado; REGULAR - desempenho abaixo do esperado; e INSUFICIENTE - desempenho muito abaixo do esperado.	

1. ETAPAS	Grau Atribuído			
	Insuficiente	Regular	Bom	Ótimo
Plano de Atividades				
- As atividades planejadas atendem o perfil de formação da habilitação.				
Relatório de Estágio				
- O relatório descreveu as principais atividades desenvolvidas durante o estágio, de forma clara e precisa.				
- Foi elaborado com a observação das normas técnicas aplicáveis.				
- As informações prestadas são dotadas de consistência técnica.				
Interação Estagiário-Orientador				
- O estagiário buscou e atendeu as orientações durante o desenvolvimento das atividades de estágio.				

2. PARECER DO ORIENTADOR	Sim	Não
- O estagiário está apto a entregar o relatório final de estágio.		
3. OBSERVAÇÕES		
Atribua uma nota de 0 a 3,0 -		

Data: ____/____/____	_____ Professor Orientador
----------------------	-------------------------------



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
CAMPUS – FREDERICO WESTPHALEN

CONTROLE DE FREQUÊNCIA – ESTAGIÁRIOS

ESTAGIÁRIO (A):	MÊS:	ANO: 2019/2020
CURSO:	MATRICULA:	
LOCAL DO ESTÁGIO:	SUPERVISOR (A) DO ESTÁGIO:	

FOLHA DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA

DATA	HORA ENTRADA	HORA SAÍDA	ASSINATURA DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

Frederico Westphalen, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do(a) Supervisor(a)